

ALEXANDRE GONÇALVES

**AGROECOLOGIA, SABER LOCAL E MERCADO – UM
ESTUDO SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR DE POÇO
FUNDO - MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de “Mestre”.

Orientador:
Dr. Marcos Affonso Ortiz Gomes

LAVRAS
MINAS GERAIS – BRASIL
2003

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Gonçalves, Alexandre

Agroecologia, saber local e mercado – um estudo sobre a agricultura familiar
de Poço Fundo - MG / Alexandre Gonçalves. -- Lavras : UFLA, 2003.

183 p. : il.

Orientador: Marcos Affonso Ortiz Gomes.

Dissertação (Mestrado) – UFLA.

Bibliografia.

1. Agroecologia. 2. Agricultura familiar. 3. Espaço. 4. Agricultura orgânica. 5.
Certificação. 6. Comercialização. 7. Saber local. I. Universidade Federal de
Lavras. II. Título.

CDD-306.854
-574.5264

ALEXANDRE GONÇALVES

**AGROECOLOGIA, SABER LOCAL E MERCADO: UM ESTUDO
SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR DE POÇO FUNDO - MG**

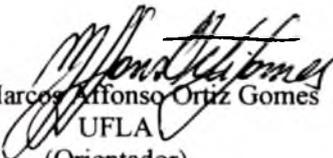
Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para obtenção do título de “Mestre”.

APROVADA em 26 de fevereiro de 2003

Prof. Roberto Célio Valadão UFMG

Prof. Euler David de Siqueira (Co-orientador) UFLA

Prof. Osmar Vicente Chévez FIAMG/FAGAM


Prof. Marcos Afonso Ortiz Gomes
UFLA
(Orientador)

LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL

*"Esta vida está cheia de ocultos caminhos.
Se o senhor souber, sabe;
não sabendo não entenderá "*

Guimarães Rosa

*"Enquanto eu acreditar que a pessoa é a coisa mais maior de grande
Pois na sua riqueza revoluciona e ensina
Pois pelas aulas do tempo, aprende, revolta por cima
Eu vou cantar.... por aí"*

Gonzaguinha

Dedico á Márcia, Daniel e Diego

Aos que lutam pela pequena agricultura e demonstram cuidado pela
terra mãe

AGRADECIMENTOS

Agradeço à todos os agricultores e agricultoras que me auxiliaram neste trabalho; pessoas que com coragem e sabedoria, revolucionam e ensinam.

Aos Senhores e Senhoras: Donizeti, Maria do Carmo, Luiz Carlos, Rosângela, Avair, Rosana, Célio, Irene, Adriana, Lourenço, José, Júlio, Sílvia, Adalton, Avair, José Antônio, Messias, Maria Joana, Vicente e Lizete.

À Márcia, que sem o apoio seria impossível a realização deste trabalho.

Aos meus pais Roberto e Rita. À José e Myltes, como também ao Paulão e Gordo.

Ao amigo e orientador Marcos, pela orientação e constante incentivo na busca de nossos próprios caminhos; ao Euler pela valiosa co-orientação. À amiga Rosana, pela atenção e apoio.

Aos amigos da Terra, colegas de turma, companheiros da Pastoral da Terra e da luta agroecológica.

Aos amigos pelo convívio, amizade e apoio em todos os momentos.

Aos amigos da Sapucaí; à professora Vera Salazar pelos textos enviados e atenção dada nos primeiros passos deste trabalho.

Aos professores do departamento que direta e indiretamente ajudaram neste processo; ao Departamento de Administração e Economia da UFLA e a CAPES pela bolsa de pesquisa.

À Cristina pela colaboração nos conhecimentos da língua.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS	i
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
1 INTRODUÇÃO	1
2 PERSPECTIVA METODOLÓGICA	5
2.1 Estudo de Caso	7
2.2 O processo de pesquisa	9
2.3 A pesquisa de campo	11
2.4 Os critérios para a escolha do local de pesquisa e dos atores	12
3 ESPAÇO, AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR	14
3.1 Espaço, território, rede e lugar	14
3.1.1 A noção de espaço	14
3.1.2 As verticalidades e as horizontalidades	21
3.1.3 Territórios e Territorialidades	23
3.1.4 As redes	27
3.1.5 Lugar	30
3.2 Sistemas técnicos, capitalismo e desenvolvimento	32
3.3 Ecodesenvolvimento e Agroecologia	41
3.3.1 Ecodesenvolvimento	41
3.3.2 Agroecologia	45
3.4 A agroecologia no Brasil	52
3.5 Agricultura familiar	55
3.5.1 A dimensão política da Agricultura Familiar e do Campesinato no Brasil	63
3.5.2 “O modelo Original Brasileiro”	65
3.5.4 Agricultura e Desenvolvimento Econômico no Brasil	68
3.5.5 Elementos para análise da relação mercado e agricultura familiar ...	70
4 CERTIFICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS	76
4.1 Os sistemas de certificação e comercialização	76
4.2 A regulamentação da produção orgânica no Brasil	82
5 A AGRICULTURA FAMILIAR DE POÇO FUNDO E AGROECOLOGIA 85	
5.1 O município de Poço Fundo	85
5.2 Algumas características do modo de vida local	87
5.3 Os espaços de realização das ações	90
5.4 Os sistemas locais e as relações entre espaço e tempo	93
5.4.1 O período controlado e da subsistência	94
5.4.2 A chegada da agricultura tecnificada	99
5.4.3 Agricultura Alternativa	110

5.4.4 A Agricultura Orgânica em Poço Fundo	120
6 A CERTIFICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NO ESPAÇO LOCAL	135
6.1 Os sistemas de certificação no espaço local	135
6.1.1 A visão dos agricultores sobre a certificação	138
6.1.2 O global expresso no local	145
6.1.3 As reações locais	147
6.2 A Comercialização	149
6.2.1 As diferentes vias	149
6.1.2 Redes curtas e longas	161
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	175

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

- AAO – Associação de Agricultura Orgânica
- ABIO – Associação dos Agricultores Orgânico do Rio de Janeiro
- AS-PTA – Assessoria Serviços a Projetos em Tecnologias Alternativas
- BCS – BCS Öko-Garantie GMBH (Control System Peter Grosch)
- BIOFACH – Exposição e Comércio de Produtos Orgânicos
- CEB – Comunidade Eclesial de Base
- COOLMEIA – Cooperativa ecológica Coolméia
- COORGÂNICA JEQUITIBÁ – Cooperativa Brasileira de Produtores Orgânicos Jequitibá
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- DAP – Deutscher Akkreditierungssystem Prufwesen
- DAR – Deutscher Akkreditierungs Rat
- EBAA – Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
- ECOCERT – ECOCERT Brasil
- EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
- ENA – Encontro Nacional de Agroecologia
- FLO – Fair Trade Labelling Organizations International
- FVO – Farm Verified Organic
- IBC – Instituto Brasileiro de Café
- IBD – Instituto Biodinâmico
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFOAM – International Federation of Organic Agriculture
- IMO – The Institute of Marketecology
- IN – Instrução Normativa
- IOAS – International Organic Accreditation Services
- JAS – Sistema de Certificação de Alimentos do Japão

MCE – Mercado Comum Europeu

NOP – National Organic Program

OFPA – Organic Foods Production Act

ONG – Organização Não Governamental

PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar

REDE ECOVIDA – Rede Ecovida de Agroecologia

SIAL – Salão Internacional da Alimentação

UFLA – Universidade Federal de Lavras

USDA – Departamento de Agricultura do Estados Unidos

RESUMO

GONÇALVES, Alexandre. **Agroecologia, Saber Local e Mercado: um estudo sobre a Agricultura Familiar de Poço Fundo - MG. Lavras - MG:** UFLA, 2003. 183p. (Dissertação - Mestrado em Administração)*

A produção de alimentos orgânicos é uma atividade que vem sendo desenvolvida por agricultores familiares de diferentes regiões do Brasil. A comercialização desses produtos tem especificidades, é composta por diferentes canais e um sistema de certificação dos produtos. A produção e certificação orgânica formam uma rede que articula pontos localizados em diferentes partes do mundo. Os pressupostos ligados a produção orgânica envolvem aspectos econômicos, ambientais e sociais. Através deste estudo procurou-se compreender como os agricultores de Poço Fundo - Minas Gerais percebem e relacionam-se com a produção e comercialização de alimentos orgânicos. Para isto, utilizou-se um referencial teórico que mantém interfaces com diferentes disciplinas, como agroecologia, geografia, antropologia, sociologia e economia, analisando as relações entre agricultura familiar, o espaço geográfico e as relações de troca com o mercado. Para os agricultores de Poço Fundo a agricultura orgânica significa uma reação à um processo de desestruturação da realidade local causada pela agricultura moderna e pelo avanço do sistema capitalista no campo. A agricultura orgânica em Poço Fundo têm um significado amplo, que envolvem aspectos políticos, ideológicos, ambientais, culturais e econômicos. Os espaços de comercialização formam territórios que comportam relações de poder, envolvendo um sistema de certificação dos produtos, no qual os agricultores são obrigados a adequar-se à um conjunto de normas e procedimentos para terem acesso a esse mercado. Os agricultores, ao mesmo tempo que adequam-se às normas definidas pelos agentes do mercado, constroem arranjos que fortalecem o grupo e, que garantem um processo de desenvolvimento baseado na convivência com a natureza e calcado em seus sistemas de produção e reprodução do saber.

Comitê Orientador: Marcos Affonso Ortiz Gomes - UFLA (Orientador), Euler David de Siqueira - UFLA

ABSTRACT

GONÇALVES, Alexandre. **Agroecology, local knowledge and market: a study of family farming in Poço Fundo - MG.** Lavras: UFLA, 2003. 183p. (Thesis – Master Program on Administration)*

Organic food production is an activity that has been developed by family farmers in different regions of Brazil. The commercialization of organic products has some particularities. It is composed of different channels from those used by other food crops and a certification system. The production of organic food and its certification involves a network that includes specialized markets around the world. This production includes economic, environmental and social aspects. The present study seeks to comprehend how family farmers from Poço Fundo, Minas Gerais, organize for the production and commercialization of their products. To accomplish the goals a theoretical reference which interfaced geography, anthropology, sociology and economics, was necessary. The relations among family farmers, the geographical space of their occupation and the trade relations with the market were analyzed. Organic food production is a reaction to local reality changes caused by modern agriculture and the capitalism system on rural areas. Organic production is very important to Poço Fundo. It involves political, ideological, environmental, cultural and economic aspects. The commercialization process construct borders that comes from power relations in the certification system. In this system producers has to adjust to procedures to participate in the market. On the other hand, producers construct strong groups based on the act of living in society. These groups are still based on environmental and knowledge reproduction.

Advisor Committee: Marcos Affonso Ortiz Gomes - UFLA (Advisor), Euler David de Siqueira - UFLA

1 INTRODUÇÃO

Com os problemas ocasionados pelo avanço do sistema capitalista, a sociedade coloca em evidência a discussão sobre a necessidade de respeitar a diversidade cultural e ambiental dos espaços locais. São enormes as dificuldades de estabelecer arranjos teóricos e práticos que possam acomodar interesses tão diversos. Nesses conflitos, como: nas disputas por terras; apropriação econômica de saberes populares; uso da biodiversidade; direitos humanos; democracia e eqüidade, os povos marginalizados lutam por um “lugar” na sociedade.

No Brasil, o processo de uma “nova” inserção de grupos, que foram marginalizados pelos “donos do poder”, é uma luta empreendida por diferentes atores e dotada de diferentes proposições. Apesar de defenderem aspectos materiais, como terra, alimento, relações mais justas de comércio e renda, as ações são carregadas de um rico aspecto simbólico.

Um dos grupos que buscam uma nova inserção na sociedade são os agricultores familiares. São vários os caminhos percorridos para almejar mudanças. Partem de pressupostos que podem dar maior ênfase aos aspectos políticos, sociais, culturais, econômicos ou ambientais. Ou ainda, uma fusão de todos eles.

Muitos agricultores familiares, localizados em diferentes regiões do Brasil, vêm-se organizando no sentido de estabelecer uma relação mais equilibrada com a natureza e, ao mesmo tempo, criar relações de troca de mercadoria que viabilizem economicamente essas famílias. Entretanto, analisar essas ações simplesmente sob a ótica ambiental e econômica é reduzir em muito esse movimento, como demonstra este estudo. Nesta linha, pode-se identificar os agricultores “ecológicos”, ou “orgânicos”. Estes grupos estão inseridos numa grande rede, que envolve um segmento de mercado específico, composto por sistemas de certificação/normatização orgânica e de comercialização, como

também diversos agentes do mercado, consumidores e organizações localizados em diferentes pontos do mundo. Este espaço reticular expressa diferentes facetas: ambientais, econômicas, culturais, políticas e sociais. O grupo de agricultores familiares de Poço Fundo estudado neste trabalho, está inserido neste contexto.

A história de resistência aos impactos negativos da modernização agrícola, que ocorreu no Brasil, marca a trajetória destes agricultores. Pode-se dizer que estão construindo um novo caminho, uma alternativa não só para a agricultura familiar, mas para a sociedade. Esse novo desenho local, construído pelas pessoas do “lugar”, faz conexões com diferentes partes do mundo. Está articulado, ao mesmo tempo, aos sistemas mais amplos e controlados, como também aos sistemas locais e regionais.

As ações locais, ou regionais, empreendidas pelos agricultores (as) familiares, estão interligadas com elaborações teóricas que procuram propor formas alternativas de desenvolvimento rural, contrapondo aquelas centradas no modelo agroindustrial oligopolizado, que derivam do modelo urbano-industrial moderno. Essas reflexões teóricas, como a agroecologia e o ecodesenvolvimento, vêm contribuindo para as formulações tanto de políticas públicas, como para programas desenvolvidos por organizações não governamentais e entidades ligadas aos movimentos sociais.

Nestas abordagens, o conhecimento popular é colocado num patamar diferente daquele estabelecido pela ciência moderna. Defendem um tipo de “integração” entre o saber popular e o saber agrícola moderno. Desta forma, as ações devem partir das lógicas internas dos grupos familiares, onde o conhecimento local é um elemento fundamental nos processos de mudança. A noção de que esse saber popular é construído a partir de um processo de convivência no espaço local, coloca esse saber como o elo principal para a construção de sistemas alternativos que respeitem a biodiversidade cultural.

Numa perspectiva mais ampla, este estudo busca compreender como os agricultores orgânicos de Poço Fundo integram-se nesse “espaço agroecológico”, analisando: a organização do espaço local e sua inserção nos sistemas de comercialização e certificação. Para isso definiram-se dois eixos de análise: a relação das famílias com o espaço local imediato e, com base nesta, as relações sociais com os agentes inseridos na “rede agroecológica”, localizados em diferentes pontos do planeta. De forma mais específica, busca-se compreender como os agricultores, com suas estruturas de saber local, lidam/relacionam-se com os sistemas normativos que regulamentam a certificação orgânica e com as “regras” impostas pelo sistema de comercialização. Ou seja, busca-se entender qual é a percepção dos agricultores sobre as suas relações com os agentes e as “normas” dos sistemas de certificação e comercialização.

Para analisar essa proposição, que procura estabelecer ligações entre sistemas que “circulam” em diferentes níveis espaciais, foi necessário aprofundar na compreensão do discurso dos agricultores, mas também compreender o funcionamento dos sistemas mais amplos nos quais estão inseridos.

A proposição do tema central está relacionada a outras indagações, que podem ser assim resumidas: i) No caso da produção e comercialização orgânica, como os processos baseados no saber local podem ser realizados pelos agricultores, uma vez que estão integrados a sistemas rígidos de normatização e regulamentação? ii) Como os agricultores interagem com normas e regras que são definidas por agentes situados em locais distantes, e ao mesmo tempo que procuram autonomia com relação aos agentes externos? Os agricultores reagem a estas ações de “fora”, ou adequam-se à lógica do sistema e a aceitam?

O referencial teórico utilizado para analisar este estudo de caso é composto por autores com formações diferenciadas. Da geografia utilizaram-se

as noções de espaço, território e redes: da agroecologia e ecodesenvolvimento, elementos para pensar os processos de desenvolvimento e a relação homem-natureza e, os estudos sobre agricultura familiar, que envolvem sociologia, antropologia e economia, para compreender a morfologia e trajetória destes grupos no Brasil, como também sua relação com a natureza e com o mercado.

O estudo enfocou o grupo de agricultores orgânicos de Poço Fundo, como também o funcionamento dos sistemas de certificação em diferentes níveis espaciais e, os sistemas de comercialização nos quais os agricultores estão inseridos.

Este estudo está dividido em: perspectiva metodológica; referencial teórico; análise dos sistemas de certificação e comercialização orgânicos; as relações espaço/tempo em Poço Fundo e as relações dos agricultores familiares com os sistemas de certificação e comercialização.

2 PERSPECTIVA METODOLÓGICA

A pesquisa qualitativa foi a opção metodológica desta investigação, sendo a abordagem mais adequada para alcançar os objetivos e tratar do recorte teórico deste estudo. Este tipo de pesquisa preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, *“ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização da variáveis”* (Minayo, 1994).

Para Bogdan & Biklen (1994), a fenomenologia, o interacionismo simbólico, a abordagem da cultura e a etnometodologia, são perspectivas que dão fundamentação teórica para a pesquisa qualitativa.

Apesar de essas perspectivas apresentarem diferenças, os autores identificam pontos comuns que caracterizam a abordagem qualitativa como: a fonte direta de dados é o ambiente natural; a investigação é descritiva; os investigadores qualitativos se interessam mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos; há uma tendência de analisar os seus dados de forma indutiva; o significado é de importância vital nesta abordagem.

O paradigma interpretativo, que reúne as perspectivas teóricas acima citadas, está calcado nas teorias da ação. Ele parte de uma concepção ontológica de mundo onde o comportamento humano é resultado da interpretação que os indivíduos fazem da situação na qual estão envolvidos. Nesta abordagem é reforçada a necessidade de concentrar-se no nível micro de análise da vida social (Alencar & Gomes, 1998). Na abordagem epistemológica, o conhecimento é construído através da compreensão da forma como os atores sociais interpretam o mundo no qual vivem.

Segundo Minayo (1994), a Sociologia Compreensiva tem como conceito central de investigação, o significado. Esta corrente *propõe a subjetividade como fundamento do sentido da vida social e defende-a como constitutiva do social e inerente à construção da objetividade nas ciências sociais*” (idem). Nesta abordagem procura-se compreender e explicar a dinâmica das relações sociais, a qual envolvem crenças, valores, atitudes e hábitos. Portanto, a abordagem interpretativa procura privilegiar as coletas de dados qualitativos, de forma que o pesquisador possa compreender os significados e as ações dos atores sociais.

Nesta perspectiva, Geertz (1989) define a cultura – conceito central na antropologia – como um conceito essencialmente semiótico, ou seja, defende uma ciência interpretativa, em busca do significado.

Berger & Luckmann (1996), através da teoria da institucionalização, legitimação e socialização, procuram compreender a construção do conhecimento cotidiano, do senso comum, do mundo vivido no dia-a-dia. Entendem a vida cotidiana como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido na medida em que forma um todo coerente. Para os autores, o mundo da vida cotidiana é estruturado espacial e temporalmente¹. Portanto existem padrões de tempo e espaço que estruturam a vida cotidiana, acessíveis intersubjetivamente². Os sistemas de significados, ou universos simbólicos, necessários para compreender a realidade, são construídos nas estruturas temporais e espaciais. Assim existem subuniversos múltiplos, integrados aos territórios, tanto do espaço passado, como do presente.

Com a pesquisa qualitativa procura-se, através dos sistemas de significados dos agricultores orgânicos de Poço Fundo, compreender a realidade local, procurando realizar uma descrição densa, conforme defende Geertz³

¹ Os autores aprofundam no sentido temporal, onde a dimensão espacial é negligenciada.

² A subjetividade pode ser definida como as significações de cada indivíduo, o que existe no sujeito, particular e a intersubjetividade como subjetivações compartilhadas.

³ O autor toma essa noção emprestada de Gilbert Ryle.

(1989). Para este autor, o pesquisador enfrenta: *“uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplicitas, (aos nossos olhos) e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar”*(idem). Isto compara-se a uma tarefa de fazer e desfazer malas de um mundo conceitual em que vivem as pessoas, buscando o sentido local da realidade e, buscar explicações para a ordem social mais ampla ou para as mudanças históricas (Geertz, 1997).

Como esta pesquisa foi realizada junto a agricultores familiares localizados num determinado espaço geográfico e que formam um grupo social, parte-se do pressuposto que há um sistema de saber específico desse grupo. Este sistema tem tanto características gerais da categoria de agricultores familiares, como específicas, construídas nas estruturas de tempo e espaço local. Segundo Brandão, há *“sistemas populares de investigar, experimentar, refletir, testar e elaborar teorias”*. Articulados em *“redes sociais de reprodução do saber”* (idem). E ainda, *“tão logo o produto ou a idéia penetram no interior dos usos da classe, eles são resignificados de acordo com os códigos de classificação e atribuídos de legitimidade do campesinato. Nada há “solto” ou fora de significação”* (Brandão, 1986).

Desta forma, a perspectiva teórico-metodológica deste trabalho procura, considerando o referencial teórico utilizado, compreender as estruturas de saber articuladas aos sistemas de significados do grupo local, estabelecendo conexões com o sistema de conhecimento acadêmico.

2.1 Estudo de Caso

Para Godoy (1995), um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre, devendo ser analisado numa perspectiva integrada, em

que o pesquisador busca “captar” o fenômeno em estudo a partir das perspectivas das pessoas nele envolvidas. A autora avalia que este tipo de pesquisa pode ser realizado por diferentes caminhos, como por exemplo: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia.

Optou-se nesta pesquisa pelo estudo de caso. Segundo Godoy (1995), o estudo de caso se caracteriza por uma análise profunda de um determinado ambiente. A unidade a ser estudada pode variar, desde um indivíduo desenvolvendo uma ação, um conjunto de indivíduos, um programa que envolve diferentes atores, entre outros (Alencar & Gomes, 1998). O propósito fundamental de um estudo de caso é analisar de forma profunda uma dada unidade social.

No estudo de caso a partir de uma abordagem interpretativa, pode-se utilizar métodos de coleta de informações que permitem dotar tanto uma perspectiva interna como externa (Alencar & Gomes, 1998). Em função do recorte estabelecido nesta pesquisa, foi necessário considerar o funcionamento de algumas estruturas situadas num nível mais amplo, no qual os agricultores relacionam-se, como o sistema de certificação e comercialização – que articulam desde o nível local de produção e comercialização até mundial.

Para isso, utilizou-se a técnica da triangulação na perspectiva definida em Triviños (1987). Para o autor a triangulação tem por objetivo abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo, buscando estabelecer vinculações com uma macrorealidade social. Deve-se considerar três aspectos: processos e produtos centrados nos sujeitos; elementos produzidos pelo meio do sujeito e que tem incumbência em seu desempenho na comunidade e, processos e produtos originados pela estrutura sócioeconômica e cultura do macro-organismo social na qual está inserido o sujeito (Triviños, 1987).

No primeiro ângulo, realizaram-se as entrevistas semi-estruturadas e a observação participante. No segundo, documentos referentes ao município e ao grupo específico do estudo, como dados do IBGE, relatórios de trabalhos⁴ e dissertações de mestrado realizadas junto ao grupo estudado. No terceiro ângulo, o estudo de leis e decretos nacionais e internacionais, normas de entidades que atuam no nível nacional, estudos acadêmicos, jornais e revistas, sistemas de informação via internet e participação de eventos que enfocavam temas macros referentes ao assunto estudado.

Desta forma, procurou-se compreender, de um lado, como os agricultores de Poço Fundo mantém relações com atores situados em locais distantes e, como interagem com estruturas macros do sistema capitalista. De outro, como percebem alguns aspectos das realidade cotidiana, ou seja, a realidade próxima e, a sua interação com sistemas mais amplos.

2.2 O processo de pesquisa

O processo de pesquisa deu-se através da seqüência circular de pesquisa conforme define Alencar & Gomes (1998). Desta forma, partiu-se de algumas pressuposições sobre o problema de pesquisa e cada ida a campo orientou a próxima etapa da pesquisa. Assim foi-se “afunilando” nas principais indagações da pesquisa. Através desse caráter interativo, seguindo uma seqüência de: trabalho de campo – análise – trabalho de campo – análise..... (Alencar & Gomes, 1998), foi-se estruturando a dissertação.

Outro aspecto que contribuiu para esse processo foi a integração desta pesquisa com outra que estava sendo realizada no local num período anterior ao início deste estudo, que prosseguiu durante a realização do mesmo. A pesquisa

⁴ Como no caso de relatório do DRPA realizado no município em 1994 (Diagnóstico, 1994).

vinha sendo realizada desde o período de outubro de 2001, cujo objetivo foi caracterizar o manejo orgânico dos agricultores familiares de Poço Fundo ⁵. A equipe envolvida nesta pesquisa forneceu informações valiosas para a realização deste trabalho, como também contribuiu para a pesquisa de campo ⁶.

Pode-se definir três períodos relativos à seqüência de pesquisa: 1) primeiros contatos com o grupo e definição dos problemas de pesquisa; 2) realização da primeira parte da pesquisa de campo aprofundada, sistematização e pré análise dos dados; 3) Segunda parte da pesquisa de campo aprofundada e análise final dos dados. Vale dizer que entre estas etapas ocorreram uma série de ações que “articulam” os diferentes momentos, ou seja, o processo não foi estanque, e sim com repetidas idas e vindas.

No processo de análise dos dados foram usadas categorias de codificação (Minayo, 1994; Bogdan & Biklen, 1994). Utilizaram-se diferentes tipos de codificação, algumas mais “próximas” dos agricultores, outras mais “distantes”⁷. Nas “próximas”, ou nas “internas” procurou-se conservar o discurso dos agricultores, ou seja, as categorias e códigos que eles utilizam no cotidiano e que elencam para o diálogo com o pesquisador. As “distantes”, são categorias que possibilitam uma maior articulação com conceitos e noções usadas por outros grupos, como na academia. Essas categorias serviram tanto para definir conceitos utilizados pelos agricultores, como organizar e analisar os dados levantados na pesquisa.

⁵ Pesquisa de doutorado realizada pelo departamento de agricultura da UFLA.

⁶ Tanto com relação ao acompanhamento nas pesquisas de campo, como no conhecimento da localidade e de grande parte dos agricultores que participaram da pesquisa. A equipe realizou levantamentos de dados através de visitas mensais para a coleta no período de janeiro de 2001 a dezembro de 2002. As primeiras visitas foram realizadas em outubro de 2001.

⁷ Geertz (1997) utiliza o conceito de “experiência próxima” e “experiência distante”.

2.3 A pesquisa de campo

No início da pesquisa de campo, ocorreram os primeiros contatos estabelecidos com os agricultores com o intuito de obter “autorização” para realizar a mesma. Nesse período, o pesquisador participou de uma viagem com 17 produtores e seus familiares a uma propriedade na região, organizada pela Associação dos Pequenos Agricultores de Poço Fundo e por uma pesquisadora da UFLA (maio de 2001). Posteriormente, em julho de 2001, foi realizada uma visita, onde o pesquisador acompanhou a coleta de dados da pesquisa que vinha sendo realizada no local. Visitaram três propriedades rurais e nessa oportunidade pode-se fazer algumas perguntas aos agricultores(as) sobre o problema de pesquisa. Nesse momento, as perguntas eram mais amplas, sendo importantes para a definição do recorte teórico do trabalho. Após esse processo, foi elaborado o projeto de pesquisa, onde a problemática a ser analisada foi ficando mais clara.

No segundo momento, de 9 a 16 de julho de 2002, através do roteiro de pesquisa, foram feitas nove entrevistas semi-estruturadas, nove delas com os agricultores que produziam orgânico e participavam da associação, e uma delas com a secretária da associação. As entrevistas foram realizadas nas unidades familiares, sendo possível conhecer o espaço de trabalho e de morada destas famílias. Ainda foi realizada uma visita a feira de produtos orgânicos no município de Pouso Alegre, onde observou-se esse espaço de comercialização e foram feitos outros contatos com agricultores, consumidores e os técnicos da Sapucaí que assessoravam a feira. Acompanhou-se também a inauguração de uma unidade de beneficiamento e torrefação de café na Escola Agrotécnica de Machado, como também a reunião da Coorgânica Jequitibá – Cooperativa Brasileira de Produtores Orgânicos, na qual os agricultores de Poço Fundo são cooperados. Após esse período de pesquisa de campo, as fitas K7 foram

transcritas e as anotações organizadas. Os dados foram analisados, e elaborou-se outro roteiro de campo, procurando aprofundar em alguns pontos, checar algumas informações e “ensaiar” algumas idéias junto aos agricultores (ver Bogdan & Biklen, 1994).

Entre o segundo e o terceiro momento, o pesquisador participou de alguns eventos relacionados ao tema da pesquisa ⁸.

No terceiro período, de 1 a 6 de outubro, foram realizadas mais 6 entrevistas semi-estruturadas. Três delas com produtores orgânicos, uma com produtor “convencional”, uma com um técnico da Sapucaí ⁹ e com o técnico local da EMATER. Ainda foram levantadas informações junto a um comerciante de produtos orgânicos que atua na região – também em Poço Fundo. Realizou-se nesse período outra visita à feira de produtos orgânicos de Pouso Alegre.

Durante o período de campo houve uma vivência com as famílias e com a comunidade local, com vários momentos de “descontração”: nas hospedagens nas casas dos agricultores; almoços e jantas; cafezinhos; eventos religiosos e reuniões da associação. Durante a pesquisa de campo também foram feitas várias conversas informais com os atores locais.

2.4 Os critérios para a escolha do local de pesquisa e dos atores

O município de Poço Fundo foi escolhido para realizar a pesquisa em função da trajetória de um grupo de agricultores familiares que desde a década

⁸ Encontro Nacional de Agroecologia, realizado no período de 30 de julho a 2 de agosto de 2002. Nesse encontro pôde-se: acompanhar o debate sobre os sistemas de certificação de produtos orgânicos, realizado num grupo de debate específico; levantar informações junto a produtores e técnicos de entidades que atuam com produção e certificação orgânica em outras regiões do país. Ainda participou-se de um seminário sobre exportação e certificação de alimentos orgânicos para o Japão, realizado em agosto na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

⁹ ONG que atua na região, incluindo os agricultores de Poço Fundo.

de 1980 vem desenvolvendo uma série de ações relacionadas à agricultura “ecológica” e associativismo. Com relação a essas questões, esses agricultores são uma “referência” no Estado de Minas Gerais, e atualmente existe um grande número de agricultores familiares do município envolvidos com a produção, certificação e comercialização de produtos orgânicos. Desta forma, o objetivo da pesquisa está diretamente relacionado com as experiências desse grupo de agricultores. No departamento de administração e economia da UFLA, foram realizados outros estudos com os agricultores familiares desse município, os quais pesquisaram questões diferentes das realizadas neste trabalho.

Os critérios para definir os atores entrevistados foram: agricultores envolvidos diretamente na produção e comercialização agroecológica – todos eles fazem parte da associação; atores ligados à direção da associação dos pequenos produtores de Poço Fundo e atores sociais externos envolvidos com os agricultores e com a produção orgânica. Procurando ouvir um agricultor de “fora”, realizou-se uma entrevista com um agricultor familiar “convencional”. Com relação aos agricultores orgânicos, procurou-se entrevistar aqueles que participaram desde o início do processo e aqueles que “entraram” depois.

3 ESPAÇO, AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR

3.1 Espaço, território, rede e lugar

3.1.1 A noção de espaço

A idéia de espaço está presente tanto no nosso cotidiano, como em várias disciplinas científicas. Em ambos os níveis, ela pode ter diferentes significados e conteúdos. A expressão pode aparecer como uma referência a certa porção da superfície da terra, seja a natureza, ou as marcas que o homem imprimiu a ela, ou como referência a uma certa localização (Corrêa, 2000). Também é comum associar a expressão a outros termos como espaço social, acadêmico e político.

No mundo científico, o debate em torno da definição de espaço é polêmico, pois autores procuram estabelecer diferentes perspectivas teóricas e métodos para procurar abrangência ao tema. A noção de espaço – como também a de tempo - está presente em diferentes disciplinas e desde as primeiras filosofias tentou-se definir o seu conteúdo e significado (Santos, 1988). Na literatura podemos encontrar referências ao espaço desde autores da Antigüidade Clássica, passando pelo renascimento, modernidade e em autores da chamada pós-modernidade. Moraes (1984) cita obras de pensadores gregos como Tales e Anaximandro, Heródoto, Hipócrates e Aristóteles, que de forma dispersa traziam preocupações em como definir e situar o espaço em suas teorias. Para Santos (1988) essa questão está entrelaçada, de uma maneira ou de outra, tanto com o campo da filosofia, como do conhecimento teórico em geral.

Nosso objetivo aqui não é dissecar como o espaço foi e é teorizado nas várias disciplinas. Ou seja, como é conceituado na matemática, na física, na

filosofia, ecologia, arquitetura, entre outras. Nosso interesse aqui é desenhar um referencial teórico que possa contribuir para analisar as relações entre sociedade e natureza que ocorrem num determinado ponto da superfície do planeta e, as relações sociais entre pessoas localizadas em diferentes localidades - certamente no contexto da agricultura familiar e nas relações de troca com o mercado. Ainda, este estudo busca estabelecer elementos teóricos que contribuam no âmbito das políticas públicas e da gestão social, procurando trazer a dimensão espacial para as perspectivas teóricas envolvidas nesta discussão.

Portanto, procuramos utilizar autores que se debruçaram sobre questões ontológicas e epistemológicas da noção de espaço, fornecendo uma teoria que possibilite realizar a investigação, articulando esta teoria com os temas debatidos neste trabalho. Desta forma, buscamos realizar um esforço de compreender a realidade de forma contextualizada, numa visão que tenda à totalidade, usando diferentes áreas do conhecimento de forma a extrapolar algumas das fronteiras disciplinares.

A reflexão sobre o espaço e as relações entre homem e sociedade têm uma forte relação com a geografia, desde a criação desta disciplina – final do século XVIII. Entretanto, desde a antigüidade clássica até este período, diversas obras foram dedicadas, com perspectivas distintas, para tratar de temas hoje denominados como da geografia: medição do espaço físico; relação homem natureza; formas da terra; descrição de lugares e concepção de espaço e lugar. Entretanto, nesse período, o conhecimento geográfico estava disperso. No final do séc. XVIII e início do séc. XIX essa disciplina se tornou particular e autônoma, com certa unidade e continuidade nos temas e métodos tratados. Nesse processo houve uma grande influência dos acontecimentos políticos, econômicos e filosóficos da época como: a constituição do modo de produção capitalista; as idéias do pensamento Iluminista; os debates sobre economia política e as teorias evolucionistas (Moraes, 1984).

O paradigma positivista teve forte influência no pensamento geográfico no período que predomina a geografia tradicional (Moraes, 1984). As noções de leis gerais, relação de casualidade, a circunscrição do trabalho científico ao domínio da aparência dos fenômenos (visível, mensurável, palpável) criando uma ciência empírica, pautada na observação, influência das teorias evolucionistas e a dualidade homem x natureza, são algumas características que influenciaram o pensamento geográfico nesse período.

Para Paul Claval, a geografia humana, nos estudos sobre as diversidades culturais, de gêneros de vida e de paisagem, *“ocupa desde seu nascimento um lugar importante nas realidades culturais, mas capta numa ótica reducionista: a ênfase é colocada sobre as técnicas, os utensílios e as transformações das paisagens (Claval, 2001)”*.

Com a renovação do pensamento geográfico, na segunda metade do século XX, o conjunto de propostas denominado como geografia crítica, rompe com o pensamento anterior que prevalecia na disciplina. Essa crítica se deu no nível político e acadêmico. Criticou-se o empirismo exacerbado da geografia tradicional, as estruturas acadêmicas e a despolitização ideológica do discurso geográfico, apontando nas correntes anteriores uma forte ligação com as classes dominantes da época (Moraes, 1984).

Para Bettanini(1982), a crise de identidade do pensamento geográfico, e sua abertura para as ciências humanas, é um ponto de partida no sentido de analisar o espaço dentro das ciências sociais, abrindo possibilidades para formulação de parâmetros interdisciplinares. O autor avalia que somente a geografia, em sua tentativa de reformulação, parece aproximar-se de uma reflexão epistemológica sobre o tema. Desta forma, esta disciplina cria interfaces com outras, sendo ela uma referência para o tratamento analítico do espaço. Para o autor, a mudança do enfoque não mais nos estudos da descrição do ambiente físico e das localidades a partir das abordagens do determinismo e do

possibilismo geográfico, mas considerando que a organização e a estruturação deste espaço pertence ao homem, despertou interesse nas ciências sociais (Bettanini, 1982).

Nas ciências sociais, a preocupação com o espaço está presente em diferentes obras e essa noção é diferenciada, derivando uma pluralidade de espaços relacionando-os com diferentes objetos de análise. Com a interface entre espaço e diferentes disciplinas, abre-se a possibilidade para outras perspectivas analíticas em torno da relação homem X espaço¹⁰, dentre elas, as que consideram a dimensão subjetiva.

Na geografia não há consenso sobre a noção de espaço e Corrêa (2000) mostra as diferentes concepções vinculadas às diversas correntes do pensamento geográfico como a: geografia tradicional; teórico quantitativa; geografia crítica e humanista/cultural. Na geografia tradicional, compreendida no período de 1870 a 1950, o espaço não constituiu-se como um conceito chave da geografia. Já na geografia crítica, com influências da teoria Marxista, buscando, em grande parte, compreender as contradições sociais e espaciais da sociedade contemporânea, o espaço aparece como um conceito chave. Ele é concebido como locus de reprodução das relações sociais de produção e reprodução da sociedade - contribuição do filósofo Henry Lefebvre. Essa análise marca os geógrafos que atuam nesta corrente. A geografia humanista está assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos e no simbolismo (Corrêa, 2000).

Claval (2001) coloca que com a renovação que ocorreu na geografia cultural desde o início dos anos 70 *“os lugares não têm somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os freqüentam”*. Bettanini (1982)

¹⁰ Ver obra organizada por Milton Santos e Maria Adélia A. de Souza, onde reúnem textos de diferentes pesquisadores, de diferentes disciplinas para debater a noção de espaço geográfico (Santos & Souza, 1986).

faz uma série de referências às análises que procuram tratar a percepção e representação do espaço geográfico.

Desta forma, observam-se, através da literatura, diferentes possibilidades na reflexão sobre o espaço e as relações sociais a ele associadas. Algumas vão além do espaço geográfico e usam categorias como espaço do mercado, da produção, da cidadania, conforme o “mapa” analítico usado por Boaventura Santos¹¹ para avaliar a sociedade capitalista.

Autores como Santos (1997), Gonçalves (2001), Suertegaray (2001), entre outros, vêm buscando criar conceitos e instrumentos de análise que tenham coerência e operacionalidade, possibilitando a análise do espaço de forma integrada. Suertegaray (2001) considera que a noção de espaço geográfico baliza esta disciplina, portanto constitui o seu conceito mais abrangente e o mais abstrato.

Para Milton Santos o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação. Segundo o autor:

“O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ação¹², não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídas por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e,

¹¹ Ver Santos (1995).

¹² Sobre os sistemas de ação, o autor avalia: *“Existiriam, pois, paralelamente essas três ordens: a ordem da forma técnica, a ordem da forma jurídica e a ordem do simbólico. O cotidiano se dá mediante essas três ordens. Mas se, por um lado, a ordem técnica e a ordem da norma impõem-se como dados, por outro lado, a força de transformação e mudança, a surpresa e a recusa do passado, vêm do agir simbólico, onde o que é força está na afetividade, nos modelos de significação e representação. A importância do lugar na formação da consciência vem do fato de que essas formas do agir são inseparáveis, ainda que, em cada circunstância, sua importância relativa não seja a mesma”* (Santos, 1997).

depois cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina” (Santos, 1997).

“Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos de ações preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” (idem).

O autor faz uma relação entre o material e o simbólico, defendendo a sua indivisibilidade. Ele considera que:

“o espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição social e do físico, um misto, um híbrido. Nesse sentido não há significações independentes dos objetos” [...] “São as ações que, em última análise, definem os objetos, dando-lhes um sentido. Mas hoje, os objetos “valorizam” diferentemente as ações, em virtude do seu conteúdo técnico. Assim, considerar as ações separadamente, ou os objetos separadamente, não dá conta da sua realidade histórica. Uma geografia social deve encarar, de modo uno, isto é, não-separado, objetos e ações, “agindo” em concerto”(idem).

Para o autor, a dimensão temporal é necessária para a consideração analítica do espaço. *“A noção de espaço é assim inseparável da idéia de sistema de tempo”(Santos, 1997).* A dimensão temporal deve ser considerada numa escala muito ampla, numa escala mundial, onde a situação atual depende de influências impostas. Mas também o comportamento do novo sistema está condicionado pelo anterior. Onde:

“Alguns elementos cedem lugar, completa ou parcialmente, a outros da mesma classe, porém mais modernos, outros resistem à modernização; em muitos casos elementos de diferentes períodos coexistem[...]o espaço, considerado como um mosaico de diferentes eras, sintetiza, de um lado, a

evolução da sociedade e, explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade” (Santos, 1985).

O autor fala ainda de rugosidades no espaço, sendo as estruturas construídas no espaço num tempo passado e que se encontram presentes no tempo atual.

Para Suertegaray (2001), nesta noção de espaço está contida a expressão de diferentes categorias como paisagem, território, lugar e ambiente. A autora, a partir da definição destes conceitos, os quais ela chama de operacionais, e do conceito mais amplo de espaço, forma um corpo referencial que expresse possibilidades analíticas da geografia.

Para Milton Santos (1997), para a necessidade de construção metódica de um campo coerente de conhecimento, onde o espaço possa aspirar ser um ente analítico independente, dentro do conjunto das ciências sociais, é indispensável que os instrumentos de análise apresentem coerência e operacionalidade, sendo dotados de coerência externa e interna.

Para tanto, o autor apresenta dois tipos de categoria de análise: interna e externa. As internas são paisagem, configuração territorial, divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas conteúdo. As externas são processos básicos externos ao espaço geográfico, sendo estruturas exteriores abrangentes, noções comuns a toda a história e às disciplinas sociais. Elas compreendem: técnica, ação, objetos, norma e evento, universalidade e a particularidade, totalidade e totalização, temporalização e temporalidade, idealização e objetivação, símbolos e ideologia.

Para o autor, a técnica reúne as duas categorias, e portanto permite empiricamente assimilar coerência externa e interna. A partir deste referencial analítico, Milton Santos sugere alguns recortes como: os problemas da região e do lugar, das redes e das escalas, racionalidade do espaço, o cotidiano, a ordem local e a global, as verticalidades e horizontalidades, entre outros. Desta forma,

utiliza-se aqui um arranjo teórico que articule as noções de território, rede, lugar, verticalidades e horizontalidades.

3.1.2 As verticalidades e as horizontalidades¹³

Existem pontos no espaço, distantes uns dos outros, mas conectados e que mantêm relações que asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades. Segundo Milton Santos (1997):

*“a verticalidade cria interdependência, tanto mais numerosas e atuantes quanto maiores as necessidades de cooperação entre os lugares[...] Essas interdependências tendem a ser hierárquicas e seu papel de ordenamento transporta um comando[...] Um incessante processo de entropia¹⁴ desfaz e refaz contornos e conteúdos dos subespaços, a partir das forças dominantes, impondo novos mapas ao mesmo território. E o crescente processo de homogeneização se dá através de um processo de hierarquização crescente. A homogeneização exige uma integração dependente, referida a um ponto do espaço (a partir deste ponto os processos podem ser controlados), dentro ou fora do mesmo país. Nos outros lugares a incorporação desses nexos e normas externas têm um efeito **desintegrador** das solidariedades locais então vigentes, com a perda correlativa da capacidade de gestão da vida local”*(grifos meus).

As horizontalidades referem-se às extensões formadas por pontos que se agregam sem descontinuidade, onde se dão as ações locais, estruturam-se as cooperações e solidariedades entre as pessoas próximas.

¹³ Outros estudos em outras áreas do conhecimento já se debruçaram de forma aproximada sobre arranjos de verticalidade e horizontalidade, como Wolf (1976), na obra *Sociedades Camponesas*, tratando das coalizões, onde os camponeses estão inseridos em ligações temporárias entre pessoas, facções e Estados.

¹⁴ Milton usa o conceito de entropia como medida de desordem dos subespaços, ou dos espaços locais.

“As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta” (Santos, 1997).

A esses dois arranjos, estão associadas as forças centrífugas e centrípetas. As primeiras conduzem a um processo de verticalização, são forças que se afastam do centro, fator de desagregação quando retiram da região os elementos do seu próprio comando, a ser buscado fora e longe dali. As centrípetas conduzem a um processo de horizontalização, relacionadas ao processo de produção e à intersubjetividade, forças de agregação e fatores de convergência (Santos, 1997). Essas forças atravessam o território, tendências ao mesmo tempo “contrastantes e confluentes”, que agem em diferentes níveis e escalas, do lugar ao mundo, entre estas escalas regionais, supra-regionais, nacionais e continentais. *“Tal superposição faz com que a explicação do que se passa dentro de cada área deva obrigatoriamente incluir as escalas superiores”* (Santos, 1997).

O autor identifica uma tendência atual de uma união vertical dos lugares, e nesse processo os vetores de modernização são entrópicos, trazem desordem aos lugares em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício. O autor avalia que a *“união vertical está sendo posta em jogo e não sobrevive senão à custa de normas rígidas”* (idem).

Numa relação dialética, *“os lugares também se podem refortalecer horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente construídas, uma base de vida que amplie a coesão social da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo”* (idem).

Os arranjos verticais e horizontais produzem arranjos territoriais, e ainda, falar de verticalidades é, sobretudo, considerar o funcionamento das redes. Esses assuntos serão discutidos a seguir.

3.1.3 Territórios e Territorialidades

A noção de território está relacionada com a idéia de poder sobre uma determinada área, quer seja referente ao poder público, estatal ou ao poder das grandes empresas privadas. Portanto não deve ser confundida com a noção de espaço ou de lugar (Andrade, 1994).

A referência comumente feita ao uso do conceito de território, tanto no senso comum, como na maior parte da literatura científica é ao “território nacional”. Segundo Souza (2000), o território surge, na Geografia Política, como o espaço concreto em si, que é apropriado, ocupado por um grupo social, gerando raízes e identidade. A identidade sócio-cultural de um povo estaria ligada ao espaço concreto – a natureza, o patrimônio arquitetônico. Portanto, a identidade sócio-espacial estaria relacionada com o território (na escala nacional, o Estado-Nação), com o espaço físico e com o poder controlador desse território. Pensar em território nacional era falar em cultura nacional, amor à pátria, como se entre o povo não existissem classes, grupos, contradições internas, lutas políticas (Souza, 2000¹⁵).

Outras noções teóricas sobre o território podem ser encontradas na literatura científica. Para Raffestin (1993), *“é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território”*. O território se forma a partir do espaço, resultado de uma ação em qualquer nível, *“ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação), o autor*

¹⁵ Souza (2000) mostra que para Ratzel – primeiro grande autor da geografia política, a territorialidade é permeada de história, tradição e ideologia de um modo “naturalizado”.

“territorializa” o espaço. O território, nesta perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. Para o autor, o território é constituído por um sistema de malhas, nós e redes que se imprimem no espaço, formando o invólucro no qual se originam as relações de poder.

Os territórios também comportam um sistema de símbolos. Raffestin (1993) analisa que o processo de formação dos territórios é sustentado por um poder, um conhecimento e uma prática, por ações e comportamentos, que supõem “a posse de códigos, de sistemas sêmicos”.

“Os limites do espaço são os do sistema sêmico mobilizado para representá-lo”[...] “toda combinação territorial cristaliza energia e informação, estruturadas por códigos[...] É preciso pois compreender que o espaço representado é uma relação e que suas propriedades são reveladas por meio de códigos e de sistemas sêmicos. Os limites do espaço são os de sistemas sêmicos (Raffestin, 1993).

Portanto, para compreender a produção territorial é *“preciso recorrer aos princípios ou códigos que asseguram, por meio dos sistemas sêmicos, a comunicação entre os modos de produção e o espaço”(idem).*

Souza (2000) procura flexibilizar o conceito de território geralmente usado com referência ao território nacional, como também propõem uma flexibilização na dimensão temporal e enfatiza a noção de “campo de forças”.

“Aqui o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós e os outros. Territórios são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas...dentro de escalas temporais as mais diferentes...podem ter um carácter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica”(Souza, 2000).

O autor procura enfatizar que o território não é o mesmo que o espaço concreto, que o conceito não incorpora o substrato material, mas sim um campo de forças, as *“relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial”*. O território existe sobre um espaço físico, mas não deve ser confundido com o espaço material, entretanto o autor considera que *“o poder não prescinde de referências espaciais, seja direta ou indiretamente”* (Souza, 2000).

Os territórios são heterogêneos e se sobrepõem, consubstanciando diferentes relações sociais, que efetivam diferentes redes e um campo de forças que sustentam o território (Saquet, 2000).

A conceituação de território nos remete a considerar a sua relação com as redes. Raffestin, como citado acima, considera a rede como um elemento do sistema constituinte do território. Para compreender a relação de rede e território, Souza (2000) define *“território contínuo”* e *“território descontínuo”*. Segundo o autor, o processo de constituição de redes nos *“remete à necessidade de se construir uma ponte conceitual entre o território em sentido usual (que pressupõe contiguidade espacial – “território contínuo”) e a rede (onde não há contiguidade espacial: o que há, é em termos abstratos e para efeito de representação gráfica, um conjunto de pontos – nós – conectados entre si por segmentos – arcos – que correspondem aos fluxos que interligam, costuram os nós – fluxo de bens, pessoas ou informações -, sendo que os arcos podem ainda indicar elementos infra-estruturais presentes no substrato espacial – p. ex., estradas – que viabilizam fisicamente o deslocamento dos fluxos)”*(Souza, 2000). Esse território-rede o autor chama de *“território descontínuo”*.

Cada nó de um território descontínuo (para Raffestin, locais de poderes, locais de referência, de forma absoluta ou relativa) é ele mesmo um território. Assim, o território descontínuo pode ser visto como uma rede a articular dois ou

mais territórios contínuos, mostrando que os territórios se sobrepõem (Souza, 2000). A relação entre redes e territórios será discutida mais a frente.

Conforme Andrade (1994), a expansão do território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, que provoca o sentimento da territorialidade, criando de forma subjetiva a consciência de confraternização entre as pessoas. Para este autor, a expressão territorialidade se refere tanto ao que se encontra no território e sujeito à gestão do mesmo, quanto ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte e se integrar a um território. Ainda para Andrade (1994), esse é um processo dialético. Ao mesmo tempo que um território se amplia, num processo de territorialização, amplia-se a territorialidade, provocando a desterritorialidade nos grupos humanos que sofreram o processo, dando origem a novas territorialidades. Os grupos atingidos reagem a esse processo de territorialização de diferentes formas, como observa Andrade no processo de reação de grupos indígenas e posseiros à territorialização do espaço brasileiro.

Esse processo na história da ocupação do espaço brasileiro foi carregado de violência e autoritarismo, gerando fortes choques culturais, na consolidação da territorialidade. Ainda para Andrade (1994), os territórios podem se sobrepor, pois, como ele exemplifica, o território de uma empresa se sobrepõe ao dos Estados, apresentando conflitos e complementações.

Para Raffestin (1993) a territorialidade é *“a “soma” das relações mantidas por um sujeito com o seu meio. Isso dito, não se trata de uma soma matemática, mas de uma totalidade de relações biossociais em interação.”* Nesta perspectiva *“a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”*. Ainda para o autor *“conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que*

diferenciada, com os outros atores”. Portanto, reside numa relação concebida como processo de troca e de comunicação (Raffestin, 1993). Desta forma pode-se falar em territorialidade interna e externa.

Souza (2000) critica Raffestin sobre o significado de territorialidade por enfatizar a relação com o meio natural. O autor defende um conceito mais amplo como um *“certo tipo de interação entre homem e espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço”*. Para ele a territorialidade é formada pelas *“relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial”*. Nesta perspectiva, a territorialidade pode não ser um sentimento de identidade, abrindo a possibilidade de incluir outros elementos na reflexão sobre o espaço e relações sociais, como participar de um território, mas não identificar-se com ele.

3.1.4 As redes

A definição e a idéia de rede tem uma grande popularidade tanto nas ciências sociais como nas ciências naturais. Na literatura encontram-se diferentes noções de redes.

Como analisado, a reflexão sobre espaço e território passa pelas redes. Elas têm um papel fundamental tanto na construção das horizontalidades, como na formação e articulação de territórios. Acredita-se que a questão mais importante não é distinguir de forma precisa, rede de territórios, mas compreender as particularidades teóricas que os autores apresentam sobre as redes, no sentido de compreender a relação e conexão entre pontos distantes.

Milton Santos (1997) e Raffestin (1993), consideram, em suas teorias sobre o espaço, a idéia de rede. A preocupação não é em ocupação de áreas, mas em relacionar e ativar pontos e linhas, como ligação, conexão e comunicação nos territórios ou nos espaços. As redes têm a sua realidade material e *“também*

social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a freqüentam” (Santos, 1997). Santos acredita na necessidade de uma análise diacrônica (processo histórico) e sincrônica (num determinado estágio) para compreender as redes nos territórios, como duas faces de um mesmo fenômeno, duas formas de perceber um movimento unitário. A existência das redes é inseparável da questão do poder, e esse espaço reticular preside uma sociabilidade à distância, organizada por um discurso, e esse *“discurso é a linguagem das normas e ordens que atores longínquos fazem repercutir instantaneamente e imperativamente sobre outros lugares distantes. Tais redes são os mais eficazes transmissores do processo de globalização a que assistimos* (Santos, 1997). Milton Santos define redes como:

“ao mesmo tempo, concentradoras e dispersoras, condutoras de forças centrípetas e de forças centrífugas. É comum, aliás, que a mesma matriz funcione em duplo sentido [...] mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros [...] o fato de que a rede é global e local, una e múltipla, estável e dinâmica, faz com que a sua realidade, vista num movimento de conjunto, revele a superposição de vários sistemas lógicos, a mistura de várias racionalidades cujo ajustamento, aliás, é presidido pelo mercado e pelo poder público, mas sobretudo, pela própria estrutura sócioespacial (Santos, 1997).

O autor considera que o caráter definitivo da rede é que ela é um ser híbrido, um misto, cujo papel é exatamente o de unir o natural, o social, o global, o local.

As ligações entre diferentes atores no sentido de *“manter relações, assegurar funções, se influenciar, se controlar, se interditar, se permitir, se distanciar e se aproximar”*, criam as redes. *“Uma rede é um sistema de linhas que criam tramas. Uma rede poder ser abstrata ou concreta, invisível ou visível”* (Raffestin, 1993).

Haesbaert (1998), avaliando a relação entre rede e território, considera duas situações: 1) o território é mais amplo que as redes, sobrepondo-se a elas, e as redes se tornam elementos constituintes ou fortalecedoras do território; 2) o território é mais restrito do que as redes, quando estas se sobrepõem a eles. Como Santos (1997), Haesbaert (2000) avalia que as redes podem atuar em dois sentidos. No da territorialização, quando voltadas para a articulação interna do território (*tornando-se então seu elemento*), como na desterritorialização, *“quando os seus fluxos desestruturam territórios/fronteiras anteriormente estabelecidos (e territórios locais podem se transformar em elementos ou nós das redes)”¹⁶*. O autor analisa o efeito desterritorializante das redes e avalia que *“tecnologias cada vez mais ágeis na aceleração das transformações do espaço social levam a uma destruição daquilo que é uma característica dos territórios: a definição de fronteiras e, por consequência, a manutenção de uma (sempre relativa) estabilidade”* (Haesbaert, 2000).

Este autor apresenta características das redes desterritorializantes, destacam-se algumas aqui: - *instrumentais vinculadas à lógica padronizadora da economia de mercado, uma lógica contábil que tudo classifica e quantifica, retirando todo conteúdo simbólico e qualitativo;* - *técnico-informacionais e imateriais, incorporando níveis tecnológicos que permitem a simultaneidade da informação e, portanto, a superação do constrangimento “distância” e da necessidade de contato direto nas relações sociais;* - *globais e hierárquicas, impondo a (inter)dependência no nível planetário (embora neste sentido possam articular um território mundo)”* (Haesbaert, 2000).

¹⁶ O autor faz referência a Randolph (1993) que distingue redes estratégicas, moldadas por uma razão instrumental e redes de solidariedades, moldadas dentro de uma razão comunicativa.

3.1.5 Lugar

A partir de uma noção de espaço e totalidade, uno e diverso, o lugar se torna o palco onde o tempo e o espaço se realizam. O lugar é colocado como a possibilidade de compreender a união do tempo e do espaço, este como uno e múltiplo. Como diz Milton Santos (1997): *No lugar, nosso próximo, se superpõe o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando definitivamente, as noções e as realidades de espaço e de tempo*”.

É na visão de mundo vivido global – local que o lugar é: *“o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade”* (Santos, 1997).

Para Souza (2000) *“o vocábulo lugar assume, enquanto conceito científico, um sentido bastante específico, não sendo um simples sinônimo de local: sob inspiração, principalmente, da chamada Geografia Humanística, um lugar é um espaço vivido e percebido, intersubjetivamente, como dotado de uma “personalidade própria”, atuando como referencial para a construção de identidades e, não raro, carregado de simbolismo”*.

Esse conjunto de conceitos articulados pela noção de espaço geográfico, possibilita a definição de categorias mais ou menos precisas para compreender a relação dos agricultores familiares de Poço Fundo com os diferentes agentes situados na cadeia de comercialização e certificação orgânica. Essas famílias de agricultores estão inseridas nas seguintes categorias espaciais: **unidade produtiva ou familiar; espaços da comunidade/convivência; espaços de interação local/participação local** e na **rede de agroecologia**, conforme será aprofundado mais a frente. Vale ressaltar que as categorias espaciais definidas

podem ser consideradas como diferentes territórios, que se sobrepõem e se consubstanciam.

Alguns territórios são próximos do conceito de territórios contínuos, como os bairros rurais, inseridos aqui como *espaços da comunidade*. Do outro lado, territórios descontínuos, como a rede de agroecologia, que articula vários territórios contínuos. Como espaço geográfico, sendo um conceito mais amplo, essas categorias sustentam a análise de outros elementos, como os sistemas de produção e a relação com a natureza. Esses conceitos são utilizados no desenvolvimento do trabalho, buscando adequar cada categoria aos elementos ora analisados.

Essa perspectiva espacial possibilita estabelecer importantes relações entre os espaços locais, como as unidades familiares dos agricultores e, os sistemas mais amplos que articulam muitos pontos localizados em diferentes níveis espaciais. Os conceitos de verticalidade, de territórios descontínuos e redes, são aportes conceituais que mostram que as relações entre diferentes espaços são estruturados numa hierarquia com fortes relações de poder, que coordenam os fluxos que cortam os mais diversos lugares. Algumas perguntas que orientam as análises deste trabalho, buscando compreender as relações entre o local e o global, como: Os agricultores ligados aos sistemas de certificação e comercialização, estão num processo de desterritorialização ou de territorialização? Os sistemas “normatizados” tiram elementos do controle local causando entropia nos espaços locais, a favor das atores econômicos hegemônicos? Ou a dialética entre as horizontalidades e verticalidades estão fortalecendo a população local, aumentando sua autonomia e melhoria de vida? No processo de construção do espaço local os agricultores constroem sua autonomia, ou se submetem a um controle externo?

Na parte seguinte do referencial teórico faremos algumas considerações sobre o desenvolvimento de sistemas técnicos no nível mundial e sua relação

com o sistema capitalista. Esta análise é importante para compreender o processo de modernização da agricultura nos sistemas locais de Poço Fundo e, avaliar as reações locais e esse “modelo”.

3.2 Sistemas técnicos, capitalismo e desenvolvimento

A compreensão do desenvolvimento da sociedade, segundo Milton Santos (1997), passa pelo entendimento do papel que desempenham os sistemas técnicos. Em diversas obras, este autor procura enfatizar os sistemas técnicos como um elemento chave na análise do desenvolvimento da humanidade e na sua relação com a natureza. Para o autor, *“O entendimento da arquitetura e funcionamento do mundo passa pela compreensão do fenômeno técnico, em suas manifestações atuais, no processo da produção de uma inteligência planetária”*. Ele ainda define que *“as épocas se distinguem pelas formas de fazer, isto é, pelas técnicas. Os sistemas produtivos técnicos envolvem formas de produzir energia, bens e serviços, formas de relacionar os homens entre eles, formas de informação, formas de discurso e interlocução”* (Santos, 1997).

Portanto, a técnica pertence a um complexo e coerente sistema que integra as dimensões política, econômica, cultural e ambiental. No início da história social do planeta os sistemas técnicos eram locais. Isto pode ser entendido no sentido de que em cada lugar, com determinado grupo de pessoas, existia um sistema técnico articulado com o seu espaço geográfico e social imediato, sem relações com outros lugares e outros sistemas. No decorrer da história, *“as trocas entre grupos e, sobretudo, as trocas desiguais, acabam por impor a certos grupos as técnicas de outros grupos”*(Santos, 1997). A introdução de certos sistemas técnicos ou parte deles *“altera os antigos equilíbrios, acrescentando elementos externos às histórias até então autônomas”*(idem) (aqui o autor se refere a um processo de

“desterritorialização” e “reterritorialização” dos sistemas técnicos). Desta forma, o “movimento local das técnicas deixa de ser apenas horizontal, antropológico, e recebe uma influência, um componente vertical, incluindo o lugar numa história técnica e social mais abrangente”(idem).

A partir da segunda metade do século XX ocorre um intensivo processo de homogeneização dos sistemas técnicos, como ilustra a figura 1 abaixo:

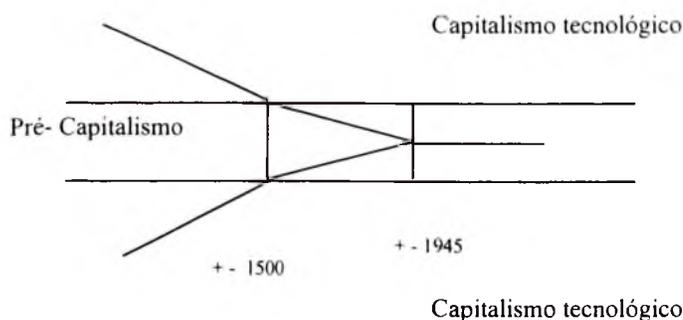


FIGURA 1 - Homogeneização dos sistemas técnicos

Fonte: Santos (1997)

O processo de homogeneização do sistema técnico atingiu um determinado estágio que permitiu a estudiosos considerar, no período atual, a idéia de unidade técnica associada à unidade de tempo e unidade do motor da vida – mais valia universal (Santos, 1997). Esse processo se intensifica em meados da década de 1940, fim da II Guerra Mundial.

No Pós Guerra, o sistema capitalista obteve uma grande expansão, marcada por um movimento sincrônico de centralização/exportação de capital produtivo. Este processo, que se acentuou na década de 70, segundo Aguiar (1986), configurou uma ampla e crescente internacionalização da produção, na

qual a tendência à unificação mundial do progresso técnico, e em consequência, das técnicas produtivas, tornou-se uma das características mais expressivas.

As grandes empresas multinacionais tiveram papel decisivo nessa internacionalização do processo produtivo, e para Aguiar (1986), o que diferenciou a atuação destas com relação aos períodos anteriores, não é o grande volume de recursos mobilizados no mundo, ou o sistema produtivo realizado em diferentes países, mas sim a “*propagação mundial das relações de produção capitalista no seu estágio monopolista*”, em outras palavras, “*a transferência da produção industrial para países periféricos*” (Aguiar, 1986).

Portanto não se unificam somente as técnicas, mas todo um estilo de desenvolvimento e de relações sociais. Ainda este autor destaca um dado grau de complementariedade/especialização dos sistemas nacionais integrados na economia e no sistema de produção mundial.

Brum (1987) analisa que no período pós-guerra “*avança a construção de uma economia mundial integrada, sob o comando das corporações transnacionais. Usando sua força, buscam subordinar as demais organizações e o próprio Estado (governo), transformando em simples executores de seus interesses*”. Pode-se destacar, neste período, que a integração crescente das economias e das nações dependentes no mercado mundial ocorre em função das necessidades dos países centrais, e cabendo aos países subdesenvolvidos o fornecimento de bens primários e matérias-primas baratas, importando produtos industrializados, tecnologia e capitais (Brum, 1987).

Portanto, cabe aqui a observação de Santos (1997), referindo-se à tecnologia como elemento exógeno para grande parte da humanidade e da sua universalização como um subsistema hegemônico: “*Em sua versão contemporânea, a tecnologia se pôs ao serviço de uma produção à escala planetária, onde nem os limites dos Estados, nem os dos recursos, nem os dos direitos humanos são levados em conta. Nada é levado em conta, exceto a busca*

desenfreada do lucro, onde quer que se encontrem os elementos capazes de permiti-lo”(idem). Ainda segundo este autor “a morte dos impérios, que o fim da Segunda guerra mundial vai precipitar, coincide com a emergência de uma técnica capaz de se universalizar”(idem).

Este autor garante que a possibilidade de universalizar a técnica, neste período, foi garantida com o surgimento de numerosos Estados nacionais, a criação de organismos supranacionais e a entrada da informação e do consumo como denominador comum universal.

Para Leff (2000), o *“processo de acumulação do capital foi gerando processos produtivos cada vez mais tecnificados, para revalorizar e incrementar a sua taxa de mais valia. Com a expansão do capital em escala mundial e a abertura de novos campos de investimento, esta **tecnoeestrutura foi-se transferindo para os países “subdesenvolvidos”**. Este processo gerou uma organização produtiva dependente, que degradou a capacidade produtiva dos ecossistemas tropicais e a riqueza potencial de suas populações. Por sua vez, isto implicou a apropriação destes recursos cada vez mais desigual da riqueza produzida nos países assim explorados”* (grifos meus).

Portanto, Leff (2000) defende que a principal causa do esgotamento dos recursos naturais das regiões tropicais do globo foi a exploração intensiva possibilitada pelos conhecimentos científicos e técnicos criados para as regiões temperadas. Ou seja, a transferência de tecnologia dos países centrais, para os países do terceiro mundo localizados nas zonas tropicais foi a principal causa de degradação destes ambientes naturais.

A transferência de padrões tecnológicos (transferência mimética) dos países centrais para os subdesenvolvidos, pode ser caracterizada pelo(a):

- efeito de dominação;
- problema da técnica exótica que se torna uma caixa preta;
- acentuação das desigualdades de repartição de renda;

- dependência técnica como uma das facetas da dependência cultural e;
- e os problemas de ordem ambiental (Sachs, 1986).

A unificação e imposição dos sistemas técnicos e do padrão de consumo estão associadas às mudanças nas bases física e energética de sustentação do modelo, ocorridas no pós-guerra.

O processo de crescimento do sistema capitalista, sob o regime fordista¹⁷, está associado ao enfrentamento da crise da economia mundial do final da década de 20, a qual foi agravada pela Segunda Guerra Mundial. Com a crise, *“as elites políticas dos EUA e de outros países capitalistas interessaram-se em reerguer rapidamente o mercado mundial,[...] Evidentemente, isto requeria a criação de um sistema internacional de instituições reguladoras; nas décadas subsequentes, as mais importantes seriam o FMI e o Banco Mundial, criados na conferência monetária de Bretton Woods, em 1944”* (Altvater, 1995).

Podemos verificar que foram definidas as estratégias para implantar e propalar um modelo que superasse a crise econômica do sistema mundial. Estas estratégias seriam garantidas em parte pelas formas institucionais que assegurariam o modo de regulação macroeconômico e social. O modo fordista de produção e regulação da economia foi o modelo usado como referência. A estruturação deste modelo foi iniciada no final do sec XIX, nos EUA e, nos anos de 1920 apresentava um grande crescimento de produtividade que já era referência para a Europa (Altvater, 1995).

Com o processo de mundialização do modelo fordista, houve um elevado nível de lucratividade em países industrializados no ocidente, em um período da metade da década de 1940 até o fim da década de 1960. No final dos

¹⁷ Os países centrais passaram por estilos de desenvolvimento no que se refere ao modo de produção e consumo, que podemos caracterizar como sistema mercantil e manufatureiro, a grande indústria e o modelo fordista. E é este último, a partir do final do século XX, o quadro de referência aos padrões de desenvolvimento de todo o mundo. O modelo de produção e consumo de massa. Mas essa tentativa, na maioria dos países, foi frustrante (Altvater, 1995).

anos 60 e início dos 70, com as altas dos juros, os investimentos na produção começam a ser transferidos para o sistema financeiro, iniciando a superação do fordismo para o pós-fordismo (Altvater, 1995). O modelo de acumulação capitalista sob o regime fordista se desenvolve como um sistema mundial, onde o alcance da sistematização vai além das fronteiras nacionais, definindo conexões econômicas internacionais e ecológicas no espaço global. A partir da sistematização deste modelo, todo o globo é articulado com conexões entre espaços geográficos e, de forma integrada, com relações sociais. As articulações ecológicas possibilitaram o sucesso industrial do modelo norte americano, sendo possível, através da exploração de fontes de energias fósseis e da exploração de matérias-primas minerais, o que Altvater chama de ilhas de sintropia positiva. Altvater afirma que a característica fossilista do fordismo é central.

Grande parte da energia consumida na sociedade é resultado da exploração de ilhas de sintropia positivas. Altvater (1995) utiliza este conceito a partir da definição do físico Hans Peter Dürr, como reservas energéticas, onde a fonte primária é energia solar direta, e seus componentes materiais não se encontram misturados de maneira indistinguível, mas separados ordenadamente e formados através de milhões de anos no curso da história da Terra. São elas as reservas minerais e as reservas de matérias primas energéticas, ou as fontes de energia fósseis, como reservas de bauxita, depósitos de carvão, campos petrolíferos e bolhas de gás natural.

Para Altvater (1995), a mudança para o período “fordista-fossilista”, a base energética que sustenta o desenvolvimento econômico, sofre uma alteração, passando da energia da biosfera (o trabalho do homem, dos animais e a biomassa) para uma grande dependência das ilhas de sintropia. Portanto, o sistema de produção passou a depender menos da madeira e do carvão, que sustentavam a primeira fase da industrialização, para o petróleo e o gás – energia fóssil. Desta forma, a produtividade do trabalho tornou-se progressivamente

independente em relação às fontes de energia da biosfera, e portanto o sistema de produção se tornou independente da produtividade ecológica, ou primária, ou seja, da produção de biomassa por meio dos agroecossistemas e ecossistemas. Isso deu agilidade e flexibilidade aos modos de produção, pois os espaços de transformação se desvinculam dos espaços de produção de biomassa. Assim, nas palavras de Altvater (1995), *“torna-se inicialmente possível desviar-se das restrições ecológicas de um modo inteligente, modificando-se a base energética da sociedade”*.

Com já dito, o modelo “fordista fossilista” de produção e consumo de massa tornou-se a referência para o desenvolvimento econômico desde a Segunda Guerra Mundial. Contudo, a possibilidade de implantar o sistema nos países subdesenvolvidos é no mínimo restrita¹⁸. *“O modelo do fordismo global é um modelo excludente[...] Exclui grande parcela da humanidade das gratificações da riqueza[...]a industrialização é um bem oligárquico”* (Altvater, 1995). É inviável a universalização do padrão de consumo dos países centrais, onde apenas 20% da população do planeta consome 80% da energia e das matérias primas manipuladas anualmente em todo o globo (Altvater, 1995). Ao mesmo tempo que os países subdesenvolvidos são excluídos do modelo, eles o sustentam. Na divisão internacional do trabalho, cabe a estes últimos o fornecimento de matéria-prima a preços baixos para os países desenvolvidos, estes providos dos principais sistemas de transformação de energia para a produção de valores de uso e de troca. Ainda os países em desenvolvimento são usados como depósito dos resíduos ambientais do primeiro mundo. Com essa clara divisão internacional do trabalho, os sistemas técnicos implantados nos

¹⁸ Para Abramovay (1992) e Veiga (1997), a fase fordista de desenvolvimento econômico não ocorreu no Brasil, em função do sistema econômico ser sustentado pela produção de bens de consumo duráveis só acessíveis à classe alta e à classe média. A produção e o consumo de massa não se realizaram no país, onde a concentração de riqueza foi se acentuando.

países do terceiro mundo seguem esta ordem, assim as tecnologias, como citado acima, grande parte importadas, serviam a lógica do regime de acumulação capitalista. Como defende Silva, J. G.(1999), a técnica é uma relação social, onde seu conteúdo é dado pelas relações sociais de produção, e dentro do sistema capitalista desempenha as funções de gerar lucro e reproduzir as classes sociais.

Altvater identifica os limites do desenvolvimento econômico:

“Em face da dependência contextual dos valores de uso, isto é, do agravo dos recursos naturais devido à produção e do consumo, encontra na terra uma sólida limitação ecológica; a entropia social da sociedade industrial fordista não pode ser aumentada ilimitadamente nos termos condicionados ao suprimento do sistema social com sintropia natural e à descarga da sua entropia¹⁹ energética e material”(Altvater, 1995).

Referente às contradições do sistema capitalista mundial na forma com que está estruturado na atualidade, Boaventura Santos (1995), avalia que: *“As disparidades entre o Norte e o Sul tornam-se ainda mais questionáveis com a universalização do modelo de desenvolvimento capitalista. Este modelo parece de fato confrontar-se com uma situação dilemática: por um lado, ele pretende-se hoje, sobretudo depois do colapso do regime comunista, universalmente válido; por outro lado, é cada vez mais claro que ele não pode ser aplicado universalmente ou, o que é ainda mais dilemático, quanto mais universal for a sua aplicação, mais desigualdade criará entre os poucos que ganham com isso e os muitos que perdem ,isto é, entre o Norte e o Sul”*.

Com as questões debatidas acima: a unificação dos sistemas técnicos e o limite dos recursos naturais, tece-se uma crítica ao modelo de desenvolvimento que procurou homogeneizar-se nos espaços. Para Sachs (1986), o sistema

técnico está associado ao estilo de desenvolvimento dos lugares, regiões e países. Com a unificação do sistema, tende a universalizar o estilo de desenvolvimento, mas como já visto, em si, ele é contraditório e desigual.

Adotar um determinado padrão técnico, é integrar uma determinada rede, onde as relações de poder e troca desiguais, podem submeter os homens à uma forte hierarquia, controlada pelos agentes hegemônicos do mercado. Mas ao mesmo tempo em que o sistema técnico unificado tenciona para a homogeneização dos espaços, os lugares oferecem resistência. Os agricultores familiares de Poço Fundo procuram definir a gestão dos sistemas produtivos a partir de uma base de recursos naturais diferente daquela que sustenta o sistema fordista-fossilista. Cabe a pergunta: o desenvolvimento de um estilo técnico alternativo não só pode diminuir a pressão sobre os recursos naturais, mas também alterar as relações sociais de produção, numa inserção diferenciada na sociedade?

Os sistemas técnicos também envolvem os sistemas de gestão e, inseridos nestes, os sistemas normativos, como no caso dos sistemas de certificação de produtos orgânicos. Se os agricultores ao utilizarem um padrão técnico produtivo alternativo buscam maior autonomia, os sistemas de certificação mais uma vez tencionam esses atores para a dependência externa. Isso mostra que o sistema capitalista tem a capacidade de reformulação das formas de controle sobre a produção, tornando os atores da produção local dependentes daqueles que ocupam os centros do poder. Essas noções de sistemas técnicos articulados ao sistema capitalista permeiam as análises realizadas neste estudo de caso, onde os agricultores familiares estão em constante relação com essas estruturas.

¹⁹ A Segunda lei da termodinâmica mostra que, nos processos de mudanças químicas e físicas, ocorre uma liberação de energia, processo definido como entropia. Aqui o conceito é utilizado como uma medida de desordem e dispêndio de energia.

Algumas correntes teóricas debatem estilos alternativos de desenvolvimento, considerando a perspectiva econômica, social e ecológica, como o ecodesenvolvimento e a agroecologia. Essas teorias serão apresentadas a seguir.

3.3 Ecodesenvolvimento e Agroecologia

3.3.1 Ecodesenvolvimento

Em 1973, o canadense Maurice Strong, usou pela 1ª vez o conceito de ecodesenvolvimento para caracterizar uma concepção alternativa de desenvolvimento, e Sachs formulou os princípios básicos desta nova visão de desenvolvimento (Brüseke, 1995). A obra *Ecodesenvolvimento – Crescer Sem Destruir*, é um marco no esforço da formulação da teoria e da proposta do ecodesenvolvimento (Silva, C. E. 1999), e neste trabalho, Sachs defende que “*o ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada região, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas a longo prazo.* Nesta definição, os critérios para compreender as mudanças e as formulações de ações são relativizados a cada caso, onde o processo de adaptação ao meio ganha grande relevância.

Ainda, “*sem negar a importância dos intercâmbios, o ecodesenvolvimento tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas generalizadas. Em vez de atribuir um espaço excessivo à ajuda externa, dá um voto de confiança à capacidade das sociedades humanas de identificar os seus problemas e de lhes dar soluções originais, ainda que se inspirando em experiências alheias. Reagindo contra as transferências passivas e o espírito de imitação, põem em destaque a*

autoconfiança. Resistindo a um ecologismo exagerado, sugere ao contrário, a constante possibilidade de um esforço criador para o aproveitamento da margem de liberdade oferecida pelo meio, por maiores que sejam as restrições climáticas e naturais. A diversidade das culturas e das relações humanas obtidas em meios naturais comparáveis são testemunhos eloqüentes desta possibilidade. Mas o sucesso pressupõem o conhecimento do meio e a vontade de atingir um equilíbrio durável entre o homem e a natureza. Os fracassos e os desastres que sofreram algumas sociedades ofereceram testemunho não menos eloqüente do alto preço da incapacidade de gerir as relações entre o homem e a natureza”(Sachs, 1986).

Nesta vertente há um constante esforço em conjugar a reflexão teórica e a prática, onde o autor aborda questões relacionadas a um novo estilo de planejamento local, articulado com o regional. Portanto, como quer o autor, *“o conceito de ecodesenvolvimento tem que ser operacional”* (Sachs, 1986). Partindo deste pré-suposto a obra do autor transita em questões relacionadas às teorias do desenvolvimento econômico, da valoração dos recursos ambientais, desenvolvimento tecnológico e até ligadas à alimentação e moradia. Ou seja, o ecodesenvolvimento parte de uma concepção de que os sistemas econômicos estão integrados nos sistemas ecológicos, portanto, Sachs, ao debater as aplicações do conceito em projetos de desenvolvimento rural, defende que *“o ponto crucial do problema é adquirir-se uma visão mais profunda dos inter-relacionamentos dos processos sociais e natural e aprender-se a lidar mais eficientemente com tais inter-relacionamentos”* (Sachs, 1986).

Enrique Leff vem contribuindo com diversas literaturas na construção teórica do ecodesenvolvimento. Para satisfazer as necessidades básicas da população, Leff (2000) aponta para uma *racionalidade produtiva alternativa*, adaptada às condições ecológicas e culturais, que integre os processos naturais a um complexo sistema técnico para o aproveitamento dos recursos, respeitando a

diversidade ecológica e cultural. Assim, aumentando a *produtividade ecotecnológica* dos processos produtivos e evitando as *deseconomias* externas geradas por processos tecnológicos altamente capitalizados (Leff, 2000), e importados de outras localidades.

O ecodesenvolvimento defende a necessidade de conhecer as bases ecológicas da produtividade primária do meio natural, suas condições de reprodução e suas possibilidades técnicas, associadas a aspectos sócio-culturais, para o desenvolvimento de técnicas adaptadas, gerando processos produtivos fundados no potencial da produtividade primária – a produção de biomassa a partir do fenômeno fotossintético – das regiões (Leff, 2000). As regiões tropicais apresentam as maiores produtividades primárias do planeta, daí a possibilidade do seu aproveitamento para a geração de valores de uso para a satisfação das necessidades das populações.

Sachs aponta alguns componentes chaves no debate sobre a sustentabilidade, que acabaram sendo incorporados, de certo com diferentes ênfases, na reflexão teórica e nas estratégias de planejamento no âmbito do desenvolvimento sustentável. Com base em suas obras (Sachs, 1986; Sachs, 2000), pode-se destacar os seguintes elementos: o ponto de partida do ecodesenvolvimento é a lógica das necessidades e não a lógica da produção; o mercado não tem mecanismos adequados para regular as externalidades causadas pelo sistema econômico, portanto defende a intervenção do Estado e as *gestões negociadas e contratual dos recursos*; subestima o poder do ajuste tecnológico para atingir um desenvolvimento sustentável; defende sistemas técnicos apropriados - as ecotécnicas; enfatiza a produção primária – biomassa; identifica a necessidade de contenção do consumo excessivo; considera a solidariedade diacrônica e sincrônica; as complementariedades dos processos de produção; a adequação do sistema criado pelo homem aos grandes ciclos da

natureza; a participação, estímulo à autoconfiança e o respeito à diversidade e à interação saudável do conhecimento popular e do científico.

Segundo Sachs, para a operacionalização do conceito de ecodesenvolvimento são necessárias três condições: *“um grande conhecimento das culturas e dos ecossistemas; bem como daquilo que as diferentes culturas aprendem sobre os seus ecossistemas.”*; a participação da população local nos processos de planejamento e as relações institucionais. *“De nada servirá tentar-se iniciar localmente um processo de desenvolvimento autoconfiante, voltado para as necessidades e ambientalmente são, enquanto os vínculos entre a micro-região (ou a municipalidade) e o resto da economia tiverem caráter de exploração, conseqüentemente confiscado e sugando todos os ganhos acrescidos pelo desenvolvimento. A condição institucional mínima para o ecodesenvolvimento consiste no estabelecimento de um esquema de mercado que ofereça termos de troca relativamente justos e proporcione acesso a certos recursos críticos impossíveis de obter localmente”* (Sachs, 1986). Portanto o autor defende uma abordagem mais horizontal, voltada para os problemas locais e menos burocrática e centralizada.

A partir destas três condições faz-se necessária a adoção de outros referenciais teóricos que possibilitem compreender como esses processos ocorrem na realidade das comunidades rurais. Desta forma, buscando a aplicação empírica das teorias, contribuir para a formulação de uma teoria do desenvolvimento, que possa corresponder os critérios esperados por Brüseke, onde: *“uma teoria do desenvolvimento tem que a) contribuir para a interpretação sistemática do desenvolvimento social; b) tem que demonstrar seu valor heurístico nos estudos de caso; c) deve na base da sua coerência interna servir para orientar a ação social com sentido numa situação que seria menos transparente sem a existência dessa teoria”* (Bruseke, 1995).

Para tanto, baseados nas condições definidas por Sachs, cabe aqui a contribuição da agroecologia na compreensão dos sistemas locais e suas inter-relações com o sistema econômico-produtivo.

3.3.2 Agroecologia

Segundo Hecht (1989), *“o uso contemporâneo da agroecologia data dos anos 1970, mas a ciência e a prática da agroecologia têm a idade da própria agricultura”*. Os sistemas de produção desenvolvidos a partir de longas experiências realizadas por famílias e comunidades rurais, através da convivência com o ambiente local, suas limitações e potenciais, contribuem de forma definitiva para a agroecologia. Através do processo de convivência com o ambiente local, essas comunidades se adaptaram e adaptaram o ambiente, buscando explorar os recursos de forma a satisfazer suas necessidades, criando um sistema técnico e social adaptado. Essa experiência é uma rica contribuição para a agroecologia. *“O “saber camponês”, sobre o solo, plantas e processos ecológicos tem um significado sem precedente nesse paradigma agroecológico”* (Altieri, 1991).

Portanto, segundo Altieri (1989), *“embora os pequenos produtores tropicais com pouco capital ou suporte institucional tenham sido confinados a uma baixa qualidade de produção, solos limitantes, seus sistemas oferecem informações valiosas para o desenvolvimento de sistemas de produções sustentáveis”*.

Segundo Hecht (1989), a agroecologia se insere num contexto em que grande parte dos sistemas sociais e do conhecimento acumulado pelas comunidades rurais foram sendo transformados e desarticulados com o desenvolvimento da economia capitalista e da sociedade moderna. Esse processo de desarticulação ocorreu mais intensamente com os processos de colonização e

transferência de tecnologias dos países centrais para os países tropicais, gerando grandes mudanças na organização sócio-ambiental. E ainda, com o autoritarismo da ciência moderna, não reconhecendo outros saberes, onde as práticas agrícolas desenvolvidas por esses povos foram desconsideradas pelas ciências agrícolas ²⁰.

Para esta autora, a agroecologia tem suas raízes: nas ciências agrícolas; no movimento ambiental; na ecologia (particularmente na exploração da pesquisa de ecossistemas tropicais); nas análises de agroecossistemas indígenas e em estudos de desenvolvimento rural. *“Cada uma destas áreas em questão têm diferentes objetivos e metodologias, ainda que tomadas juntamente, todas têm influência legítima e importante no pensamento agroecológico”* (Hecht, 1989). Portanto, *“A agroecologia pode ser mais bem descrita como uma tendência que integra as idéias e métodos de vários subcampos em vez de uma disciplina específica* (idem).

Segundo Casado et al. (2000), a agroecologia surgiu no final dos anos 70 como resposta às primeiras manifestações da crise ecológica no campo. Para estes autores é um redescobrimto da agroecologia ou de formulação letrada de muitos dos conhecimentos construídos pelas culturas campesinas, de transmissão e conservação oral, sobre as interações que se produziam na prática agrícola.

Para Gliessman, a agroecologia deriva de duas ciências: a ecologia e a agronomia, ciências que tiveram um relacionamento tenso durante o século XX. A ecologia preocupava-se mais com os sistemas naturais enquanto a agronomia com os métodos de investigação da prática agrícola. Apesar de no final dos anos 20 e nos anos 30 ter ocorrido um entrelaçamento entre as duas disciplinas, após a Segunda Guerra Mundial elas mantinham uma grande distância. No final dos anos 50, com o debate sobre o conceito de ecossistema, criaram-se interesses

²⁰ Como analisa Polanyi (1980), a estruturação de uma economia de mercado foi à custa de uma grande desarticulação social, ou seja, *“o progresso é feito à custa da*

mútuos, com os quais foram realizados trabalhos denominados de ecologia agrícola. O conceito de ecossistema forneceu uma estrutura básica geral para analisar a agricultura a partir de um enfoque ecológico. Ao longo dos anos 60, 70 e 80 essa integração foi se acentuando (Gliessman, 2001).

Segundo Hecth (1989), a agronomia e a ecologia de culturas vegetais estão se aproximando cada vez mais, mas a integração da agronomia com outras ciências, incluindo as ciências sociais ainda está no início, e no final da década de 70 e início de 80, o componente social cada vez mais apareceu na literatura agrícola.

Altieri conceitua a agroecologia da seguinte forma:

“A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda, tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e sócio-econômicos, à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como uma unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos”(Altieri, 2000). Ainda, *“a pesquisa agroecológica preocupa-se não em maximizar a produção de uma atividade em particular, mas sim com a otimização do agroecossistema como um todo. Essa tendência troca a ênfase de uma pesquisa agropecuária direcionada a disciplinas e atividades específicas para tratar de interações complexas entre pessoas, culturas, solos e animais”* (Altieri, 1989).

desarticulação social”.

A abordagem epistemológica da agroecologia difere do paradigma da ciência moderna e do positivismo, onde os pesquisadores conduzem seus experimentos controlados através do método hipotético dedutivo. Para Norgaard (1989), os agroecologistas são fascinados pelos sistemas produtivos desenvolvidos por um longo tempo, onde as pessoas foram ativamente envolvidas, e procuram estudar como estas pessoas interagem e interpretam estes sistemas e através destas explicações compreender as importantes relações que ocorrem no agroecossistema. Este autor enfatiza que *“a diferença mais importante entre a visão agroecológica do mundo e a da ciência ocidental é que os agroecologistas vêem as pessoas como parte dos sistemas locais em desenvolvimento [...] E tanto a cultura humana molda sistemas biológicos como estes moldam a cultura. Cada qual pressiona seletivamente o outro. Os povos e seus sistemas biológicos desenvolveram-se mutuamente. O ecossistema, nesta visão, inclui o sistema de conhecimento, o sistema de valores, a organização social e a tecnologia do povo paralelamente ao seu sistema biológico. Este, é claro, é um ecossistema muito maior do que muitos ecologistas estão querendo examinar”*(Norgaard, 1989).

Vários autores (Norgaard, 1989; Casado et al., 2000) utilizam o conceito de coevolução como um princípio central na abordagem agroecológica. Referem-se a um processo histórico de dependência mútua da natureza e do homem. Ou seja, a história da natureza é a história da cultura dos povos, como também defendeu Marx & Engels (1993): *“enquanto existirem homens, a história da natureza e a história dos homens se condicionarão reciprocamente”*. Para Casado et al. (2000), esse princípio tem implicações muito relevantes na abordagem agroecológica, onde a interação homem X natureza não se mantém estática com o passar do tempo, e sim mudando de acordo com a dinâmica que tal interação gera em cada parte e em todo o sistema. Procuramos aqui definir um conceito que possa desvincular a relação sociedade / natureza da idéia de

evolução. O que nos garante que o movimento é sempre no sentido da evolução, do aprimoramento das relações entre os homens e entre a natureza, na direção de uma melhoria com relação ao sistema anterior. Desta forma, acredita-se que pensar na coexistência de diversos elementos integrados num determinado espaço geográfico, que influenciam e são influenciados, considerando os movimentos sincrônicos e diacrônicos, um movimento de **“coexistência tempo espacial”**, nos parece mais adequado para analisar a realidade do espaço local.

O ecodesenvolvimento e a agroecologia compartilham na sua base epistemológica com a subdisciplina antropológica da ecologia cultural (Sachs, 1986; Norgaard, 1989). Segundo Diegues (2000), *“Julian Stewart rompeu com o determinismo geográfico e com o possibilismo histórico criando a Ecologia Cultural que estuda os processos adaptativos por meio dos quais as sociedades são afetadas pelos ajustes básicos, e através deles o homem utiliza o meio ambiente”*. Julian Stewart considera que determinados aspectos da cultura das sociedades mantêm relações mais fortes do que outros, como as atividades econômicas de subsistência, tecnologia, organização social, elementos que são responsáveis pelas respostas adaptativas ao ambiente. Desta forma, produção, troca, comercialização são estratégias adaptativas. Portanto, a noção de adaptação é central nesta abordagem.

Um dos objetivos da ecologia cultural é realizar detalhados estudos etnográficos e análise de sistemas de produção constituídos por populações que ocupam determinado habitat e suas escolhas adaptativas (Diegues, 2000).

A etnociência também se faz presente nas duas abordagens, e segundo Diegues (2000), esse enfoque tem dado uma grande contribuição para estudar o conhecimento das populações humanas. A etnociência parte da *“lingüística para estudar o conhecimento das populações humanas sobre os processos naturais, tentando descobrir a lógica subjacente ao conhecimento humano do mundo natural, as taxonomias e classificações totais”* (Diegues, 2000).

A agroecologia vem sendo utilizada em programas de desenvolvimento rural em diferentes países do terceiro mundo, principalmente através das ONG's junto às comunidades rurais. Esses programas possuem uma série de objetivos que envolve desde a alimentação básica, resgate de tecnologias, uso eficiente dos recursos naturais e do agroecossistema, redução do uso de insumos externos, experimentação e implementação de tecnologias adaptadas até a autonomia e o fortalecimento das famílias e das comunidades na relação com o mercado, na gestão das propriedades e na organização social (Altieri, 2000). A ênfase na reprodução da família e manutenção dos recursos naturais; a inter-relação entre o "saber popular" e o científico; técnicas ecologicamente sadias e compatíveis culturalmente; considerar as experiências locais; autonomia com relação a insumos externos e viabilidade econômica e ainda o fortalecimento sócio político dos atores locais são as principais características dos programas de desenvolvimento baseados na agroecologia (Altieri, 1991).

Recentemente no Brasil a abordagem agroecológica vem sendo incorporada ao setor público, como em programas de extensão rural, conforme mostram Caporal & Costabeber (2001).

Para Casado et al., (2000), a agroecologia pode ser entendida de maneira ampla ou restrita. Nesta última, há ênfase nos conhecimentos ecológicos e agronômicos, já na agroecologia ampla, as variáveis sociais ocupam um papel relevante, procurando articular uma perspectiva de desenvolvimento mais abrangente, como uma estratégia alternativa para problemas sociais e ambientais da agricultura.

Portanto, para usar uma abordagem ampla, Fernández & Garcia (2001), ao avaliarem o desenvolvimento rural sustentável a partir da perspectiva da agroecologia, defendem a necessidade do uso de indicadores mais amplos do que os geralmente usados para avaliar o desenvolvimento, sejam eles: produtividade; estabilidade; sustentabilidade; equidade e autonomia. Esses

indicadores são baseados na proposta de Gordon R. Conway e utilizada por outros autores como Altieri (1989). Fernández & Garcia (2001) incorporaram o indicador autonomia. Esses indicadores são propriedades dos agroecossistemas, podendo ser definidas tanto em termos biofísicos, quanto sócio-econômicos, portanto, apresentam uma dupla dimensão (Conway, 1993).

Produtividade: *“é uma medida quantitativa da proporção e montante de produção por unidade de terra ou insumo. Em termos ecológicos, produção refere-se ao montante de colheita ou produto final e produtividade é o processo para se atingir este produto final”*(Altieri, 1989). Pode ainda ser analisada como medida de retorno econômico líquido ou através de algum indicador social de valores humanos, como defende Conway (1993).

Estabilidade: *“é a constância da produtividade diante das pequenas forças perturbadoras que surgem das flutuações e dos ciclos normais no ambiente circundante”* (Conway, 1993).

Sustentabilidade ou resiliência: *“refere-se à habilidade de um agroecossistema em manter a produção através do tempo, face a distrúrbios ecológicos e pressões sócio-econômicas de longo prazo”* (Altieri, 1989).

Equidade: indica a distribuição social dos produtos gerados pelos agroecossistemas. Implica numa menor desigualdade na distribuição de ativos, capacidade e oportunidades (Fernández & Garcia 2001). Pode ser medida por outros indicadores como pelo coeficiente de Gini (Conway, 1993).

Autonomia: *“tem a ver com o grau de integração ou controle dos agroecossistemas refletido no movimento de materiais, energia e informações entre as partes que o compõem e entre o agroecossistema e o ambiente externo. A auto-suficiência de um sistema de produção se relaciona com a capacidade interna para disponibilizar os fluxos necessários para a produção”* (Fernández & Garcia, 2001).

Existem diferentes estilos de cultivo, ou diferentes escolas ligadas à agricultura “ecológica” como: agricultura orgânica, biodinâmica, permacultura, racional e agricultura natural²¹. Cada escola tem as suas especificidades com relação a procedimentos e princípios técnicos de produção. A agroecologia, como um conceito mais amplo, pode estar associada aos diferentes estilos de produção, articulando os mesmos numa perspectiva de desenvolvimento rural que envolve outros elementos. Atualmente existe uma grande variedade de conteúdos e aplicação destes conceitos, com vários pontos não consensuais. Neste trabalho considera-se o termo “agroecologia” como definido por Altieri e o conceito de agricultura orgânica, no sentido definido pela instrução normativa do ministério da agricultura²², no qual estabelece um padrão de manejo e um tipo de qualidade aos produtos “orgânicos” voltados para a comercialização. Num outro sentido, aprofundaremos no significado deste conceito para a população estudada.

3.4 A agroecologia no Brasil

No Brasil, a partir da década de 1970, vêm surgindo algumas ações contestatórias à agricultura dita moderna e ao modelo de desenvolvimento urbano-industrial. Nomes importantes como Ana Maria Primavessi e José Lutzenberg são significativos nesse período. Já na década de 1980 surgiram

²¹ Ver Fornari [1985] e Casado et al. (2000).

²² Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária e industrial todo aquele em que se adotam tecnologias que otimizem o uso de recursos naturais e socioeconômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a auto-sustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados, ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e consumo, e entre os mesmos, privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando a transparência em todos os estádios da produção e da transformação (Brasil, 1999).

diferentes iniciativas rumo a uma agricultura alternativa que foram consolidando-se e, tomando um contorno de movimento. Encontros como o I e o II EBBA (Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa), realizados em 1984 e 1987 respectivamente, e a fundação de diferentes ONG's podem ser considerados marcos na trajetória do movimento da agricultura alternativa do Brasil.

Os diferentes atores e entidades que atuavam no campo da agricultura orgânica neste período, apesar de apresentarem em comum uma crítica ao modelo de produção agrícola moderno, não tinham um discurso, nem uma prática uniformizados, como pode ser analisado em Almeida (1999).

Pode-se observar que essas ações diferenciavam-se com relação: 1) à articulação entre grupos sociais – envolviam desde alguns setores progressistas da igreja Católica e Batista, agricultores familiares, técnicos até consumidores; 2) às variações regionais em função dos ecossistemas e culturas variados; 3) às formas de ação e de articulação com a sociedade - através de ONG's, feiras de produtos alimentares alternativos, projetos experimentação agrícola, grupos de associativismo, cursos, entre outros²³; 4) às diferenças ideológicas e 5) às formas de manejo dos sistemas produtivos.

Entidades como AS-PTA – que articula diferentes entidades do Norte ao Sul do País, AAO, IBD, Moquite Okada, Coolméia, Abio, entre outras, atuam no Brasil, com diferentes ênfases e objetivos.

Almeida (1999), na tentativa de fazer um “esboço de alguns arquétipos alternativos” para analisar os atores sociais contestadores da agricultura moderna no Brasil meridional, considera duas posições centrais, que para o autor se concretizam no pensamento ecologista no nível mundial: a ordem cultural, ou a dimensão cultural e científica da ecologia e a confrontação política, ou dimensão

²³ Ver Almeida (1999), Revista da AS-PTA - Assessoria (1991), Agricultura Biodinâmica (1999).

política. Procurando aproximar-se dessa diferenciação, apresentam-se algumas características para compreender alguns atores com que os agricultores de Poço Fundo interagiram e interagem. Com relação à dimensão política, pode-se identificar nos grupos envolvidos uma concepção de agricultura alternativa que acredita na construção de uma “nova agricultura”, ou seja, uma mudança profunda na relação com a natureza e com a sociedade em geral. Este grupo busca dar maior ênfase nas mudanças sociais, políticas e econômicas, construindo um padrão de desenvolvimento centrado na agricultura familiar, visando a distribuição de renda e poder. Aqui os sistemas técnicos modernos estão a serviço do sistema capitalista, estão associados às relações de poder na sociedade e à degradação da natureza ²⁴.

A dimensão cultural ou científica coloca maior ênfase na relação com a natureza, identificando a necessidade de superar a “crise” ambiental e promover um desenvolvimento igualitário, mas as críticas ao sistema capitalista e da economia de mercado são um pouco amenizadas.

Entre estes dois extremos encontram-se diferentes arranjos ideológicos e práticos, diferentes conceitos e formas e ação. Desta forma, existe uma grande diversidade de definições, concepções e princípios que procuram caracterizar a agricultura “ecológica”, “alternativa” ou “orgânica”.

Parte dos grupos ligados à agroecologia, desde a década de 80, realizam ações que articulam o espaço da produção e do consumo ²⁵. Entretanto, no decorrer do tempo, o “espaço ecológico” passa por alterações. A produção de alimentos orgânicos torna-se uma atraente oportunidade de negócio, ao mesmo tempo que o trabalho realizado por produtores, técnicos e consumidores, ganha visibilidade junto à sociedade. Com o crescente interesse de consumidores pelos

²⁴ Ver Gomes de Almeida (1991).

²⁵ Ver Gonçalves (1991); Fonseca (2002) e Souza & Bulhões (2002).

produtos ecológicos, e o envolvimento dos atores locais com o mercado “orgânico”, as iniciativas locais ganharam outros contornos.

Neste contexto, a certificação orgânica é vista como um mecanismo de articulação entre produção e consumo. Esse processo se torna importante na medida em que aumenta a distância entre esses dois momentos, como também cresce o espaço de comercialização.

Com o crescimento do “mercado orgânico”, diversas organizações orientam suas ações para esse segmento, especializam-se em determinados elos da cadeia de comercialização, como as certificadoras, empresas de comercialização e exportadores. A comercialização interna destes produtos ocorre de diferentes formas, como em feiras, cestas entregues a domicilio, grandes, médios e pequenos supermercados, lojas especializadas, cooperativas de produtores e consumidores. A exportação dos produtos é realizada por empresas especializadas, corretores, produtores/exportadores ou grupo de agricultores, podendo ter a mediação de ONG’s e assessores.

3.5 Agricultura familiar

A compreensão das especificidades e da morfologia - a estrutura e os processos organizativos - do campesinato, passa pela abordagem elaborada pelo russo Alexander V. Chayanov. Segundo o autor, a premissa básica para compreender toda a sua obra e que sustenta a sua teoria é o tratamento do conceito de unidade econômica familiar, no qual reside toda a originalidade da teoria. A chave do problema está na confrontação de duas hipóteses: *“Debemos aceptar o el concepto de la ficticia doble naturaleza del campesinato, que junta en su persona al obrero y al empresario, o el concepto de la unidad económica familiar, cuya motivación de trabajo es análoga a la el sistema de destajo”*(Chayanov, 1974).

Para o autor, o conceito de unidade econômica campesina que considera o agricultor ao mesmo tempo um empresário e um assalariado só é concebido no sistema capitalista, em função de a análise ser realizada por categorias integralmente capitalistas. O assalariado e o empresário eram as categorias clássicas consideradas pelos economistas da época, para compreender o sistema econômico. Portanto, a fusão das duas categorias na pessoa do camponês foi considerada inadequada, *“muito forçada e artificial”* (termos usados pelo autor) para compreender as especificidades da unidade de produção campesina.

Portanto, o autor usa o conceito de unidade econômica familiar, baseado na segunda hipótese, e é assim por ele definido: *“una hipótese basada en el concepto de la unidad de exploración agrícola como una unidad económica familiar en la cual la familia, como resultado de su trabajo de un año, recibe una simple remuneración de trabajo y mide sus esfuerzos en relación con los resultados materiales obtenidos* (Chayanov, 1974).

O autor ressalta, a partir desta definição, que para usar um conceito independente do sistema econômico no qual a unidade de produção está inserida, é inevitável basear a compreensão da sua essência organizativa no trabalho familiar.

Na teoria de Chayanov a mão-de-obra familiar e, portanto a composição da família, é o fator determinante da organização da unidade econômica camponesa, sendo o elemento organizativo de qualquer processo de produção. Assim, o volume de atividade econômica está relacionado com a dinâmica da família camponesa, ou seja, o volume de atividade é variável com o decorrer do tempo.

Apesar de a teoria Chayanoviana ser centrada na família, na compreensão do seu comportamento, o autor considera que para compreender a conduta econômica da família camponesa, também deve-se considerar o mercado, a história natural, a tecnologia e evidentemente a exploração

doméstica. Portanto a unidade camponesa pode ser vista como um sistema aberto.

Outro elemento importante na teoria Chayanoviana é que a família camponesa apresenta um comportamento diferenciado do empresariado capitalista. A hipótese básica é que a unidade não é movida pelo lucro, mas por um balanço subjetivo entre trabalho e consumo, portanto a natureza da motivação da atividade econômica campesina é a satisfação das necessidades da família.

Este trabalho foi retomado por diversos autores como J. Tepith, Mendras, Mellor, Shanin, Sen e Nakagima (Lamarche, 1993; Abramovay, 1992). Mendras apontou cinco características que definem o tipo ideal de sociedade camponesa: 1) autonomia relativa em relação à sociedade como um todo; 2) a importância estrutural do grupo doméstico; 3) um sistema econômico de autarquia relativa; 4) uma sociedade de inter-relacionamentos e 5) a função decisiva das personalidades de prestígio que estabelecem uma ligação entre a sociedade local e a sociedade em geral (Lamarche, 1993).

Na sua obra, *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, Ricardo Abramovay registra como a teoria de Chayanov influenciou diversas correntes na compreensão da economia camponesa e como foram-se agregando outros elementos neste debate. Destacam-se aqui alguns aspectos:

1) A análise, realizada por teóricos da corrente neoclássica da economia, procurava compreender o comportamento do camponês privilegiando fundamentalmente a unidade individual de produção e as determinações básicas de suas escolhas econômicas - sendo estas características da própria microeconomia. Apesar dos avanços, essas teorias apresentaram limites, como o não tratamento de forma satisfatória do ambiente social no qual estavam envolvidos os camponeses;

2)os limites das teses sobre a racionalidade econômica do camponês são evidenciados, a análise é ampliada com autores da sociologia e da antropologia, como Redfield, Kroeber, Mendras e Wolf. Estes autores, que usavam o termo “sociedades camponesas”, viam nestas a transição entre sociedades tribais primitivas e o universo urbano, onde códigos sociais específicos determinam as condutas, mas diferente das sociedades tribais, pois os códigos só poderiam ser compreendidos considerando a sociedade global na qual estão inseridos. Wolf (1976) avalia as sociedades camponesas como *“aqueles grandes segmentos da espécie humana que permanecem a meio caminho entre a tribo primitiva e a sociedade industrial”*. Para este autor, a diferença entre a tribo e os grupos camponeses é que estes estão inseridos em relações de poder e dominação com outras classes dominantes²⁶. Desta forma, o autor considera que *“o eterno problema da vida do camponês consiste, portanto, em contrabalancear as exigências do mundo exterior, em relação às necessidades que ele encontra no atendimento às necessidades de seus familiares”* (Wolf, 1976, p. 31).

3)os antropólogos analisaram que o campesinato não poderia ser estudado como sociedades ditas primitivas, estas compreendidas cientificamente como uma totalidade autodeterminada; portanto, conservaram este elemento na análise sobre os camponeses, com uma estrutura social e culturas próprias, mas que se relacionam e são influenciados por elementos que não pertencem ao seu meio. Segundo Shanin (1979), autores como A. L. Kroeber e Redfield, colocaram as sociedades camponesas como sociedades parciais, com culturas parciais. Redfield analisa o campesinato como sociedade parcial provida de uma cultura parcial (Abramovay, 1992). *“A parcialidade da sociedade camponesa vem exatamente de que, embora organizada em torno de códigos sociais próprios – cuja organização escapa à razão estritamente econômica – ela se relaciona com*

²⁶ “Somente quando um cultivador está integrado em uma sociedade com um Estado que podemos falar apropriadamente de um campesinato” (Wolf, 1976, p. 26).

o mundo exterior, também através de vínculos econômicos dados pela venda de mercadorias” (Abramovay, 1992).(grifos meus). Esta contribuição apresenta um referencial para compreender a relação das sociedades camponesas com o mercado, onde a noção de produção simples de mercadoria não se encontra no ambiente camponês, podendo ser melhor compreendida pela **“integração parcial aos mercados e o caráter incompleto destes mercados”**.

Nos sistemas de produção familiar, a economia não está separada de outras instituições. Polanyi (1980) mostra em diferentes sociedades a ausência de qualquer instituição separada e distinta, baseada somente em motivações de ordem econômica. Para este autor, o que garante a ordem na produção e na distribuição são dois princípios de comportamento não associado à economia: *reciprocidade e redistribuição*. Este princípio tem um caráter territorial, onde os resultados da produção são “gerenciados” pelos “chefes”. A reciprocidade está ligada à garantia da subsistência familiar. †

Shanin (1976) identifica nos esquemas conceituais que partem de um dualismo básico no qual dividiam a sociedade no tradicional e no moderno, ou no orgânico, como um desenvolvimento das teorias originadas por Durkheim. O autor questiona que os esquemas bidimensionais compreendem somente uma parte de uma realidade que é multidimensional. Portanto defende que o campesinato é um tipo de estrutura social, e estabelece um esquema conceitual – “tipo geral” com 4 facetas básicas: 1) o sistema de produção camponês como a unidade básica de uma organização social multidimensional; 2) o cultivo da terra como o meio principal de subsistência para satisfazer a maior parte das necessidades de consumo; 3) uma cultura local²⁷ específica relacionada com a forma de vida de comunidades pequenas; 4) submetidos a um sistema de dominação²⁸.

²⁷ O autor usa a expressão *cultura tradicional*, aqui preferimos utilizar “cultura local”.

²⁸ O texto original está no idioma espanhol, e aqui não houve uma tradução integral.

Antônio Cândido (1975) realizou um estudo enfocando *a obtenção dos meios de vida*, avaliando as situações sócio-culturais mínimas de sobrevivência dos “caipiras” do interior de São Paulo, buscando compreender os níveis mínimos de vida e de sociabilidade deste grupo social. Para o autor, os elementos que definem a sociabilidade das comunidades rurais - que ele define como “bairros rurais”, podem ser expressos da seguinte forma: um sentimento de localidade; a formação de um território; solidariedade e cooperação do trabalho e a vida lúdica religiosa (Cândido, 1975).

Abramovay (1992) analisa que *“são sobretudo os laços comunitários, os vínculos de natureza personalizada e o caráter extra-econômico das próprias relações de dependência social que explicam as particularidades do campesinato”*.

Segundo Abramovay, a caracterização realizada até agora sobre o campesinato apresenta uma diferença de natureza social entre o campesinato e a produção familiar característica dos países centrais. Entretanto, essa diferença não invalida as teorias que colocam a família como ponto central de análise.

Pode-se verificar que a concepção de Chayanov, considerando a família como elemento central, ajuda a compreender a constatação de Lamarche (1993), que realizou um estudo sobre a agricultura familiar em diferentes países e, segundo o autor, o ponto básico do enfoque da sua pesquisa parte de uma constatação comum: *“independente de quais sejam os sistemas sócio-políticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares, ou seja, por explorações nas quais a família participa da produção. É forçoso admitir, entretanto, uma grande diversidade de situações: em alguns lugares, a exploração familiar é a ponta de lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado; em outros, permanece arcaica e fundada essencialmente sobre a*

economia de subsistência; em alguns lugares, ela é mantida, reconhecida, como a única forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades da sociedade como um todo; em outros, ao contrário, é excluída de todo desenvolvimento, sendo desacreditada e a custo tolerada, quando não chegou a ser totalmente eliminada. Essas situações particulares, vinculadas a histórias e a contextos sócioeconômicos e políticos diferentes, são reveladoras da enorme capacidade de adaptação deste objeto sociológico que é a exploração familiar. Estamos seguros de que esta heterogeneidade reflete também as diferentes faces de um mesmo objeto e não de objetos intrinsecamente diferentes” (Lamarche , 1993).

Lamarche e Wanderley, em função da diversidade da exploração agrícola familiar, entre países e dentro deles, enfatizam a necessidade de uma estrutura teórica que possa tratar as diferentes formas de exploração familiar. Para Lamarche (1993), todas as explorações familiares não podem ser compreendidas como um único modelo, e seria um erro considerar que todos os exploradores agrícolas que se referem a um mesmo modelo anterior – ou “modelo original” (como um dos exemplos o autor considera que as explorações agrícolas familiares da França advém do modelo Camponês) são idênticos, possuindo o mesmo sistema de valores e as mesmas ambições. Para o autor, as explorações familiares não constituem um grupo social homogêneo – uma formação social que corresponda a uma classe social no sentido marxista do termo, e propõem que toda a exploração familiar deve ser analisada em dois níveis: ao mesmo tempo constitui um modelo de funcionamento e uma classe social no interior desse modelo (Lamarche, 1993).

Para Lamarche, o modelo descrito e analisado por Chayanov refere-se ao conceito de análise da exploração camponesa, portanto, a partir da exploração familiar, como um objeto de estudo em si, o autor propõem o que denomina de

esquema de análise, que, apesar de ser amplo, comparado a uma definição precisa, permite delimitar o objeto de estudo. Portanto como define o autor:

“A exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração (Lamarche, 1993).

Cabe aqui uma análise de Wanderlei (1996), segundo a qual:

“É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, esta categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais”.

Wanderlei (1996), ao tratar o debate sobre a exploração agrícola familiar, elabora as seguintes hipóteses:

- a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares;
- ao campesinato corresponde uma destas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade;
- a agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto sócioeconômico próprio destas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicionais;
- estas transformações do chamado agricultor familiar moderno, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas “anteriores”, gestando,

antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade;

- o campesinato brasileiro tem características particulares - em relação ao conceito clássico de camponês - que são o resultado do enfrentamento de situações próprias da História social do País e que servem hoje de fundamento a este “patrimônio sócio-cultural”, com que deve adaptar-se às exigências e condicionamentos da sociedade brasileira moderna (Wanderlei, 1996).

3.5.1 A dimensão política da Agricultura Familiar e do Campesinato no Brasil

A compreensão sobre a dimensão política do campesinato no Brasil nos remete à história e à sociologia. As primeiras formas de domínio e controle sobre a terra, o modelo agroexportador implantado no período de colônia, a lei das terras de 1850, as revoltas camponesas, as expansões de fronteiras e a mudança no padrão agrícola são alguns elementos imprescindíveis para compreender a questão política no campo.

Martins (1983) procura situar o termo “camponês” na história política do Brasil. Para o autor, “camponês” e “latifundiário” são termos recentes, sendo utilizados com maior frequência com o crescimento das lutas camponesas e à entrada da situação do campesinato no debate político nacional. Segundo o autor (1983): *“Essas novas palavras são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo da contradição à povoação ou à cidade, mas na estrutura*

da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico” (Martins, 1983).

O autor reconhece os limites do conceito de camponês, e avalia que a falta de uma categoria teórica que trate de forma completa e uniforme essa classe social expressa também um significado político. Compreende-se que se um determinado grupo social não é reconhecido de forma integral pelos intelectuais que atuam em diferentes campos, na academia, como também pelos partidos políticos, essa classe não é devidamente representada. Se na teoria marxista é impossível um conceito positivo e rigoroso de camponês (Abramovay, 1992), acreditando na idéia de que esta categoria será eliminada com o avanço do capitalismo, como um grupo pré-político, como e por que reconhecer as reivindicações políticas de um grupo social que tem os dias contados?

Segundo Martins, a história brasileira, cultivada também por alguns setores de esquerda, é a história do setor urbano, *“uma história dos que mandam e, particularmente, uma história dos que participam do pacto político [...] A história do Brasil é a história das suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é uma história de trabalhadores e rebeldes”*(Martins, 1983). Os camponeses foram excluídos dos pactos políticos, e os grupos políticos os enxergavam como um grupo estranho, vindo de fora, um retardatário, encarados como um perigo, como um incapaz de fazer história, e isso definirá o modo de colocá-lo no debate político – através da *“conscientização ou da aliança subordinada às diretrizes da classe operária”*(Martins,1983).

Apesar do esquecimento dos camponeses pelos pesquisadores, intelectuais e certos grupos políticos, eles avançaram no campo político, as revoltas no campo, certamente não registradas, ou mal registradas, foram inúmeras, como o Contestado, Canudos, a Revolta do Formoso entre outras. Nas

palavras de Martins (1983): *“Poucos sabem e poucos se dão conta de que o campesinato brasileiro é a única classe social que, desde a proclamação da república, tem uma reiterada experiência direta no confronto militar com o exército [...]Jou, então, uma experiência de intervenção direta do exército”*.

Para Martins (1983), os grupos que formaram o campesinato brasileiro são o índio, o mestiço e os excluídos pelo morgadio.

Neste trabalho optou-se pelo conceito de agricultura familiar, como uma unidade de produção agrícola, com uma estrutura produtiva associada a família, produção e trabalho, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares. O modo de vida específico das famílias forma uma totalidade composta por elementos ambientais, econômicos, culturais e políticos, inseridos numa rede de relações e envolvidas por um sistema simbólico. Nesta perspectiva, o conceito de campesinato é uma das formas particulares da agricultura familiar, com um modo específico de produzir e viver em sociedade.

3.5.2 “O modelo Original Brasileiro”

Sérgio Buarque de Holanda (1994) analisa que, no período colonial, houve uma influência mútua do estrangeiro e do índio, do colonizado e do colonizador, criando em função das próprias circunstâncias uma “amalgama” de hábitos e tradições, e também de técnicas. Para o autor, a soma de elementos internos e externos tão disparees gerou o novo, que não se encontrava mais nem no índio, nem no Europeu. Considerar que a forma de vida do camponês é resultado deste “amalgama”, com elementos do europeu, dos índios e dos negros, é necessário para a compreensão do desenvolvimento deste grupo social no Brasil.

Desta forma, para avaliar o processo de expansão do capitalismo nos sistemas camponeses deve ser considerada a formação histórica deste grupo,

como também o processo de desenvolvimento econômico e político do país.

Wanderley (1996), ao analisar o campesinato no Brasil avalia que:

“Evidentemente, é preciso considerar, antes de tudo, que o “modelo original” do campesinato brasileiro reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais, da própria história da agricultura brasileira, especialmente: o seu quadro colonial, que se perpetuou, como uma herança, após a independência nacional; a dominação econômica, social e política da grande propriedade; a marca da escravidão, e a existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse”.

Para tanto, a autora formula a hipótese de que: *“no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua História, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor “bloqueado”, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção”* (Wanderley, 1996).

Como analisado acima, debater agricultura familiar e suas relações com o mercado é refletir sobre um grupo social que sempre esteve à margem do processo de desenvolvimento do país. Historicamente, o processo de implantação do domínio português na América teve como base a “empresa agrícola comercial”, como definida por Furtado (1975).

As grandes lavouras, voltadas para a exportação, refletiam os interesses dos grandes proprietários, e essa forma de organização da produção foi um traço marcante que dominou o processo de ocupação do território e de formação da sociedade rural brasileira (Furtado, 1975). Segundo esse autor, a empresa

mineira do séc. XVIII, e a empresa agro-mercantil iniciada no século XVI, são as matrizes da economia brasileira, mas Furtado acrescenta dois outros campos de atividade como importantes no processo de desenvolvimento do país: a caça ao indígena e a pecuária. Além da exploração da mão-de-obra escrava, tanto dos índios americanos como dos povos africanos, a caça ao indígena como atividade principal da região hoje conhecida como São Paulo, realizada pelos Bandeirantes paulistas, proporcionou duas outras conquistas: a do território e a do ouro. *“A pecuária surge fundamentalmente par satisfazer a demanda de carne e de animais de tração e carga criada tanto pela empresa agro-mercantil quanto pela exploração mineira”* (Furtado, 1975). Os animais de tração e transporte desempenham um papel fundamental para o processo de circulação de diferentes mercadorias, constituindo-se como uma fonte de energia mais barata que o homem escravo. A pecuária tornou-se um mecanismo de acumulação natural que intensificou-se no processo de ocupação e povoamento do território.

Assim, a economia principalmente de subsistência assume duas formas, segundo Furtado (1975): o domínio pecuário, cujos contatos com os mercados são reduzidos muitas vezes à venda de couro e à compra de algumas coisas essenciais, tendendo a diversificar-se internamente com as lavouras de subsistência e atividades artesanais; e o pequeno agricultor que ocupa terras que ainda não foram ocupadas pelas grandes fazendas.

Martins (1983) identifica o agregado, os posseiros e os sitiantes como os três tipos que constituíam o campesinato na época da colônia. Os agregados cumpriam determinadas funções dentro do sistema das grandes fazendas, como a abertura de áreas de exploração - como nas fazendas de café de São Paulo e Rio de Janeiro no século XIX (Martins, 1983), e na produção de alimentos para o consumo das mesmas - nas fazendas do Nordeste esta era a principal função econômica. Os sitiantes e os posseiros produziam mercadorias para o consumo e para o comércio, entretanto, segundo Martins, a forma de organização da

produção não era baseada no mercado e na divisão do trabalho, e sim produziam tudo de que necessitavam e o excedente era comercializado. A feira era o espaço privilegiado de comercialização deste tipo de agricultor (Martins, 1983). Os sitiantes e os posseiros, como também os agregados que cumpriam a função de abrir áreas de exploração para a grande fazenda, realizavam uma agricultura itinerante, sendo esta uma importante característica do campesinato brasileiro. Ainda, para Furtado, com o declínio da atividade mineradora, houve a formação de uma agricultura principalmente de subsistência, onde os agricultores procuram localizar-se próximos aos caminhos das tropas que comunicavam com o centros urbanos.

3.5.4 Agricultura e Desenvolvimento Econômico no Brasil

Cabe aqui considerar alguns períodos importantes no desenvolvimento econômico do Brasil, na tentativa de compreender o papel da produção familiar diante desta trajetória. O modelo de desenvolvimento definido como “Modelo Econômico Primário Exportador” começou a ser modificado na década de 1920, caracterizado como um momento de crise do modelo, onde a crescente insatisfação de classes que vinham se formando no país (burguesia, proletariado e classe média), tomam consciência da condição do Brasil como um país periférico. A isso foi associada ainda, a profunda crise econômica que se instalou no país (Brum, 1994). Inicia-se a partir deste período um processo de industrialização que vai se estruturar na década de 70.

A partir de meados da década de 60, inicia-se um processo de transição no modelo de desenvolvimento agropecuário brasileiro. O período anterior – o início do processo de industrialização, podemos dizer da década de 1930 até 1965, a política voltada para o setor agrícola era definida estrategicamente como sendo, este setor, uma fonte de transferência para o projeto de

industrialização/urbanização assumido pelo Estado. Neste novo período de desenvolvimento do setor agropecuário, ele é visto a partir de uma estratégia de estabilidade. Mas em ambos os processos, o setor agrícola será orientado para as necessidades do desenvolvimento urbano e industrial (Delgado, 1985).

Dentre as principais características deste novo estilo de desenvolvimento, destaca-se a mudança da base técnica da agricultura. Isso significa que os sistemas de produção deixam de ser “naturais”, ou seja, calcados na exploração dos recursos naturais através do uso de tecnologias “tradicionais”, para, de um lado, utilizar insumos e bens de capital produzidos pela indústria, e de outro, fornecer matéria prima para a indústria processadora (Delgado, 1985). Desta forma, consolidando-se o chamado complexo agro-industrial.

O processo de intensificação do sistema agrícola foi baseado na importação de sistemas técnicos dos países centrais, localizados nas regiões temperadas do planeta. Esse novo padrão agrícola criou uma grande dependência de fontes de energia como o petróleo e da exploração de reservas minerais como principalmente fonte de fósforo e calcário ²⁹.

Mesmo com todo esse processo de mudança no sistema econômico brasileiro, a estrutura fundiária do país se mantém inalterada e os camponeses, em sua maioria, excluídos do processo. A “modernização conservadora da agricultura” (Silva, J. G. 1999) privilegiou regiões do país: centro-oeste, sudeste e sul; produtores: principalmente grandes e médios; e produtos: principalmente soja e trigo. Seus efeitos negativos são identificados por Silva, J. G. (1999), sendo: forte êxodo rural, maior concentração fundiária, superexploração dos empregados e concentração de renda. Os problemas resultantes da implantação deste modelo são de ordem econômica, social e ecológica, devido aos quais, a

²⁹ Esses recursos energéticos são denominados por Altvater (1995) como ilhas de sintropia positiva.

partir da década de 80, vários autores começam a questionar os efeitos dessa mudança.

Com a formação dos sistemas agro-industriais, foram realizados trabalhos acadêmicos que buscavam compreender a relação entre os camponeses e a agroindústria, mostrando que a indústria a jusante e a montante passava a constituir o novo elo de dominação e exploração da classe camponesa pela classe dominante (Sorj & Wilkinson, 1983).

Analisando o processo de modernização da agricultura brasileira, considerando a tecnologia como elemento chave no processo de diferenciação social, Silva, J. G. (1999) mostra as formas de subordinação do camponês ao capital, no qual se efetivam através do: proprietário fundiário; do capital comercial; das agroindústrias e cooperativas capitalistas e na forma de assalariados sazonais.

Entretanto, a formação dos complexos agro-industriais ocorreu de forma diferenciada, não sendo estruturada em todo o território nacional, ou estruturada de formas diferentes. Pode-se verificar, no Brasil, formas de comercialização que perduram desde o período da colônia, como as feiras livres, até formas de integração com contratos rígidos com as agroindústrias. Os elementos que fazem parte deste contexto devem ser analisados nas modificações de um processo histórico específico e regional, reconhecendo as mudanças sócio-políticas e econômicas das diferentes regiões do país, buscando reconhecer as características inerentes à agricultura familiar, como a gestão centrada na família e a produção para subsistência e para o mercado.

3.5.5 Elementos para análise da relação mercado e agricultura familiar

Segundo Wolf (1976), avaliando a relação entre as comunidades camponesas e a sociedade em geral, estes agricultores participam de diferentes

espécies de mercado³⁰. O autor identifica os mercados seccional e em rede, mostrando que as relações de troca de mercadorias por esses agricultores não acontecem somente num sistema econômico aberto dependente das flutuações de preços, mas também em mercados dependentes de ações recíprocas, em sistemas regionais e fechados, ligados a hábitos e costumes locais. Para Wolf, o mercado em rede afeta os arranjos locais de troca de mercadorias, mas não logra dissolvê-los completamente, de forma que possam coexistir diferentes formas de troca num mesmo lugar.

Autores como Garcia Jr. (1990) e Herédia (1979) desenvolveram estudos que apresentam importantes elementos na compreensão da relação entre a gestão dos sistemas familiares de produção e a sua relação com o mercado. A agricultura familiar, como definido acima, é ao mesmo tempo uma unidade de produção e de consumo e isso implica em movimentos específicos ao nível da composição da produção (Garcia Jr, 1990). Para Garcia Jr (1990), não é a rotina, nem a tradição e nem mesmo o melhor preço que define as atividades e os produtos dos agricultores. O autor identifica as flutuações de preços, as condições técnicas, os gastos com a casa e a força de trabalho disponível, como os elementos que compõem o cálculo para definição das atividades produtivas, articulados a *alternatividade* que os produtos proporcionam. Segundo o autor: *"há uma esfera do consumo doméstico que pode ser abastecida diretamente do roçado para a casa, de produtos que podem ser autoconsumidos ou vendidos. Este é particularmente o caso da mandioca. São produtos que têm a marca da alternatividade. Alternatividade entre serem consumidos diretamente, e assim, atender às necessidades domésticas de consumo, e serem vendidos, quando a renda monetária que proporcionam permite adquirir outros produtos também*

³⁰ "Um mercado é um local de encontro para a finalidade de permuta ou da compra e venda" (Polanyi, 1980).

de consumo doméstico, mas que não podem ser produzidos pelo próprio grupo doméstico, como o sal, o açúcar, o querosene, etc." (Garcia Jr. 1990, p. 117).

Alásia de Herédia, na obra *A morada da Vida*, também trabalha com o princípio da alternatividade, mostrando que através dele o camponês convive com as adversidades do mercado, como as flutuações de preços. Segundo a autora: *"O predomínio no roçado de cultivos que podem ser autoconsumidos e/ou vendidos³¹ possibilita ao pequeno produtor enfrentar as flutuações de preços, situação que escapa ao seu controle. É exatamente o caráter alternativo que estes produtos possuem que determina sua escolha para o plantio, embora possam coexistir com cultivos destinados exclusivamente à venda* (Herédia, 1979, p. 124).

Wanderley (1996), como citado anteriormente, define o termo "patrimônio socio-cultural" como um elemento importante no processo de adaptação do campesinato às exigências e condicionamentos da sociedade brasileira moderna. A dupla relação, entre com o mercado e a garantia de consumo, é definida pela autora como uma característica fundamental para a constituição deste patrimônio, gerando *"um saber específico, que pôde ser transmitido através das gerações sucessivas e que serviu de base para o enfrentamento - vitorioso ou não - da precariedade e da instabilidade"* (idem) as quais enfrentaram e enfrentam os agricultores familiares na sociedade brasileira. *"É este saber que fundamenta a complementação e a articulação entre a atividade mercantil e a de subsistência, efetuada sobre a base de uma divisão do trabalho interna da família ou da prática do "princípio da alternatividade"* (idem).

³¹ Desta forma, os limites entre o valor de uso e de troca das mercadorias são muito próximos. Para Marx (1975), *"a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso"*, e o valor de uso *"só se realiza com a utilização ou o consumo"* [...] *"os valores de uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor de troca"*. Este valor se estabelece na relação de troca com outras mercadorias.

Para Abramovay (1992), o campesinato caracteriza-se não só pela sua forma específica de organização, mas também na forma como se insere na sociedade global através das relações econômicas, sendo que a integração parcial a mercados incompletos é o traço básico destas sociedades. Com relação à primeira característica, o autor se refere à flexibilidade entre consumo e venda, conforme citado acima, tratado por Garcia Júnior como alternatividade. Os mercados imperfeitos são caracterizados pelas relações pessoais, as cadeias de patronagem, clientelismo e dependência em que os sistemas de produção camponesa se apoiam. O autor avalia que os agricultores, que se integraram em estruturas nacionais de mercado, não só transformam a sua base técnica, ao tornarem-se *agricultores profissionais*, como perdem seus laços comunitários e os códigos sociais perdem as determinações locais, perdendo parte das características da vida camponesa. Para o autor, a competição e a eficiência convertem-se em normas de condições de reprodução social (Abramovay, 1992).

Com base nos trabalhos de Mauss (1950) e Polanyi (1980), o envolvimento de determinadas sociedades com o mercado não ocorre de forma isolada das outras instituições sociais, que compõem a realidade humana. Mauss (1950) defende que certos eventos não são simplesmente de ordem econômica, mas sim “fatos sociais totais”, conforme analisado mais adiante.

No Brasil, estudos recentes vêm analisando as estratégias de produção familiar e sua inserção no mercado. Segundo Wilkinson (1999), na década noventa vem ocorrendo uma forte integração dos setores dinâmicos da agricultura com agricultores capitalizados, num processo de abandono de grande parte dos produtores familiares. Paralelo a esse processo o autor aponta para um processo de reconversão no campo, que ele define: reconversão espontânea e reconversão promovida. O primeiro caso se refere à possibilidade dos agricultores, através de seus conhecimentos técnicos e organizacionais, de se integrarem no mercado. O segundo caso é através da promoção, por diferentes

entidades, visando a inserção destes agricultores através da economia de escala e de processos de verticalização para buscar diferentes nichos de mercados, como os artesanais e naturais. Este mesmo autor avalia que grande parte do setor agropecuário e agroindustrial informal é composto por agricultores familiares que buscam diferentes estratégias para se manterem no mercado (Wilkinson & Mior 1999).

Wilkinson (2000), identifica três correntes teóricas que vêm refletindo sobre a produção da agricultura familiar e as define como: 1) Reforma agrária e os estudos sobre a produção familiar, no qual defende este tipo de exploração como estratégico para o fortalecimento econômico do Brasil; 2) Pluriatividade, o agricultor em tempo parcial e o rural não agrícola e o 3) enfoque agro-industrial, que analisa as relações da agricultura familiar e o setor agro-industrial. O autor considera que apesar de as três correntes convergirem na década de 90, existem temas importantes para debate onde existem certas divergências. Analisando as mudanças ocorridas com relação à produção familiar no Brasil desde a década de 80, o autor constata alguns limites de cada corrente, como também as modificações dos pressupostos de cada enfoque. Considerando o contexto atual, Wilkinson indica três estratégias que podem ser delineadas para a produção familiar: 1) ações coletivas para aumentar a escala e a competitividade dentro dos mercados de *commodities*; 2) A persistência em mercados regionais com vantagens de proximidade espacial fortalecendo o desenvolvimento de atividades agro-industriais em pequena escala; 3) possibilidade de inserção nos novos mercados – artesanal, familiar, saúde, naturais...

Com relação ao mercado de produtos naturais, Schmidt (2001) analisa as mudanças no circuito de comercialização e no perfil dos consumidores de produtos de agricultura orgânica. Para este autor, o movimento ligado à agroecologia ou à agricultura orgânica propõe uma estratégia de desenvolvimento rural, buscando construir um novo padrão de produção

agropecuária e o resgate da cidadania no meio rural. A questão central colocada pelo autor é se a busca pela ampliação da agricultura orgânica – e dos seus mercados- faz com que ela seja, imediatamente, submetida aos mesmos modos de organização e comercialização da agricultura convencional, perdendo seu conteúdo ético e o seu caráter contestatório.

A compreensão do funcionamento dos sistemas de certificação e normatização de produtos orgânicos é necessária para analisar a realidade dos produtores de Poço Fundo, conforme descrito na próxima parte deste estudo.

4 CERTIFICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS

4.1 Os sistemas de certificação e comercialização

O objetivo dos sistemas de certificação de produtos “ecológicos” poder ser definido como um mecanismo de garantia aos consumidores de um tipo de qualidade para os produtos, principalmente livre de agroquímicos e adubos químicos sintéticos. Esse sistema normatiza toda a fase de produção, processamento e distribuição. Assim, fiscaliza desde os insumos utilizados, os manejos da lavoura, processamento e comercialização. Os sistemas também certificam os agentes ao longo da cadeia, como empresas de comercialização, agroindústrias e produtores de insumos agrícolas. Dependendo do processo produtivo, o produto pode ser comercializado com diferentes selos, que guardam especificidades entre eles, como: orgânico, biodinâmico e natural.

No Brasil, a certificação de produtos “ecológicos” vem ganhando destaque e importância na última década, mas esse processo já ocorre desde 1948 na Alemanha (Harkaly, 2001). Na década de 1970 existiam quase 1000 produtores orgânicos nesse país, certificados pela Demeter. Harkley (2001) afirma que nas décadas de 1970 e 1980 ocorreu um grande desenvolvimento técnico e científico da agricultura orgânica e biodinâmica, ganhando projeção e mercado na Europa. Na década de 1970, surgiram também certificadoras norte-americanas. Na década seguinte cresceu o número de entidades envolvidas com a comercialização e certificação de produtos “ecológicos” no mundo e no Brasil. Neste país, nos anos 1980, surgiram as primeiras ações ligadas à comercialização e posteriormente à certificação desse tipo de produto, intensificadas na década seguinte. Em 1984 um pequeno grupo de agricultores,

cria, no Rio de Janeiro a primeira feira de produtos orgânicos do Brasil, e no ano seguinte, o mesmo grupo criou a associação Abio (Abio, 2003). A Cooperativa Coolméia inicia “A Feira dos Agricultores Ecologistas Associados”, em outubro de 1989, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. No município de São Paulo, em fevereiro de 1991, a AAO cria a feira ecológica do Parque da Água Branca. A Abio inicia o processo de certificação no final da década de 1980, seguida pelo IBD em 1990 (Harkaly, 2001) e AAO em 1997. Todas as entidades baseiam-se nas normas da IFOAM³² para definir o “padrão técnico” de produção.

Com o crescimento da comercialização de produtos “ecológicos”, os sistemas de certificação vão sendo estruturados. Entretanto, isso ocorre de forma diferenciada, adaptados às características regionais, aos diferentes níveis de mercado, às propostas de cada grupo e às condições históricas de cada espaço onde as ações foram-se desdobrando. Como analisa Souza & Bulhões (2002), como também mostram diversas publicações sobre a agricultura orgânica³³, existem dois “modelos” de certificação no Brasil. A “certificação participativa”, e a “convencional”.

A certificação participativa, gerida pelas chamadas redes de credibilidade ou redes de geração de confiança, defende a integração de produtores, consumidores e entidades de assessoria, buscando fortalecer laços respaldados em “valores como a ética e a solidariedade” (Arl & Santos, 2000). Nesta proposta, a credibilidade/garantia do processo é de responsabilidade de toda a rede, e não de um agente isento, imparcial, de um terceiro elemento.

A certificação convencional ou por “auditação” não envolvem-se com a organização ou assessoramento dos agricultores, mas apenas com o processo de certificação (Souza & Bulhões, 2002³⁴). Nesse modelo, a tendência é de

³² International Federation of Organic Agriculture Movements.

³³ Ver: Meirelles (2001), Arl & Santos (2000).

³⁴ Esses autores associam a certificação por auditoria com o comércio exterior. No sentido de aprimorar esse esquema, existem certificadoras brasileiras que atuam *por*

ênfatizar a atuação da certificadora como forma de credibilidade, em uma ação isenta e imparcial, com “agentes de fora” que asseguram a qualidade do processo. Pode-se dizer que são essas duas visões que orientam o debate sobre certificação de produtos orgânicos no Brasil.

No final da década de 1990, pode-se perceber a entrada de várias certificadoras sediadas em outros países, conhecidas como “certificadoras internacionais” como a BCS (Alemanha), IMO (Suíça), FVO e ECOCERT.

Atualmente existe um grande número de entidades que atuam na área de certificação e comercialização de produtos orgânicos, com propostas, metodologias, funções e origem geográfica diferenciadas.

Em diversos países, com o envolvimento do Estado, vem ocorrendo um processo de institucionalização da produção e comercialização orgânica, visando regulamentar esse setor. Esses processos estão sendo implementados de diferentes formas nos diferentes países e blocos econômicos, como na Comunidade Européia (Fonseca, 2002).

Pode-se considerar que, da produção ao consumo “orgânico”, interagem dois subsistemas, um normativo e um de trocas de mercadorias. No primeiro atuam as certificadoras, as credenciadoras³⁵ e os Estados, através das normatizações e regulamentações. No nível das trocas, atuam os produtores, consumidores e comerciantes em geral – empresas, exportadores, importadores....

Através do esquema abaixo, pode-se analisar os principais processos e estruturas do nível normativo, visto como um sistema que articula desde o espaço local até mundial. No nível normativo atuam: os Estados ou blocos econômicos e as ONG’s.

auditação, mas não são reconhecidas internacionalmente. Portanto é necessário romper com a ligação entre certificação internacional e modelo por *auditação*.

³⁵ No exterior é usado o termo *acreditadoras*.

Os Estados, ou blocos de países, atuam na regulamentação do mercado interno através de normas técnicas³⁶ e normas de credenciamento das certificadoras. Como forma de exemplo, o regulamento do mercado comum europeu é o MCE No 2092/91; nos EUA o OFPA (Organic Foods Production Act) e no Japão o sistema JAS. Além dos órgãos governamentais, atuam ONG's no processo de credenciamento, como a IFOAM.

As organizações que atuam no subsistema normativo estão enquadradas em seis modalidades com 2 funções básicas, como mostra a tabela abaixo:

TABELA 1 - Sistema de certificação de produtos orgânicos e credenciamento das certificadoras

Função Básica	Modalidades	Exemplos	Níveis de atuação
Credenciamento	Entidades Credenciadoras	IFOAM/IOAS ³⁷	Nacional ou
		USDA/NOP ³⁸ DAR ³⁹ DAP/ISSO 65 ⁴⁰	Internacional
Certificação	Certificadoras Internacionais	BCS, IMO, FVO	Entre países
Certificação	Certificadoras nacionais credenciadas internacionalmente	IBD	Nacional
Certificação	Certificadoras nacionais	AAO, Sapucaí	Nacional
Certificação	Certificadoras regionais	Rede Eco-Vida	Regional

Fonte: dados da pesquisa

³⁶ As normas técnicas entre os diferentes regulamentos apresentam algumas diferenças. Nos EUA é permitido o uso de determinados insumos sintéticos, proibidos por outros países. Consequentemente, o processo de exportação para diferentes países deve adequar-se tanto ao conjunto de normas deste mercado específico como às normas da certificadora.

³⁷ O IOAS é um programa de credenciamento da IFOAM.

³⁸ O NOP é um programa de credenciamento do USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos).

³⁹ Entidade que possui um sistema de monitoramento das certificadoras.

A figura abaixo mostra as relações entre as diferentes modalidades de certificadoras e os diferentes níveis de comércio.

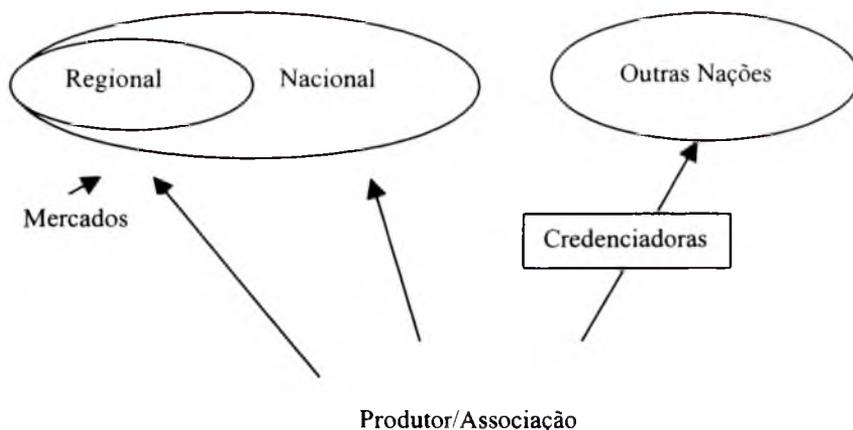


FIGURA 2 - Níveis de comercialização de produtos orgânicos e modalidades de certificadoras

1 – O selo regional é suficiente para o nível de mercado regional, podendo ser também para o mercado de nível nacional.

2 – O selo nacional é suficiente para o nível de mercado nacional.

3 – O selo com reconhecimento internacional é uma pré-condição para a exportação para outros países ⁴¹.

O sub-sistema normativo interage diretamente com os sistemas de comercialização, com forte relação entre os diferentes níveis “espaciais” dos dois subsistemas. O sistema de certificação local possibilita a venda no nível de comércio local e assim, seguidamente, nacional e internacional. Os selos das entidades credenciadoras “abrem as portas” para o comércio exterior, entretanto,

⁴⁰ O DAP é uma entidade com reconhecimento oficial do governo da Alemanha e fornece o credenciamento ISO 65 para as certificadoras.

os selos devem ser reconhecidos pela estrutura de regulamentação dos Estados. As entidades estabelecem diferentes arranjos entre as próprias certificadoras, entre estas e as credenciadoras e as estruturas dos Estados para viabilizar um fluxo comercial internacional de produtos da agricultura orgânica com determinados selos, como informa o vice presidente do IBD (Harkaly, 2002). Para o agricultor, ou grupo de agricultores comercializar seu produto na Europa, por exemplo, ele necessita de um selo reconhecido pelo sistema de regulamentação da União Européia e do país importador. No caso dos Estados Unidos, a certificadora para atuar no mercado deste país, tem que ser reconhecida pelo USDA. Ocorre também o princípio da “equivalência”, onde o país reconhece os selos de outras certificadoras.

Formam-se “territórios de comercialização orgânicos” como sendo espaços geográficos muito bem delimitados, marcados por relações de poder calcadas em normas rígidas, com pequenas possibilidades de negociação. Assim, os Estados podem ser vistos como “territórios de comercialização de orgânicos”, onde o produtor ou exportador deve adequar-se a um conjunto de procedimentos, normas e critérios para acessar esse espaço. As feiras orgânicas, os supermercados e outros canais de comercialização, são outros exemplos de “territórios de comercialização orgânicos” que ocorrem dentro do território nacional. Existem também os espaços internacionais, de que participam agentes de diferentes países, como a feira BIOFACH, que ocorre anualmente na Alemanha e o Salão Internacional da Alimentação, SIAL 2002, que ocorreu em Paris, no ano de 2002.

Desta forma, cada “território nacional”, principalmente os países importadores, exerce poder no processo de comercialização dos produtos ecológicos, seja na importação, seja na pressão sobre a regulamentação desse

⁴¹ O alto custo para o credenciamento é um obstáculo para as certificadoras nacionais terem acesso ao mercado de outros países.

mercado nos países produtores, como mostra o trabalho de Souza & Bulhões (2002). Da mesma forma, as entidades certificadoras e credenciadoras exercem poder sobre os atores que atuam no mercado, como também sobre o Estado.

O processo de credenciamento das entidades certificadoras tem custos elevados (Fonseca, 2002), pressionando, desta forma, o custo das certificações internacionais. Isso é alvo de crítica por diferentes atores, no sentido do custo ser inviável para os setores agropecuários menos capitalizados, como a agricultura familiar. Outra crítica comum é a dificuldade do agricultor em adaptar-se a um grande número de normas que estão constantemente tornando-se exigentes.

4.2 A regulamentação da produção orgânica no Brasil

A certificação de produtos orgânicos no Brasil teve algum tipo de regulamentação oficial a partir de maio de 1999 com a publicação da Instrução Normativa nº 07, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento. A instrução estabelece “as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e de certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal. No que tange ao credenciamento das entidades certificadoras⁴², a instrução define certos critérios e procedimentos que são complementados pela Instrução Normativa IN 06/2002 (Brasil, 2002).

Como mostra Souza & Bulhões (2002), houve uma profunda discussão no período de criação da IN 07, envolvendo as ONG's ligadas à agricultura alternativa e setores do governo. Os autores identificam também que a IN refletiu a hegemonia das ONG's que atuam neste setor. A iniciativa para a regulamentação do setor partiu de uma ONG, o IBD⁴³, entidade mais dedicada a

⁴² As instâncias responsáveis pelo credenciamento das certificadoras são os órgãos colegiados nacional e estaduais.

⁴³ Em 1993 o IBD teve a iniciativa de procurar o Ministério da Agricultura para discutir a regulamentação do setor.

certificação até então, vinculada às organizações internacionais que atuavam nesse mercado, envolvida com a exportação de produtos orgânicos.

No debate sobre a regulamentação houve divergências entre as ONG's⁴⁴ que participavam do processo. Com relação às normas técnicas e ao conceito de produto orgânico houve um certo consenso, mas quanto ao mérito de certificação e ao modelo de certificação ocorreram divergências.

Um grupo, crítico quanto à necessidade da certificação e normatização, defendia a manutenção dos sistemas das redes de geração de confiança, que, através delas, envolvendo produtores e consumidores e demais agentes da sociedade civil, garantia-se a confiança e a credibilidade no processo, conforme acontecia em algumas experiências. Defendiam um tipo de *certificação participava*, democrática, sem custos para produtores e consumidores. Portanto não viam a necessidade de auditores externos para reafirmar o que o produtor e as entidades ligadas a ele diziam. Eram críticos à possibilidade de oligopólios e monopólios de certificadoras e aos custos do processo, que poderia inviabilizar a participação de agricultores familiares descapitalizados.

De outro lado, as entidades defendiam os sistemas de certificação como um instrumento que garantiria a confiabilidade dos produtos no mercado nacional e internacional, aumentando o potencial de comercialização dos produtos orgânicos. Um sistema conhecido hoje como *certificação convencional*, ou como define Souza & Bulhões (2002), por *auditação*.

A IN 07 incorporou as duas proposições quanto ao modelo de certificação quando define que os produtos para serem reconhecidos como orgânicos devem ser "*certificados por pessoa jurídica, sem fins lucrativos, com sede no território nacional, credenciada no Órgão colegiado nacional*" e, ainda,

⁴⁴ IBD, APTA, Coolméia, AAO, ABIO.

“as instituições certificadoras adotarão o processo de certificação mais adequado às características da região em que atuam” (BRASIL, 1999) ⁴⁵.

O processo de criação da IN 06 passou por outros caminhos. A IN 06, de 10 de janeiro de 2002, define o Glossário de Termos Empregados no Credenciamento, Certificação e Inspeção da Produção Orgânica; os Critérios de Credenciamento de Entidades Certificadoras de Produtos Orgânicos e as Diretrizes para Procedimentos de Inspeção e Certificação. Conforme o debate ocorrido durante o ENA – Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em junho/agosto de 2002, onde estavam diversos representantes de ONG's e órgãos públicos ligados ao tema, pode-se analisar: i) para a IN 06, apesar de ter passado por um processo de consulta pública de trinta dias, não houve um processo amplo de discussão junto aos atores sociais ligados ao tema, não contemplando o acúmulo refletido na IN 07; ii) o sistema de credenciamento contempla apenas o processo de certificação por auditoria/inspeção, adequando-se, dessa forma, às normativas internacionais, não reconhecendo o sistema de certificação participativo.

Neste contexto, o processo de normatização da produção orgânica no Brasil é polêmico, refletindo as relações de poder tanto no âmbito nacional, quanto internacional. No nível internacional é percebido quando a regulamentação “privilegia” o sistema por auditoria, voltado para os níveis de comercialização nacional e principalmente internacional.

⁴⁵ Alguns pontos como a certificação ser realizada por ONG's e estabelecidas no território nacional gerou alguns questionamentos de órgãos do governo e das entidades internacionais, ver em Souza & Bulhões (2002).

5 A AGRICULTURA FAMILIAR DE POÇO FUNDO E AGROECOLOGIA

5.1 O município de Poço Fundo

O início da ocupação da área, que hoje pertence ao município de Poço Fundo, foi em 1870. Em 1871, o povoado passou a ser conhecido como Arraial de São Francisco de Paula de Machadinho. Em 1923 criou-se o município de Gymirim e em 1948 passou a ser chamado de Poço Fundo (Carrieri, 1992).

O município está localizado na bacia do Rio Grande, mais especificamente, no médio Rio Grande, região Sul do Estado de Minas Gerais, conforme mostra a figura abaixo:



FIGURA 3 - O município de Poço Fundo. Fonte: IGA (Instituto de Geociências Aplicadas).

A economia de Poço Fundo está voltada principalmente para a atividade agropecuária. No município prevalecem as micro e pequenas propriedades, onde 49,4% dos estabelecimentos possuem área total de até 10 ha (IBGE, 1995).

Com relação à ocupação do espaço físico, do total das terras utilizadas, mais de 25% estão ocupadas com lavouras permanentes e temporárias. 60% com pastagens naturais e artificiais, 8,3% com matas nativas e plantadas e, 2,2% com lavouras em descanso e produtivas não utilizadas (IBGE, 1995).

Dos 15148 habitantes de Poço Fundo, mais de 44% da população reside no meio rural, conforme mostra as informações da tabela abaixo.

TABELA 2 - População Residente no município de Poço Fundo

Anos	Urbana	Rural	Total
1970	4200	8552	12752
1980	5341	7077	12418
1991	6911	6906	13817
2000*	8414	6734	15148

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000)

*Censo demográfico de 2000.

O município apresenta características do bioma Mata Atlântica. A altitude máxima e mínima é de 1435 metros e 885 metros, com uma pluviosidade média de 1592,7 mm. O relevo da região é denominado como “mar de morros”. O relevo do município é ondulado (60%), com áreas montanhosas (40%) (Aguiar, 1992). Prevalecem os solos classificados como latossolos, podzólicos e hidromórficos. As características de solo e relevo variam no município, o que possibilita uma certa diferenciação nas atividades agropecuárias.

A área do município é dividida em aproximadamente 40 bairros rurais. Esse bairros⁴⁶, conforme os relatos locais, foram definidos em função das

⁴⁶ Cândido (1975) define bairro rural “como o grupamento territorial mais ou menos denso, cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalho de ajuda

características e da história de cada localidade. Muitos tiveram a sua origem a partir do estabelecimento de famílias nas localidades. Os nomes dos bairros referem-se às primeiras famílias moradoras ou a certas características do local. O bairro Dourado dos Lopes, por exemplo: Dourado veio do rio e Lopes, a primeira família residente.

Os bairros, apesar de apresentarem características comuns, cada um tem a sua dinâmica. As atividades produtivas, as manifestações religiosas, o ambiente natural e os laços familiares retratam algumas diferenças entre eles. Ainda alguns pequenos “centros” dão um contorno diferenciado à localidade, como no caso do distrito de Paiolino, onde existem pequenos canais de comercialização e alguns moradores.

Nos bairros rurais ocorrem diferentes manifestações religiosas como a Reza da Cruz e a festa de São José Operário e Nossa Senhora em Dourado dos Lopes; a Mãe Rainha em diversas comunidades, como em Cardoso; os grupos de reflexão, os cultos e as missas. São manifestações calcadas em relações de parentesco e de vizinhança, que imprimem uma dinâmica própria a cada bairro rural.

A associação dos pequenos produtores de Poço Fundo divide o município em quatro núcleos – Jacutinga, Cardoso, Barreiro e na Bocaina e, 5 bairros isolados – Dourado dos Lopes, Pinhalzinho, Barro Amarelo, Piedade, Serra dos Coutinho. Essa divisão é utilizada para a gestão interna da associação.

5.2 Algumas características do modo de vida local

Todos as famílias de agricultores entrevistados têm a sua origem no meio rural, geralmente no município de Poço Fundo ou de outros municípios da região. Grande parte deles nasceram na “roça”, e ali vivem por quase toda a vida

mútua”. Para o autor, o bairro ou o agrupamento territorial não é uma unidade rígida e exclusiva, portanto dinâmica e flexível.

– com exceção de alguns que tiveram alguma experiência de vida na cidade. Estima-se que vivem ali por pelo menos três gerações – os avós dos atuais moradores. Todos eles são filhos de proprietários de terra, que recebem um “pedaço de terra” por “doação” ou compraram algum outro por seu próprio trabalho. Grande parte das propriedades do município é resultado da fragmentação de fazendas maiores, divididas nos processos de herança. Os mais antigos contam que seus antepassados vieram de municípios não muito distantes, como São João Del Rei e Elói Mendes.

Apesar de cultivarem suas propriedades através da mão-de-obra familiar, muitos produziram e produzem “a meia” com outros agricultores, podendo tanto utilizar suas terras para fazer esse tipo de produção ou outras propriedades. Também existem experiências de agricultores que produziram na “beira da estrada”. Em função das pequenas áreas de terra disponíveis para a lavoura, utilizavam as áreas de beira de estrada; isso acabou gerando conflito entre agricultores familiares com aqueles mais capitalizados. Outro tipo de experiência que os agricultores contam é com relação a trabalho de bóia fria, ou de trabalho “avulso”, prestado para outros produtores da região.

Atualmente as famílias ocupam pequenas áreas, em torno de 5 a 20 ha. As áreas das unidades familiares aparentemente se confundem por dois motivos. Em alguns locais a área de moradia dos pais e filhos casados são muito próximas, existindo locais que agrupam algumas casas ocupadas por núcleos familiares diferentes, mas que mantêm laços familiares muito próximos. Com relação ao segundo aspecto, as áreas de morada e de roça nem sempre são contínuas, ou próximas. Aparentemente existe um mercado dinâmico de terras entre os agricultores, e no momento que tem-se o recurso financeiro para a aquisição de um “pedaço de terra”, a oferta de terra nem sempre é próxima à unidade produtiva, conforme a fala abaixo:

“Isso aqui é comum na nossa região, é muito comum, o pessoal tem 1 ha de terra aqui, e muitas vezes compra meio ha de terra 1 km, 2 km pra longe, porque ele que torna independente na hora do plantio. E ele não pode comprar mais, só pode comprar aquele, e apareceu aquele pedaço” Sr. A⁴⁷.

Além das áreas formarem um tipo de “mosaico”, a troca de trabalho entre as famílias também é comum. Ou seja, um irmão ajuda o outro, que ajuda o pai, o compadre e o vizinho. As trocas de trabalho ocorrem entre os parentes mais próximos, os vizinhos e, ainda, nos mutirões, trocam-se favores entre pessoas de diferentes bairros.

Entre os agricultores visitados, o trabalho é quase todo realizado pela mão de obra familiar. O trabalho é organizado entre o pai, os filhos, a mãe e os mais idosos, com as tarefas divididas numa interação entre “espaços”, funções, idade e sexo. Ou seja, há o espaço da mãe, geralmente a casa e o quintal, e o espaço do pai, a roça e a mata, conforme mostra Brandão (1983). Também observou-se uma troca de trabalho doméstico entre filhas e filhos casados e os pais, como no trabalho de preparar a comida e lavar as roupas.

O trabalho da lavoura, em determinadas situações, é garantido através de trabalho “avulso”, como na contratação de pessoas para a colheita de café, no “cochá” o fumo e em alguns momentos da produção de hortaliças.

O espaços de morada são simples. As casas de alvenaria, com o forro ou não, comportam quatro a cinco cômodos. Os alimentos são feitos em fogões à gás e à lenha. A alimentação básica é arroz, feijão e algumas verduras, raízes e legumes⁴⁸. Consomem com menor frequência carne de aves, suínos e bovinos, geralmente criações próprias. As quitandas também fazem parte do costume alimentar das famílias, como bolos de fubá, biscoitos....Todos os domicílios

⁴⁷ Todas as citações de fala dos agricultores e agricultoras são identificadas com uma letra, sendo um código de identificação.

possuem energia elétrica, geladeira, televisão e alguns outros eletrodomésticos. Os quintais são constituídos por pequenos pomares, hortas, criações e algumas benfeitorias como: paiol de madeira e pequenos galpões para guardar equipamentos. Os equipamentos de trabalho são variados, pois pode-se encontrar nas propriedades desde tratores, arados e cultivadores de tração animal, engenhos de cana, máquinas para benefício de arroz, até enxadas, enxadões, foice.... Parte destes agricultores possuem meios de transportes como automóveis, motocicletas e carroças.

As culturas mais comuns encontradas no trabalho de campo foram: milho, arroz, café, fumo, feijão e hortaliças. Os animais geralmente criados são porcos, galinhas e bovinos. Considerando as lavouras plantadas para subsistência, a diversificação aumenta com produtos como: mandioca, inhame, batata doce, chuchu, abóbora, couve, laranja, abacate, mamão, entre outros.

5.3 Os espaços de realização das ações

A partir da noção de relações sociais associadas a um determinado espaço geográfico, pode-se identificar um grande número de territórios consubstanciados no cotidiano dos agricultores familiares.

Considerando os espaços como sistemas de ações e de objetos, apresentaremos a seguir os espaços de referências às análises do estudo, como também a uma teorização/aproximação das formas como os agricultores se organizam e mantêm relações com diferentes atores. A definição destas categorias está relacionada com o recorte analítico deste estudo, portanto, considera-se que poderiam ser elaboradas outras categorias a partir de outras referências teóricas.

⁴⁸ Segundo os agricultores, a diversificação da produção para o cultivo de hortaliças enriqueceu a alimentação da família, onde o consumo de alimentos se diversificou.

Esses espaços mesclam e alternam as noções de local e global, de lugar e mundo, de dentro e de fora, e procura-se fazer aqui uma aproximação do que Geertz (1997) define como conceitos próximos e distantes, ou seja, espaços com conceitos próximos – construídos e reconstruídos nos espaços locais, e distantes – conceitos que asseguram uma comunicação mais ampla, com atores que pertencem a outros territórios. As categorias são: **a unidade produtiva ou familiar, os espaços da comunidade/convivência, os espaços de interação local/participação local e a rede de agroecologia.**

A unidade produtiva ou familiar é onde ocorrem as relações entre o grupo familiar, seja ele composto pela família nuclear como por outras formações, onde é dividido o trabalho, as responsabilidades para com a comunidade, transmissão de saberes e definidos os processos de “doação”⁴⁹. Aqui é realizado o sistema de produção, as interações homem natureza, entre outras coisas. Este espaço é carregado por uma forte noção de localidade.

É na unidade familiar que os agricultores desenvolvem suas atividades produtivas e de subsistência, passam a maior parte do tempo e onde estão localizadas as suas moradias e suas “roças”. Aqui são realizadas as experiências com o sistema produtivo, realizados os “testes” e aprimoradas as tecnologias. A família tem um grande conhecimento dos elementos que compõem este espaço físico, como as diferentes espécies vegetais, animais, os tipos de solo, as qualidades de água e os locais por onde passam, os melhores “pedaços” de terra para cada cultura, entre outros. Ainda conhece a interação destes elementos com o clima e os períodos do ano, a melhor época de preparar a terra para o plantio, melhor período para cortar determinadas árvores para uso da madeira, período da lua para colher determinado alimento – como no caso de algumas palmeiras, período de colheita, beneficiamento, entre outros. Ou seja, a família tem um grande conhecimento sobre como apropriar-se deste espaço físico - criando tanto

⁴⁹ Termo usado pelos agricultores para se referir ao processo de herança das terras.

produtos com valor de uso, como com valor de troca, buscando satisfazer as suas necessidades.

Definem-se como **espaços da comunidade** os espaços das relações sociais entre os agricultores familiares – os espaços de classe ⁵⁰, ou seja, aqueles espaços onde as relações ocorrem dentro dos grupos de agricultores. São compostos por diferentes “sub-espaços”, como os bairros rurais, a associação dos pequenos produtores de Poço Fundo, os mutirões, as comunidades eclesiais de base, entre outros. Como defende Cândido (1975), o bairro rural é “*como o agrupamento territorial mais ou menos denso, cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalho de ajuda mútua*”. Portanto o autor define dois elementos essenciais: a *base territorial* e o *sentimento de localidade*. Para Cândido (1975) o bairro ou o agrupamento territorial, não é uma unidade rígida e exclusiva, sendo, portanto, dinâmica e flexível. A sua compreensão como um território, juntamente com um sentimento de localidade, solidariedade, cooperação do trabalho e a vida lúdica religiosa, são, para o autor, os elementos que definem a sociabilidade dos bairros rurais (Cândido, 1975).

Os agricultores familiares ainda estão inseridos nos espaços de **interação/participação local**, com diferentes atores sociais de “fora da comunidade”. Apresentam diferentes sub-espaços, como os dias de campo, a feira livre, os cursos técnicos, as organizações que os agricultores participam como o Centro de Assessoria - SAPUCAÍ, a Cooperativa de produtores orgânicos de Machado (Coorgânica Jequitibá), dentre outros. Nestas três categorias apresentadas o “substrato” referencial não é só a agroecologia, envolvendo outros elementos como parentesco, religião, produção e relações vicinais. Estas categorias tendem a apresentar um contorno de “territórios contínuos”, conforme definido.

⁵⁰ Como defende Lamarche (1993), uma classe social existe dentro de um modelo de funcionamento de exploração familiar.

A **rede de agroecologia** é um conjunto de relações permeada principalmente pela agricultura agroecológica. As redes ligam pontos distantes, e a rede agroecológica é composta por um conjunto de relações que comportam diferentes lógicas. A rede é formada pelos diferentes espaços acima descritos e por muitos outros que se situam em diferentes posições geográficas, algumas próximas outras muito distantes. Nesta rede há uma superposição de redes que se relacionam, como o sistema de certificação da produção orgânica; os sistemas de certificação de selos sociais; as feiras orgânicas; os comerciantes especializados neste tipo de mercado; as organizações com fins específicos, voltadas para produção e comercialização na qual os agricultores participam; outros produtores e técnicos que atuam neste mercado e por fim os consumidores.

A rede pode ser compreendida como um “território descontínuo” (Souza, 2000), onde as relações de poder ocorrem com atores localizados em espaços distantes. As redes como um território descontínuo articulam dois ou mais territórios contínuos – como os bairros rurais, o que mostra a sobreposição de territórios.

5.4 Os sistemas locais e as relações entre espaço e tempo

Para compreender os sistemas locais desenvolvidos pelos agricultores de Poço Fundo é fundamental remeter-se às mudanças ocorridas e como foram percebidas pelos produtores, diferenciando os períodos em que ocorreram e estabelecendo uma associação entre os elementos que melhor possam explicar a situação presente. Analisando o processo de mudança, ele pode ser compreendido por dois tipos de interações, como dois sistemas de uma mesma

realidade: 1) trocas homem/natureza, mediadas pelo sistema técnico e 2) relações sociais⁵¹.

Os produtores familiares de Poço Fundo percebem mudanças no espaço local, podendo-se definir 4 períodos diferentes para compreender a relação do tempo com o espaço. Como sugere Santos (1997), procura-se analisar o papel dos sistemas técnicos na relação das duas categorias, considerando-os em cada período e na passagem de um para outro.

Em nossa análise cronológica, chamamos um primeiro momento de período “**controlado**”, e de “**subsistência**”, que vai até a década de 1970. Ele foi seguido pelo da “**agricultura moderna ou tecnificada**”, visto pelos produtores como uma fase em que fatores externos influenciaram uma desestruturação do espaço local. Este período vai dos anos 1970 até meados de 1980. Os períodos da “**Agricultura Alternativa**” e posteriormente da “**Agricultura Orgânica**” são percebidos como uma reação aos “efeitos” do período anterior, como também representam uma re-construção do espaço local feita pelos atores locais. Uma re-estruturação do local, entretanto, articulada a diferentes níveis espaciais, desde o espaço local até espaços mundializados⁵².

5.4.1 O período controlado e da subsistência

Os agricultores referem-se a esse período como anterior à década de 70, onde grande parte das necessidades era assegurada pelo espaço local e imediato. A pouca dependência de produtos de “fora” da unidade doméstica aproximava e intensificava as relações entre as pessoas e a natureza. A organização social

⁵¹ Brandão (1981) em *Plantar, colher e comer*, também analisa as relações sociais e com a natureza entre os camponeses de Mossâmedes considerando esses dois eixos de relação.

empreendida para garantir a sobrevivência dos grupos locais assegurava uma dependência muito forte do espaço imediato, explorando os recursos próximos e construindo sistemas produtivos que atendessem as necessidades do grupo. Os rios, as vargens, as matas, os animais e as roças eram articulados como um espaço único, como uma totalidade e, conforme observou Cândido (1975), este coincidia com os limites das atividades e da mobilidade dos grupos. Como uma *continuidade geosocial*⁵³, uma integração entre o sistema natural e o sistema de ações, onde os sistemas técnicos mediavam a relação. Através do arado de boi, da enxada e do pari⁵⁴ - armado nas beiras dos rios, é que o agricultor produzia o seu espaço local, incorporando-o à sociedade. Essa organização do espaço é construída com base em *modelos de saber e de conhecimento da natureza – ciência do concreto* – articulados a sistemas simbólicos que ordenam o trabalho do dia a dia (Woortman & Woortman, 1997). Como analisa Norgaard (1989), tanto a cultura molda os sistemas biológicos como estes moldam a cultura. Ainda, a interação entre sistemas de objetos e sistemas de ação define a dinâmica do espaço (Santos, 1997).

Cândido (1975), fazendo referência a Marx e Engels, analisa como o espaço físico é incorporado à vida dos agricultores. *“O espaço se incorpora à sociedade por meio do trabalho e da técnica, que o transformam sem cessar e o definem, por assim dizer, a cada etapa da evolução, fazendo com que “o mundo sensível (possa ser concebido) como a atividade sensível total e viva dos*

⁵² No sentido atribuído por Santos (1997): *“Do mesmo modo que não há um tempo global, único, mas apenas um relógio mundial, também não há espaço global, mas apenas espaços da globalização, espaços mundializados reunidos por redes”*.

⁵³ Termo utilizado por Cândido (1975) para analisar a relação entre os “caipiras” e a natureza, sendo uma totalidade, que coincidia com os limites das atividades e da mobilidade dos grupos. O autor fala ainda de comensalismo com o meio físico, numa noção de integralidade homem natureza.

⁵⁴ Tipo de armadilha feita com uma esteira para capturar peixes.

indivíduos”⁵⁵(idem). Ainda para Cândido (1975) essa relação “*resulta uma solidariedade estreita em que as oposições se obliteram, de tal forma vai o meio se tornando, cada vez mais, reflexo da ação do homem na dimensão do tempo. De fato, o desenvolvimento como duração social incorpora o espaço à história dos grupos e evidencia os diferentes aspectos da solidariedade de ambos*”.

Para Marx & Engels (1993), o primeiro ato histórico é a produção dos meios que permitam a satisfação das necessidades básicas – comer, beber, vestir e morar. Quando o grupo produz os meios de vida no espaço, não tem mais sentido falar em espaço sem os homens. Aqui vale outra referência a Marx & Engels (1993), que reconhece que o homem sempre encontra-se “*em face de uma natureza histórica e de uma história natural*”.

Cândido (1975) ainda avalia que a relação com a natureza, como uma continuidade *geosocial*, garante, em diferentes graus, o ajustamento ecológico e social do grupo local às ações externas.

As ações externas pouco afetavam o espaço local e as redes de relações, que garantiam o funcionamento dos sistemas locais, tinham pouca abrangência. A disponibilidade de recursos naturais e a disponibilidade de terra das famílias que tinham posses, podia garantir uma pequena pressão sobre a natureza, garantindo um certo “equilíbrio” entre homem e meio.

Os produtores falam desse tempo como um tempo em que se *produzia de tudo* e a vida era mais *controlada*. Como disse um dos entrevistados:

“(o pai) *trabalhava sempre com autonomia, com a coisa mais ou menos controlada*” Sr. A.

⁵⁵ Marx & Engels (1993) analisam que os *modos de vida* produzidos pelos homens dependem da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir.

O sistema produtivo era voltado principalmente para produtos centrados na dimensão do valor de uso. As necessidades eram satisfeitas quase que exclusivamente dos recursos da unidade produtiva, ou seja, a dependência de produtos da “cidade” era muito pequena, assim as famílias possuíam uma relativa autonomia – no que se refere a insumos agrícolas, alimentos, vestuário, combustível... Apesar da pequena necessidade de objetos de “fora” da unidade familiar, neste período, os produtores se inseriam em sistemas de troca de mercadorias.

A produção agropecuária era diversificada e alguns produtos tinham maior importância comercial em determinados períodos do ano, como também a atividade produtiva tinha uma pequena variação entre os diferentes bairros que compunham o município. O arroz, o milho, o gado e o fumo ganhavam destaque como valores de troca. Mas também através dos porcos e das galinhas podiam muito bem *fazer dinheiro*, e contribuir para o pequeno montante de renda monetária voltado para a compra dos poucos produtos de “fora”, como também para a realização de negócios – com terras, gado, equipamentos. Com exceção do fumo⁵⁶, as demais culturas e criações possuíam a marca da alternatividade: podiam ser consumidas ou comercializadas. Os limites entre valor de uso e de troca eram muito pequenos.

As relações sociais mantidas eram espacialmente localizadas. Os territórios locais eram contínuos, como “tecidos” de relações sociais marcadas pela contiguidade. As trocas vicinais e as ajudas mútuas eram freqüentes através das trocas de dia e mutirões. A relação com sujeitos situados em outros espaços era pequena, o saber local era pouco confrontado pelas pessoas de “fora”. Os territórios formados pelos bairros rurais, ou pelo conjunto de bairros, eram

⁵⁶ O café já existia neste período, mas não representava uma atividade econômica de importância no município. O manejo da cultura do café antes da década de 70 era completamente diferente, de forma menos “intensiva”.

cortados por poucas redes, como as de comercialização, principalmente de gado, fumo e cana.

Os produtos comercializados variavam principalmente entre cereais e gado bovino, negociados com comerciantes situados no município de Poço Fundo e nos municípios vizinhos.

Parte dos sistemas produtivos era semelhante ao descrito por Boserup (1987), como sistemas de pousio. Carrieri (1992) descreve o funcionamento deste sistema em Poço Fundo. O processo era iniciado com a *abertura* de uma área de mata ou de uma área com o sistema em recuperação. O fogo abria as áreas, depois era feito o *abraço* (termo localmente usado para a atividade de destoca de terra), a *bateção* (picar os troncos e galhos mais grossos) e o plantio. Plantava-se geralmente de 2 a 4 anos e depois deixava-se a área em pousio, que variava conforme a fertilidade da terra e potencial de recuperação. Nas áreas de vagem era priorizado o plantio de arroz, numa dinâmica de tempo e manejo, diferente das áreas secas, não necessitando dos períodos de repouso da terra. No período de seca os animais eram colocados nas áreas de pousio e nas áreas usadas para a produção anual de cereais, ou estas podiam ser usadas para a produção de fumo. Havia também um sistema de plantio mais intensivo, no qual plantava-se por um longo período sem a necessidade de pousio. Alguns produtores relataram períodos de 40 e 100 anos com plantio intensivo.

A maioria dos insumos e a energia usados nestes sistemas advinham da unidade produtiva, ou das propriedades vicinais. O esterco do gado era aproveitado nas plantações e nas hortas caseiras, as sementes eram armazenadas de um ano para outro e os arados eram puxados pelos animais de tração. O gado era o *comum* que era *deixado solto no pasto* – a base de sal e pasto. No período seco o gado era colocado nas áreas que ficavam em *repouso* – serviam como

uma espécie de capineira para o gado⁵⁷. Os sistemas variavam em função dos ambientes, por exemplo, nas áreas onde prevaleciam as várzeas ocorria maior produção de arroz; também foram-se modificando os sistemas locais em função da divisão das terras promovida pelo aumento das unidades familiares.

5.4.2 A chegada da agricultura tecnificada

O período da última metade da década de 70 e início da de 80 é percebido pelos produtores como o início de uma profunda mudança no município. Neste período, fatores de “fora” intensificaram as mudanças locais. Elementos externos às comunidades e ao município influenciaram uma série de mudanças na vida e, na economia dos bairros rurais de Poço Fundo. Os principais fatores retratados pelos produtores, que mais aparecem à memória das pessoas do local, são: 1) a abertura da economia local: *os produtos vindo de fora*; 2) a mudança na base técnica de produção, acompanhada da cultura do café: *a chegada da tecnologia, do adubo e do café*.

O arroz, o fumo e o gado eram produtos importantes na economia local, e a construção das estradas facilitou a integração entre o mercado local e um mercado regional e nacional, período em que a agricultura brasileira passava por um processo de “industrialização”⁵⁸. Com esse maior fluxo de mercadorias, a população local teve acesso a produtos de outras regiões, como no caso do arroz, diminuindo a demanda pelo produto por parte dos comerciantes do município,

⁵⁷ A parte descritiva apresentada neste ponto é baseada nas entrevistas com os produtores e nas dissertações de mestrado de Carrieri (1992) e Aguiar (1992). Vale ressaltar que ocorre uma diversidade na produção entre os bairros rurais do município, não sendo um relato exaustivo o objeto deste estudo, procurou-se dar uma noção sobre os espaços e tempos passados.

⁵⁸ Neste período intensifica-se um processo de industrialização da agricultura brasileira, onde esta se articula fortemente com o setor industrial, comprando insumos industriais para a produção e maquinários como também fornecendo matéria prima.

que deixou de ser uma atividade compensatória, em termos de comércio, para a exploração familiar. Conforme esse ponto de vista, argumenta um agricultor:

“Aí o preço num compensava segura mais, já começou a num aparecer comprador, aí complicou tudo. Aí começou a chegar arroz de fora. O pessoal habituou nesses arroz, pura química....beneficiar esses arroz que planta num compensa, aí complicou tudo” Sr. A.

Desta forma, com a alteração dos sistemas de trocas locais, num processo de maior integração com outras regiões produtoras, no nível nacional e internacional, ocorreu uma desestruturação nas economias familiares. Delgado (1985) mostra que no período de 1965 a 1982 houve um forte crescimento das importações de insumos industriais para produção de insumos e maquinários agrícolas, como ainda uma grande expressão dos grupos de produtos agrícolas de consumo de massa, como trigo, arroz, carnes, leite, milho e feijão ⁵⁹. Cabe a análise de Polanyi (1980), que mostra que a formação de um mercado nacional é regida por processos impostos por grandes fluxos de comercialização.

Alguns produtores falam de um período de crise em função destas alterações, pois além das mudanças na unidade de produção familiar, grupos de trabalhadores sem terra do município passaram por grandes necessidades, sem alternativas para produção de seu próprio alimento e de trabalho.

Com a intensificação dos plantios de café ⁶⁰ no município, a partir da década de 70, incentivada pelo Estado através de políticas de financiamento

⁵⁹ “os dados desagregados de importação de meios de produção e de produtos agrícolas revela, aprofundamento da dependência do setor agrícola em relação ao comércio internacional (Delgado, 1985).

⁶⁰ “Conforme dados de 1973/74 da PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO FUNDO (1990), o café de 250 ha com produtividade de 8 sacas/ha passou, em 1976 para 524 hectares com uma produtividade de 21 sacos/ha” (Carrieri, 1992).

rural, pelo extinto IBC (Instituto Brasileiro de Café) e apoiada pela EMATER (Empresa de assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), o espaço local apresentava novas conformações, ocorrendo um reajustamento nas relações dos grupos com o meio⁶¹. Esse reajustamento, essa alteração no espaço (físico e social), representa uma reestruturação nas relações homem/meio, em que os fluxos de produtos e informações se alteraram, forçando mudanças na organização do trabalho das famílias, na ocupação da mão de obra local e construindo uma nova formação territorial.

No lugar de um sistema produtivo que garantia a subsistência e uma relativa autonomia ao grupo familiar e a toda a comunidade, as mudanças tenderam à construção e valorização de um espaço voltado para a produção do valor de troca. O tempo e o espaço, antes dedicados à criação e plantio de diferentes produtos que garantiam a subsistência e um certo valor monetário (ou renda monetária), teve que ser dividido com as culturas voltadas à comercialização, principalmente o café. Por um lado, aumentou a dependência de produtos da cidade, tanto para insumos à produção agrícola, quanto para produtos que satisfaçam as necessidades de consumo das famílias, ocorrendo algumas mudanças nos hábitos alimentares – como também identificou Carrieri (1992). Neste novo território, mais reticular⁶², os produtores estabeleceram diferentes relações de poder com “novos” agentes: os técnicos do IBC, da EMATER, atravessadores e os comerciantes de insumos agrícolas.

A introdução dos sistemas técnicos associados à chamada agricultura moderna (*os pacotes*⁶³, *as tecnologias*, *os produtos químicos*), trouxe objetos e

⁶¹ A influência do café não foi homogênea em todos os bairros rurais do município, em alguns locais houve uma influência indireta do café e outras atividades ganharam maior força como o leite e criação de suínos (ver Carrieri, 1992).

⁶² Forma de rede.

⁶³ A palavra “*pacote*” usada pelos agricultores, significa um conjunto de técnicas que envolvem insumos e práticas agrícolas “modernas”, geralmente recomendadas pelos técnicos em agropecuária que difundem esse tipo de tecnologia.

códigos “estranhos” aos sistemas de saber local, como também produziu efeitos na natureza e nas relações sociais. Essa nova base técnica foi desenvolvida a partir do conhecimento científico moderno, gerada nas universidades e em centros de pesquisa. Ou seja, essa tecnologia é construída a partir de uma base de conhecimento dita científica, com um modelo metodológico próprio, uma construção diferente da forma com que os produtores constroem suas experiências e conhecimentos relativos ao trato com a natureza – seus *modelos de saber-fazer*. Cabe ressaltar que nesse período houve uma grande transferência de tecnologia dos países centrais para os tropicais. Essas tecnologias foram criadas para manejar ecossistemas diferentes dos encontrados aqui.

Esse sistema de conhecimento, vindo de outros locais, era “estranho” aos produtores, e comportava uma “outra” lógica. A nova forma de produzir forçou uma série de mudanças entre os grupos familiares, tais como: a dependência de informações técnicas dos profissionais da área de agronomia, a necessidade de aquisição de insumos e outros equipamentos agrícolas e a utilização deste sistema técnico sem as informações necessárias à empresa.

O processo de modernização da agricultura, com uma mudança na sua base técnica, forte relação com o setor urbano – industrial e uma maior inserção no comércio nacional e internacional, ocorreu no Brasil a partir de meados da década de 60 (Delgado, 1985). Esse processo teve vários desdobramentos entre os produtores rurais e as diferentes regiões do país, como mostra Silva, J. G. (1999). Aguiar (1992) avalia que Poço Fundo ficou às margens do processo de modernização da agricultura desencadeado na região Sul do Estado de Minas Gerais. Pode-se afirmar que o sistema técnico e as relações de produção associadas à modernização da agricultura foram parcialmente implantadas no município. Pode-se avaliar duas dimensões:

- dimensão técnica: os sistemas produtivos foram reajustados de forma que coexistem técnicas de diferentes idades, ou seja, técnicas que eram utilizadas pelo sistema anterior, associadas às “novas” tecnologias;
- dimensão econômica: apesar de ter ocorrido uma alteração voltada à produção de mercadorias – valor de troca – foi mantida pelos produtores parte das culturas e criações que garantiam a satisfação das necessidades das famílias (produção voltada para o valor de uso).

Os produtos voltados principalmente para o comércio – como café, fumo e em menor grau, leite⁶⁴, sendo os produtos comercializados em maior volume no município – eram trocados através de atravessadores: corretores de café de Poço Fundo e região; compradores de fumo de diversas regiões e laticínios regionais. Foram poucas as experiências de comercialização coletiva dos produtos, com pouco ou nenhum poder de barganha com esses agentes do mercado.

Mesmo com uma inserção parcial do processo de modernização no município, houve grandes mudanças. Os produtores de Poço Fundo percebem e relatam com muito detalhe esse momento histórico.

As áreas utilizadas para as *roças* eram as áreas mais baixas- *só se plantava na baixada*, próximo aos córregos, geralmente nas áreas mais férteis, tanto nas áreas secas, as chamadas *terras de cultura*, como nas várzeas (áreas que inundam pelo menos uma parte do ano). Nas unidades produtivas onde não ocorriam as chamadas *terras de cultura*, as lavouras eram cultivadas nas áreas mais férteis. As demais áreas, as áreas altas, eram geralmente ocupadas por matas e pastos. Com a utilização dos adubos sintéticos, ou *adubos químicos*⁶⁵ - como são conhecidos no município e em grande parte do país - abre-se a possibilidade de utilizar novas áreas para a produção de lavouras. Desta forma,

⁶⁴ A produção de hortaliças começou por volta de 1998.

as unidades produtivas intensificaram a exploração agrícola. As terras que apresentavam fatores limitantes tiveram os mesmos superados pela “nova tecnologia”, prática comum no modelo de agricultura dito moderno ⁶⁶. Um dos entrevistados fala sobre as mudanças ocorridas com o uso do adubo:

“mudou sim, mudou. Mudou porque só plantava na baixada. Ai começou o lugar do pasto, aí arava, passava calcário, aí produzia bastante” Sr. B.

Ainda os agricultores reconhecem que com o novo “pacote técnico” as áreas de:

“chão árido, fraco, que o pessoal não aproveitava direito área de terra fraca de chão de campo, virou tudo lavoura” Sr. A.

Uma alteração na ocupação da paisagem está associada a um outro aspecto relevante: a ocupação do tempo. O trabalho da roça é sazonal e os períodos de demanda de serviços com as lavouras de café são diferentes das culturas mais comuns da região como milho, feijão e arroz. Essa demanda de serviço no período seco gerou ocupações temporárias para as pessoas do município.

Portanto, os objetos e a forma de intervir na natureza, que faziam parte do cotidiano dos agricultores, ficaram lado a lado com objetos estranhos, que não tinham ainda um significado local específico, nem eram adaptados ao sistema de produção local. Ou seja, a enxada e o arado de boi ao lado de tratores, o esterco de adubos químicos e *venenos*, as sementes variedades de sementes

⁶⁵ Tipo de insumo agrícola desenvolvido pela indústria a partir da matéria prima petróleo, ou de rochas.

⁶⁶ Silva (1998) usa o conceito de práticas de redução: “uma questão de fundo a respeito de diferentes modelos de agricultura: de um lado uma agricultura que procura adaptar o ambiente às suas atividades e projetos (práticas de redução), outra que procura adaptar suas atividades ao ambiente (práticas de convivência)”.

híbridas, o natural do químico e a saúde do veneno. Esses novos objetos necessitavam de informações específicas para serem manejados, como também de habilidades específicas. Santos (1997) analisa que na sociedade atual vivemos em um meio⁶⁷ geográfico denominado de “meio técnico científico informacional”, onde a forte união de ciência e técnica está associada à informação. Assim, os objetos técnicos, como o adubo, o veneno, o trator, tendem a ser *ao mesmo tempo técnicos e informacionais*. Os objetos são “carregados” de informação como se fossem a sua energia principal de funcionamento (Santos, 1997).

Desta forma os “novos” produtos foram sendo testados e usados de forma variada pelos grupos familiares. Alguns utilizaram apenas alguns insumos, como os adubos químicos, outros se envolveram mais com a “nova técnica”, utilizando além destes as sementes híbridas, os *venenos*, tratores...

Isso acarretou efeitos desastrosos ao espaço local, como a contaminação de rios e peixes – conforme relatos – intoxicação humana e animal, degradação de terras, entre outros. Um relato sobre o uso de agrotóxicos ilustra esse fato:

“eu plantei uma lavoura de café com um primo meu, 1000 pés de café, e essa lavoura, deve de ter pulverizado umas quatro vezes, colocando, nem sabia que era veneno, pra Bicho Mineiro... Não, não sabia de nada, muitas vezes mexia com a mão. Eu acredito que muita coisa pode tá fazendo mal até hoje e a gente não tem consciência disso que tá acontecendo” Sr. A.

Pode-se compreender aqui um termo amplamente conhecido pelos produtores de Poço Fundo: *a agricultura convencional*. A agricultura convencional é entendida como aquele manejo agrícola que o produtor utiliza as

⁶⁷ Meio geográfico refere-se ao conjunto de objetos, técnicas e os recursos naturais que compõem a base material do planeta.

“novas” técnicas, principalmente: o adubo químico e *o veneno*⁶⁸. Entretanto, por trás deste sistema técnico - a partir da compreensão dos significados e das teorias dos produtores orgânicos de Poço Fundo, está guardado todo um amplo e denso processo de dominação do espaço e da vida dos agricultores.

Concentrando-se um pouco mais sobre a forma de produzir na agricultura convencional, tem-se o relato de um dos entrevistados:

“Jogava adubo químico, banho de pulverizador pra café (agrotóxicos para controle de pragas e doenças) banho químico, então essas coisas que a gente fazia, aquilo que eles mandavam (os técnicos do IBC e da Emater),então sempre a gente fazia aquilo” Sr. C.

Apresenta-se abaixo uma caracterização do manejo técnico da *agricultura convencional* no município de Poço Fundo:

- a nutrição das plantas é garantida principalmente com o uso de adubos químicos industriais (NPK, Sulfato de Amônia, Uréia, Superfosfatos) e de rochas moídas (Calcário, Fosfato de Rocha);
- o controle de pragas e doenças feito por agrotóxicos – *venenos*, como inseticidas, acaricidas, fungicidas, bactericidas... Além da recomendação dos técnicos em agropecuária para o uso destes produtos, com o tempo aumentou a necessidade deste tipo de controle, ocasionado, entre outras coisas, pelo uso dos adubos químicos e espécies de plantas não adaptadas às condições ambientais locais.
- o manejo do *mato* era feito através de capinas, ou com o uso de herbicidas, durante o período chuvoso. A lógica do manejo do *mato* nesse sistema era

⁶⁸ O termo agricultura convencional é comumente usado por diferentes grupos, como na academia, entre os movimentos ambientalistas, nos movimentos sociais, entre produtores e na mídia. Entretanto, procuro descrever aqui um conceito referenciado pelos discursos dos produtores que participaram do estudo, seu significado e como utilizam esse conceito como parte de um sistema de significado integrado e que serve de código para as pessoas explicarem o seu lugar.

deixar a *terra limpa*. O mato tinha que ser combatido para não concorrer com a lavoura;

- em função do relevo acidentado do município, a mecanização das lavouras foi parcial: o preparo da terra foi mecanizado, mas o plantio, a colheita e aplicação dos insumos geralmente era manual, com o auxílio de algum outro tipo de instrumento⁶⁹;
- uso de sementes e mudas (no caso do café) que passaram por um processo de melhoramento genético desenvolvido por centros de pesquisa tecnológica públicos e privados.

O funcionamento dos novos sistemas produtivos tinha uma forte dependência de insumos externos, principalmente das ilhas de sintropia, gerando processo de alta entropia, conforme definido por Altvater (1995).

Como analisado anteriormente, essas novas técnicas coexistiam e coexistem com aquelas do sistema anterior (no tempo da vida controlada e da produção para a subsistência), assim os **espaços das unidades familiares**, apresentam diferentes arranjos de técnicas adaptadas pelos produtores às condições de cada unidade – composição da família, como fator determinante da organização, como mostra Chayanov; necessidade de recursos monetários; disponibilidade de capital; terra; condições ambientais e habilidade no manejo de certos instrumentos. Esse arranjo, dentre outras coisas, significa a possibilidade local de *“acumulação e desacumulação do capital em virtude da rentabilidade diferencial devida aos modos de produção concretos”* (Santos, 1997).

Como defende Brandão (1986), *“nada há solto ou fora de significação”* dos sistemas populares, portanto, as técnicas da agricultura convencional, objetivadas no dia a dia local, foram ganhando significado, ou sendo re-

⁶⁹ Como por exemplo a matraca para o plantio de sementes, o pulverizador costal para aplicação de *venenos*, a enxada, o enxadão, entre outros.

significadas e integradas ao saber local. Entretanto não foram legitimadas por um grupo de produtores⁷⁰.

A palavra *técnica*, ou *tecnologia*, pode ser usada em duas situações: 1) a tecnologia como um sistema externo que foi incorporado no espaço local no período da introdução da agricultura moderna e 2) a forma de desenvolver o trabalho da produção ou os instrumentos e meio de trabalho utilizados pelos agricultores. Este segundo sentido é menos usual entre os produtores, sendo utilizados outros termos mais adequados para explicar o sistema de trabalho da produção local, portanto a referência aqui é sempre no primeiro sentido.

Para os agricultores de poço Fundo, a *tecnologia* é uma coisa de “fora”, um sistema “estranho”, intruso, com uma outra “lógica”, que penetrou, passou de “fora” para “dentro” da vida e do trabalho das pessoas. Isso fica claro quando percebe-se o discurso de um agricultor:

“Aí depois com a tecnologia foi chegando, aí começou o uso de adubo químico. Usamos bastante tempo adubo químico.” Sr. D.

A tecnologia é diferente da experiência e do conhecimento local, ela se situa em outra esfera, que não respeita a vida nem a natureza, que comporta um código que aos poucos vem sendo decifrado pelos atores locais. Na explicação abaixo, sobre como são construídas as experiências de produção, transparece a noção de dois sistemas paralelos:

“Com a própria convivência com a lavoura, com a terra. Na escola mesmo, o ensino que a gente teve. Eu saí da escola em 1970. Naquele tempo, tinha uma certa preocupação a mais com o ensino. De respeitar um pouco mais a natureza, a vida. Hoje em dia a tecnologia

⁷⁰ Através das percepções de hoje é que os produtores re-contam os fatos do passado, por certo. É o significado que essas técnicas têm hoje para o grupo de produtores orgânicos que procura-se explicar aqui. Uma compreensão compartilhada pelo grupo de produtores orgânicos de Poço Fundo.

parece que veio tomar conta do mundo, então se prega aí fazer uso indiscriminado dessa tecnologia. Então nessa convivência aí que com o trabalho e pessoas conscientes que vai passando pra gente também. Então é aí que a gente aprendeu” Sr. D.

O uso da palavra “técnica” pode representar também o conhecimento difundido e construído nas Universidades, nas escolas técnicas e nos centros de pesquisa do Estado, no sentido de oposição à *prática*. Ou seja, a *técnica* e a *prática* como duas esferas distintas: a primeira construída lá “fora”; a segunda no dia a dia do trabalho e da observação. As frases abaixo evidenciam essa relação.

“a técnica ajuda, mais não é total, tem que ver lá na prática, lá na terra, vê o que tá fazendo...” Sr. A.

“O pessoal dá muito valor na pesquisa, esse tipo de pesquisa o pessoal gosta muito. Pegu o resultado, compara tudo (pesquisa desenvolvida pelos produtores). Mas, ninguém fica de olho assim, em boletim técnico, o que deve ser feito a partir da informação técnica. O pessoal não fica muito de olho nisso não” Sr. E.

O uso da tecnologia está associado a uma crescente dependência do setor industrial, e dos grandes conglomerados internacionais que dominam esse mercado. Com o uso desta tecnologia baseada em produtos (adubos químicos, agrotóxicos, sementes híbridas e maquinarias) os sistemas locais mantêm uma forte integração com a economia de mercado, onde os produtores ficam mais susceptíveis às flutuações de preços e demais mudanças no mercado nacional e mundial. Como analisou Wolf (1976), essa situação exerce um forte poder sobre as decisões na unidade produtiva, criando-se as condições para uma comercialização com poucas alternativas e forçando o acesso ao sistema de crédito. Um dos produtores orgânicos explica a agricultura convencional baseada na *tecnologia*:

“então o pessoal às vezes nem percebe isso, vai ficando trabalhando só pras empresas, pra Monsanto, pras grandes multinacionais e a vida perde muito na dependência” Sr. E.

A noção do **sistema da técnica** organiza os elementos interpretados pelos produtores locais, caracterizados como: um conjunto de objetos, técnicas e ações, permeadas por relações de poder com os agentes hegemônicos da economia e da política. Esse sistema comporta um sistema de relações sociais hierárquico, que subordina a ele os sistemas locais, drenando recursos dos espaços locais para outros espaços com maior poder. O esquema abaixo sistematiza os elementos que compõem o sistema da técnica.

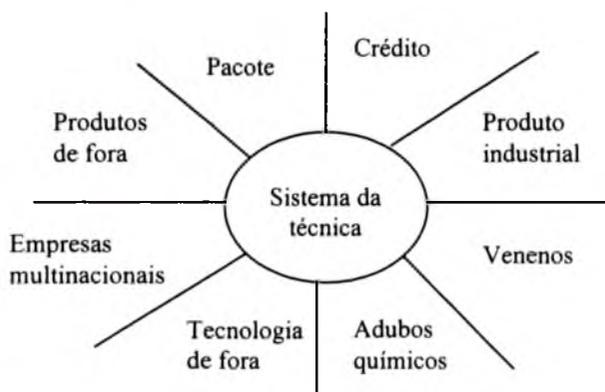


FIGURA 4 – Sistema da Técnica

5.4.3 Agricultura Alternativa

No ano de 1984 iniciou-se em Poço Fundo um “novo” processo de interação entre grupos de produtores e a igreja católica do município. Com a vinda de um padre para a localidade iniciou-se a estruturação das chamadas Comunidades Eclesiais de Base. Os grupos eram formados pelas famílias e

animados por representantes da igreja – da paróquia local e da CPT (Comissão Pastoral da Terra), onde, associado à dimensão religiosa, o objetivo era estimular o grupo a refletir sobre a realidade sócioeconômica, política e ambiental vivida pelos *pequenos produtores* e suas famílias. Nestes encontros, os produtores eram convidados a fazer uma re-interpretação da sua realidade e das mudanças que vinham ocorrendo no município. Como explica um dos produtores entrevistados:

“Então foi um momento, alguns bispos e padres viram que o trabalho do cristão não era pra dentro da igreja. Que o problema do homem tava fora, e na agricultura principalmente. A expulsão do homem do campo, a chegada das grandes fazendas. Das empresas avançando em terra e acumulando terra... e isso passou a bota o homem pra luta no sindicato, entra na política, cuida da terra, dar valor à terra pra se não perder a terra e não saí dela...num tava apenas coincidência, e chegando aquela conclusão que as favela na cidade tava crescendo com a expulsão do homem no campo. Então a gente tava, hí, achando aquilo como uma coisa normal, e aí foi despertando que a coisa não era isso. O que tava acontecendo num era crise nem nada, porque a crise é feita por político, por homem” Sr. A.

A experiência junto à CPT representa, entre os produtores envolvidos, um marco de todo o trabalho referente à agroecologia desenvolvido atualmente no município. Os produtores do município participavam de encontros, cursos, viagens, palestras e grupos de reflexão. Estes eventos envolviam outras organizações, como a Rede de Agricultura Alternativa, sediada na capital do Estado de Minas Gérias, em Belo Horizonte e o Centro de Assessoria aos Movimentos Populares - Sapucaí, sediada no município de Pouso Alegre – 50 km de Poço Fundo. Os temas debatidos eram variados, como política, agricultura, comercialização, alimentação e economia, envolvendo profissionais de diferente áreas.

Nestes espaços, os produtores de Poço Fundo (e de outros municípios vizinhos que acompanharam o início do trabalho), se depararam com uma nova situação, com novos discursos e informações. Foram *despertados* para novas

possibilidades e diferentes formas de compreender a realidade do espaço local. *Despertados* sobre o papel da *pequena produção* no período da agricultura tecnificada, sua relação com a economia de mercado. E os desarranjos que elas traziam para o espaço local.

Uma das pessoas da CPT teve uma forte influência para os produtores de Poço Fundo: *o Padre Justino*. Este padre ocupa a memória dos produtores sendo considerado a principal referência ao início dos trabalhos com a agroecologia, conforme o relato de um dos agricultores:

“tinha vindo gente de outro lugar, inclusive o Padre Justino, então o princípio de tudo aqui desse trabalho orgânico nasceu dele. Ele começou a mostrar a outra maneira, o outro lado das coisas como era”
Sr. C.

No processo de interação com esse grupo de pessoas, os produtores tiveram contato com outras experiências, como na área produtiva e, de organização política e econômica. As “experiências de mudanças” trazidas pelos atores, também de “fora”, eram expressões de um conjunto de valores e idéias, mediadas simbolicamente, que correspondiam a uma outra forma de compreender a realidade local e suas mudanças, articuladas com elementos mais abrangentes da situação geral da sociedade. Como explicou um dos produtores, o grupo de fora mostrou “*a outra maneira, o outro lado das coisas como era*”, considerando a realidade local inserida em um contexto mais amplo.

Esse período é conhecido pelos produtores que participaram destes eventos como “Agricultura Alternativa”. Este conceito está ligado à agroecologia representando um movimento alternativo à agricultura dita moderna, contestando e denunciando as mazelas deste tipo de agricultura, considerando questões de ordem técnica, social e política, como mostra Silva, C. E. (1999). O período da “Agricultura Alternativa” deixou importantes marcas na vida dos agricultores. A Associação dos Pequenos Agricultores de Poço Fundo,

trabalhada desde 1989 e fundada em fevereiro de 1991, e o trabalho com a agroecologia, são alguns fatos objetivos que são identificados pelos produtores como uma realidade social construída a partir das experiências vividas nesse período.

A realidade concebida anteriormente como “natural” foi percebida como reflexo das ações dos homens. Nesse processo, os produtores re-significaram os elementos que compunham o espaço (sistemas de objetos, naturais e artificiais, integrados a um sistema de ação). O que antes era reflexo de um movimento “natural” foi visto como formas de dominação do homem pelo homem. O que poderia não ser problema, tornou-se objeto de reflexão/preocupação, criando a necessidade de compreender os problemas e enfrentá-los, na forma de agir contra uma constante força que desestrutura a vida e o espaço local. Desta forma, o *adubo químico*, o *veneno*, todo o *pacote* que estava presente no cotidiano das pessoas, significaram objetos ligados a um sistema de dominação. Segundo um agricultor:

“eu acho agora a destruição que aconteceu, tem um punhado de coisa: a chegada dos produtos nessa região aqui. Porque nem sempre progresso é sucesso. Que aconteceu com a chegada desses asfalto aí, destruiu nossa região. E cada vez que passa vai ficando pior. O pessoal parece que acha que isso é progresso. Aí eu não acho. E cada dia que passa vai ficando mais complicado... então aí tava vindo o asfalto, começou a destruição, Agora pra começar, a margem de rio aí num tem peixe mais. Meteram a draga no rio” Sr. A.

“O rio dourado fazia pari, de esteira. Muitos anos atrás. Pari, caçador de peixe...fechava ali o rio....Então tinha peixe, aí depois que veio a lavoura de batata, café, hoje não tem peixe. Tem produto químico e num tem peixe. Até igual a gente tava falando, se caça lambari, ia pescar lambari, o lambari ficava o dia interinho no imborná. Chegava em casa e fritava. Hoje se vai caça lambari, se tem que limpar logo se não fica tudo podre. Ele estraga logo. Então peixe estraga mais logo. Com certeza resíduo de algum produto químico. Só pode ser. Então a experiência do povo, né? Tinha peixe, era possível fazer pari, no rio

dourado afora, se pegava 80, 100 peixes, traira, tubarana, curimbatá, tudo no rio Dourado afora...tudo foi destruído na natureza. E tudo isso aí se conversa com o companheiro, se conversa com o colega e vai observando. Estão destruindo” Sr. B.

Essa percepção, de que o *pacote tecnológico* representa um risco para população e o meio natural, é manifestada também nas expressões culturais, como na canção composta por um agricultor familiar e dedicada à luta que agricultores empreenderam contra esse sistema de dominação:

“Esse tal de Baiston é um perigo danado, tá matando muita gente inocente sufocado, se não for a associação o Brasil tá enrolado, a terra não tá guentando, natureza tá chorando, por esses homens malvados. É no A e é no S que meu povo tá querendo, vamo lá companheirada vamos da muita foiçada prá acaba com esse veneno. O meu deus cadê o culpado que esta lida ele deixou, o veneno matô muito, muitos home já matou, até os peixinho do rio o veneno já chegou, se o povo não organizar o veneno vai matar muitos lavrador. É no A e é no S que meu povo tá querendo...”

A alteração do espaço regional (considerando Poço Fundo e os municípios vizinhos) pode ser analisada em duas dimensões: da natureza e da territorialidade.

Os produtores explicam uma série de problemas ambientais ocasionados no período da “agricultura tecnificada”, resumidos na tabela abaixo:

TABELA 3: Problemas ambientais causados pela Agricultura Moderna

Problemas	Características	Declarações
Intoxicação	Diversos casos de intoxicação humana foram relatados	<p><i>"um cunhado meu que jogou um mata-mato no meio da arroz lá, faltou poquinho pra morrer, três dias internado, e até hoje não recuperou mais, qualquer cheirinho mais forte ele já sente mal"</i> (C).</p> <p><i>"ele mexia com convencional, ele tem história de intoxicação com batata"</i> (F).</p>
	Alimentos cultivados nas áreas de lavoura convencional	<p><i>"o que acontece, acho que tem: ou compra fruta ou pedir pro vizinho porque da lavoura não podia comer. Nem passarinho ficava lá. Mandioca perdeu muita mandioca e era muita coisa no meio do café. É terrível"</i> (G).</p>
Degradação de determinadas áreas	As áreas de vargem eram sinais de fartura, tanto para produção como para caça de peixes	<p><i>"começou a destruição, agora pra começar, a margem de rio aí num tem peixe mais. Meteram a draga no rio...hoje tá lá, secô tudo, só tem braquiária e gordura. Tá um deserto"</i> (A).</p> <p><i>"e outra coisa e, apesar disso, que aqui nas vargem queimava, botava fogo e hoje com o trator não queima. E mesmo assim a vargem tá estragando mais rápido"</i> (A).</p>
	Areas de plantio que foram degradadas na passagem do uso do arado de boi para o trator	<p><i>"tem uma área lá, que foi plantada que eu lembro...foi plantada 40 anos sem parar...colocou os tratoristas para fazer a aração...plantou dois anos, no último ano que eu plantei quase não deu colheita"</i> (A).</p>

...continua...

TABELA 3, Cont.

Desequilí- brio da natureza	A diminuição de peixes e outros animais	<i>“Então tinha peixe, ai depois que veio a lavoura de batata, café, hoje não tem peixe. Tem produto químico e num tem peixe” (B).</i> <i>“era pura codorna...pura codorna no pasto. No sapé, no meio do café, nos alto ai. Então veio a tecnologia: vamos plantar café. Puseram cupim, que é o alimento da codorna, hoje quase num tem codorna. Matou o cupim. E a codorna com certeza, que acabou de come o cupim, quase não tem codorna” (B).</i>
Saúde das pessoas e da natureza	Contaminação e trouxe sérios problemas para a saúde das pessoas do município	<i>“Porque do jeito que tava indo só no convencional e as novas tecnologia que tava aparecendo ai, se continua do jeito que ela começou, o povo da roça ta morrendo tudo intoxicado” (C).</i>
Intoxica- ção de nascentes	Em vários locais as famílias estavam com suspeitas de intoxicação por agrotóxicos	<i>“Tava prejudicando a natureza, o meio ambiente e a nossa própria saúde e tanto a vida da terra e também dos seres que estavam na terra” (C).</i> <i>“e já destruiu muita coisa, e os tanto problemas com água que vem acontecendo”(H).</i>

Fonte: dados da pesquisa

No período da agricultura alternativa, o trabalho da CPT envolvia além da questão religiosa a dimensão socio-política e a da produção. Na área da agricultura, a orientação era no sentido de realizar um manejo *“mais de acordo com a natureza”* – como declarou um dos produtores orgânicos, evitando o uso de adubos químicos e *venenos*, utilizando práticas menos agressivas à natureza (como cobertura morta, roçadas, adubação verde) e menos dependente de insumos externos (como o resgate de milhos variedades e banco de sementes). Entretanto, as “novas” idéias não foram facilmente postas em prática. As pessoas do local, envolvidas na produção familiar, os técnicos em agropecuária

que atuavam ali – como da EMATER e IBC e os agricultores mais capitalizados do município, já estavam familiarizados com o “novo” arranjo social.

As “novas” técnicas do período anterior formaram uma “amálgama” com as “velhas” técnicas e foram legitimadas junto à sociedade local. O sistema da agricultura convencional obteve validade e já havia sido internalizado entre os produtores e técnicos do município (acredita-se da região). O sistema foi legitimado, fornecendo “esquemas tipificados” para as principais rotinas de trabalho na agropecuária, cristalizou-se, fazendo parte do acervo/estoque social local. Este estoque era distribuído em diferentes esferas. O técnico em agropecuária dominava uma parte – mais próxima do conhecimento científico, e os agricultores outras – mais próximas da prática do dia a dia.

As idéias que envolviam a Agricultura Alternativa, e mais tarde a Agricultura Orgânica, questionavam tanto o sistema de produção do período da Agricultura Convencional, como da Agricultura de Subsistência. Portanto, eram sistemas de práticas e significados estranhos aos produtores de Poço Fundo. Como afirma um dos entrevistados:

“Uma surpresa prá gente, uma novidade e também uma dificuldade muito grande. Porque a gente não acreditava que aquilo ia dar certo. Tava tentando fazer, mas não acreditava ia dar certo por causa da maneira, da cultura que a gente foi criado. A gente foi criado de outra maneira. Então prá tê uma mudança assim, a gente sabia que era... que ia ser uma coisa muito difícil. Tem, tem que enfrentar muita coisa” Sr. C.

Foram poucas as famílias que enfrentaram o novo desafio. Poucos produtores iniciaram as experiências na roça e enfrentaram duas grandes dificuldades: no manejo com a terra e com a crítica do “pessoal”.

Os produtores que envolveram-se na criação da Associação e na produção “alternativa” produziram um novo território, que comporta uma territorialidade interna e externa. Nesse território, espaço de convivência que comporta relações de poder – tanto com os de “dentro”, como com os de “fora”, são utilizados códigos e criados significados próprios, como um espaço de criatividade e de novas experiências. Os códigos, significados e conhecimentos foram se consolidando em estruturas de saber, constituindo um acervo social e cultural próprio deste grupo de pessoas. A partir deste lugar os produtores compreendem o mundo, onde “*as experiências são reunidas em ordens gerais de significados, objetiva e subjetivamente reais* (Berger & Luckmann, 1996)”.

Esse grupo comporta normas e regras dinâmicas, negociadas e legitimadas no interior desse território. Portanto, ao referir-se, ou procurar situar a agricultura familiar de Poço Fundo é necessário compreender em que espaço se encontra cada família: qual bairro? Pertence à associação? É produtor orgânico? Cada espaço – território comporta códigos próprios e relações sociais que os diferenciam.

Desta forma, as pessoas identificam-se nestas categorias. Ou seja, o agricultor quando fala de si esclarece: qual o município, bairro, faz parte da associação e produz orgânico - de forma que se diferencia dos que estão em outros espaços.

“Hoje eu sô produtor orgânico, sou filiado do partido do PT, né? Abriu minha cabeça” Sr. B.

“Teve um na cachoeira grande que era pra ir o pessoal dos Barreiro dos Franco, Cardoso, Jacutinga e Cachoeira, que é do alta prá lá, ali. Só que não foi muito bem agendada, o pessoal do Cardoso mesmo não ficou sabendo, eu fiquei sabendo no dia do mutirão” Sra. I.

Os espaços/territórios podem contribuir para a formação de identidades, mas são vários e se consubstanciam no lugar. Portanto há uma identidade

“única” de cada indivíduo, mas quando interage num certo espaço, os códigos e conhecimentos específicos deste espaço são exteriorizados. Berger & Luckmann (1996) falam de pontes entre diferentes áreas de significações dentro da vida cotidiana que as integra em uma totalidade dotada de sentido.

Voltando às dificuldades enfrentadas pelos produtores que iniciaram uma nova maneira de produzir, como também de organizar-se politicamente, houve um processo de “rompimento parcial” deste grupo com os demais agricultores familiares do município. Um rompimento com determinadas estruturas de saber produtivo e de significados legitimados na população local. Esse rompimento foi parcial, pois esses agricultores, apesar de realizarem ações diferentes daquelas consideradas normais, mantêm grande parte dos padrões culturais que caracterizam os espaços locais. Cândido (1975) ao analisar diferenças entre agricultores num processo de adaptação à expansão do mercado capitalista, fala de modalidades. Esse grupo de agricultores pertence a uma outra modalidade. Este território – da associação, da produção orgânica, define limites entre este grupo e os demais agricultores familiares do município. São chamados pelos de “fora” do grupo como os “loucos” ou “lunáticos”, como afirmam os produtores orgânicos:

“nós somos até taxados de lunáticos, o pessoal acha que isso não é possível, é uma coisa que nasceu morto, logo acaba” Sr. D.

“e foi muito criticado aqui, o pessoal gozava da cara da gente, falava: esses aí são bobo né, desse jeito isso nunca vai dar certo, vão quebrar a cara” Sr. C.

“agora tem lugares que esse diferente é apontado como louco, como aquele que não consegue nada, e tem muito lugar, inclusive por aqui, isso acontece com vizinho” Sra. F.

Apesar das críticas, os agricultores mantiveram e estruturaram a organização em torno dos problemas relacionados principalmente à produção e

comercialização, como também ações ligadas ao poder público local, como o Diagnóstico Rápido Participativo que mobilizou todo o município.

Os agricultores abriram um “novo” caminho, uma nova forma de trabalhar e perceber a terra, como mostra a fala abaixo:

*“mas foi essa a questão, se tinha a terra. Mas não tinha aquela garra. Aquela que a terra era mãe. Palavra chave que eu queria. Se não via a terra, não a terra, não é simplesmente um suporte, passou a ver”
Sr. A.*

Pode-se dizer que esse “novo” caminho representa para os agricultores orgânicos, principalmente aqueles mais envolvidos neste período, como o início de um novo processo de desenvolvimento no município. O início da construção de um novo espaço, mais autônomo, dotado de maior controle do grupo local.

5.4.4 A Agricultura Orgânica em Poço Fundo

Esse grupo, hoje com um número maior de famílias⁷¹, como numa espécie de identidade de grupo, utiliza o termo *produtores orgânicos*. Este conceito começou a ser utilizado pelas pessoas do local no período em que passaram da “Agricultura Alternativa” para a “Agricultura Orgânica”. Pode-se compreender essa passagem sob dois aspectos: 1) o aprofundamento em uma agricultura “natural” ou ecológica, sem o uso do pacote convencional – principalmente os agrotóxicos e adubos sintéticos; 2) novas configurações territoriais/arranjos de comercialização e integração ao sistema de certificação orgânica.

As primeiras *idéias* sobre a agricultura orgânica com normas e certificação foram discutidas com o grupo em 1995/1996. Essa “nova” idéia

também foi *estranha*, e em 1996 um dos produtores “*passou um capão para ser totalmente orgânico*”. Um grupo começou com o processo de certificação em 1997, conseguindo o selo de produção orgânica em 1999. Segundo esse ponto de vista:

“Tratava de agricultura alternativa. Era o nome mais usado. Ai depois a gente foi aperfeiçoando e vendo que algumas coisas poderia ser melhorado, e ai em 96 mais ou menos, 95, 96, que começou a aparecer as idéias que existia a agricultura orgânica já com certificado, tudo. Então essas foi as primeiras idéias que apareceu, foi mais ou menos nessa época, 95, 96. Ai a gente,..... era muito estranho essa idéia, com isso a gente foi meditando mais prá ver o que poderia chegar, e em 96 que o M foi o primeiro a resolver a passar um capão⁷² pra fazer totalmente orgânico e, que em 97 ai todo mundo resolveu: a vamos passar uma área já com certificado já. Ai já reuniu um grupo porque sozinho era muito caro, as inspeções e o primeiro grupo já foi em 97. Nosso primeiro certificado saiu em 99. Então o meu era de 99” Sr. E.

Vale ressaltar que o primeiro produtor orgânico do município não tinha conhecimento do sobrepreço pago aos produtos orgânicos, o que mostra um envolvimento mais amplo que o econômico.

O trabalho dos agricultores de Poço Fundo com a agricultura orgânica é um todo, um “espaço” integral que pode ser melhor compreendido com a noção de fato social total de Mauss (1950).

“Nestes fenômenos sociais “totais”, como propomos chamar-lhes, exprimem-se ao mesmo tempo e de uma só vez todas as espécies de instituições: religiosas, jurídicas e morais – e estas supõem formas particulares ao mesmo tempo; econômicas – e estas supõem formas particulares da produção e do consumo, ou antes, da prestação e da distribuição; sem contar os fenômenos

⁷¹ No período da pesquisa de campo, haviam 54 famílias de agricultores envolvidas com a produção orgânica certificada, sendo a maior parte com a produção de café.

⁷² Pedaco de terra.

estéticos a que estes fatos vão dar e os fenômenos morfológicos que manifestam estas instituições (Mauss, 1950).

A partir dos estudos de Mauss (1950), a economia, o mercado enquanto instituição, não funcionam desconectados da moral, da política e da cultura. O autor propõem o estudo de “seres totais” e não “divididos em faculdades”. Segundo Mauss (1950), *“foram as nossas sociedades ocidentais que, muito recentemente, fizeram do homem um “animal econômico”. Mas, por enquanto, nem todos somos seres desse gênero”.*

Ou seja, as relações comerciais não podem ser vistas fora do contexto em que acontecem, apesar de outros defenderem a homogenização das relações pela dimensão do comércio mundial. É o homem que comercializa, que troca, e ele é um “ser total” criador e criado num determinado padrão cultural. O mesmo vale para a atividade produtiva propriamente dita, para compreendê-la é necessário ir na direção de estudos de questões conexas, como defende Mauss (1950).

Portanto, para compreender a agricultura orgânica em Poço Fundo é necessária uma descrição densa, como fala Geertz (1989). É preciso pensá-la como um *fato social total*, um todo interligado a múltiplos elementos. Como disse um dos produtores orgânicos referindo-se ao significado do seu trabalho:

“a pra mim é tudo, né” Sr. J.

A agricultura orgânica entre os produtores de Poço Fundo exprime um conjunto de relações com a natureza e com a sociedade, conectadas a um sistema de saber e de significados locais. Expressam-se ao mesmo tempo, de uma só vez, instituições políticas, econômicas – produção, comercialização, distribuição e consumo -, ideológicas e ainda apresenta elementos religiosos. Todo esse conjunto está entranhado em uma estrutura de saber técnico-produtivo e em uma

estrutura que organiza essas ações. Comporta os diferentes espaços da produção: produção, consumo, distribuição e comercialização, articulada a espaços sócio-técnicos onde os produtores estruturam o saber técnico, o saber das *experiências*. Está em constante reação ao **sistema da técnica** no sentido de fortalecer a identidade política e econômica do grupo.

Cândido (1975) e Brandão (1981) avaliam que houve uma ruptura do homem com o meio natural em função do crescimento das relações capitalistas no campo. Essa integração é retomada por esse grupo, mas em um outro nível, num outro patamar. Não é uma volta a um sistema *geo-social*, uma integração entre homem e natureza, aqui o trabalho dos agricultores assume outra dimensão, quando estabelece uma outra relação simbólica com a terra e com o mundo externo. A integridade homem meio não ocorre mais em função do isolamento ou do relativo isolamento (Cândido, 1975), mas numa espécie de relação consciente com a natureza e os homens, com a natureza e a sociedade – desde a local até a mundial. Uma relação lugar total – mundo. O lugar é o mundo. No lugar é que o mundo se realiza. Numa perspectiva dialética, considerando a oposição entre o espaço local e o **sistema da técnica**, cabe a observação de Milton Santos (1994): “*o mundo da globalização doentia é contrariado no lugar*”.

O significado da agricultura orgânica na vida e no cotidiano das famílias é expresso na figura abaixo, onde procurou-se analisar algumas dimensões que compõem esse “todo orgânico”:



FIGURA 5 - Dimensões que compõem a agricultura orgânica em Poço Fundo

Considerando os dois tipos de interações que permeiam esta parte do estudo: as trocas entre homem/natureza, mediadas pelo sistema técnico e as relações sociais, tentaremos analisar o “todo orgânico” aprofundando em cada um desses eixos, que integram-se no cotidiano e formam uma totalidade.

A interação homem/natureza é de respeito e ajuda mútua. Essa relação de respeito é diferente da noção de natureza como um perigo ou como uma coisa a ser controlada. Na relação de ajuda mútua: o homem direciona o seu trabalho de forma que possa contribuir para o trabalho da terra. Como afirmam os agricultores:

“Significa uma maneira mais natural de trabalhar com a terra, com a natureza, com a vida. Pra nós é usá em primeiro lugar a natureza como uma aliada. E não a natureza como no trabalho convencional que tem que ser combatida ao máximo porque é uma inimiga. Prá nós a natureza é uma aliada, assim como tudo que tem nela, a parte biológica, os bichos, os pássaros, tudo. Usar tudo isso como um aliado da gente. E

prá dar o equilíbrio, e não tudo como um inimigo que tem que ser matado. Não é por aí” Sr. E.

Significa uma forma específica de perceber a terra:

“Então a gente começou a ver a terra assim dessa forma, como uma geradora de vida e que ela é. E começamos assim a a respeitar um pouco mais a terra. E vê a terra como a responsável pela nossa vida” Sr. K.

Os sistemas de manejo dos outros períodos descritos aqui são considerados pelos produtores como agressivos à natureza. No sistema orgânico, a relação é invertida. Não se “estraga mais a terra”, e sim “recupera ela pra plantar”, conforme explica um agricultor, referindo-se aos sistemas de manejo anteriores:

“Era um modelo convencional de pegar uma terra boa, trabalhar 3 ano, acabar com ela, e deixar virar mato prá descansar a terra. Ai depois que a gente passou a entender melhor, a gente mudou. Agora hoje a gente pega uma área degradada, recupera ela prá plantar. Então inverteu totalmente o processo, a gente não estraga mais terra, a gente recupera terra” Sr. E.

A partir dessa concepção, “da natureza como uma aliada”, é que os agricultores irão construir o espaço produtivo local. As técnicas de manejo, as experiências, os testes, são utilizados com base neste pressuposto. O saber-fazer é construído como um processo de diálogo com a natureza. A observação de como a natureza reage é a forma usada para compreendê-la. Como mostra um agricultor:

“O pessoal segue mais aqui a linha da Ana Primavessi, mais aquela linha de olhar o mato, o que o mato tá indicando, o que deve ser feito, o que tá o aspecto do solo, o que tá indicando, o que deve ser feito. É mais nessa área aí” Sr. E.

“é no próprio trabalho da gente, no próprio trabalho que a gente tá lá na horta a convivência que a gente tem com as plantas a gente acaba aprendendo com as próprias plantas a gente aprende” Sr. M.

Nessa concepção, os agricultores produzem espaços livres dos insumos agrícolas provenientes da chamada agricultura moderna. Espaços livres da contaminação dos agrotóxicos e adubos. Aqui é possível uma reintegração com a natureza sem as ameaças de risco trazidas pelos “pacotes tecnológicos”. Todos da família podem transitar nas áreas de lavoura e os alimentos podem ser consumidos sem a preocupação de intoxicação. Nos espaços *limpos*, natureza e saúde humana consubstanciam-se. São vários relatos sobre uma significativa mudança na saúde das famílias que trabalham com a agricultura orgânica. Se os agricultores vivem em contato permanente com a natureza, a contaminação desta ou a saúde da terra, interferem diretamente na saúde humana. Portanto, os “espaços livres” são também “espaços de saúde”. A oposição entre natureza e química, deixa de existir na unidade produtiva. Como expressa a frase abaixo:

“Depois, a partir do momento que você toma consciência, você pode levá uma criança e deixá sentada no meio do seu tomatal, comendo tomate sem lavar. Você vai querer mexer com... (veneno) se vai querer que seja diferente? Se te tranqüilidade que se vai vender e vai fazer bem pra outra pessoa e não precisar ter medo de levar uma criança” Sra. G.

“Primeiro é a favor da vida nossa. De toda o planeta né? E segundo a gente visa viver também, o dinheiro. É lógico a gente visa, falar que não visa dinheiro, visa dinheiro. Que ninguém de nós vive sem dinheiro. Mas em primeiro lugar é a saúde, primeiro lugar. A saúde da família melhorou muito” Sr. B.

Como num estudo de questões conexas (Mauss, 1950), articulado à relação homem natureza, aprofundaremos no segundo eixo: nas relações homem/homem. Assim, o arranjo do espaço das unidades produtivas interfere nas relações sociais que a família estabelece com a comunidade e com as

pessoas de “fora”. Os espaços das unidades produtivas são construídos não só pensando em extrair da natureza os seus meio de existência, mas em criar territórios autônomos.

O arranjo da produção local estabelece as conexões com os espaços de “fora”. Se o sistema técnico tem uma grande dependência de insumos externos, se a cada ano necessita de uma grande quantidade de recursos para seu funcionamento, da mesma maneira aumenta a dependência dos atores externos – de “fora” dos espaços da comunidade e da unidade familiar: do vendedor de insumos agrícolas, do gerente do banco, do “dono” da cooperativa e da casa agropecuária. Ainda, há a dependência de informações técnicas, sobre o funcionamento dos objetos da agricultura moderna e, a necessidade de dinheiro. Portanto, o espaço é reconstruído, formando um campo de forças que age contra os sistemas da técnica. Uma reação ao **sistema da técnica**. Desta forma, na estruturação da unidade produtiva, os agricultores buscam também conquistar autonomia. Como pode-se observar abaixo:

“Você leva uma vida mais independente de todo o pacote que existe no mundo. Já que a gente vê tantos aí que produz, produz, e no fim tem que entregar tudo pro banco. A gente não. Mesmo se der menos, a gente não tem compromisso com eles, porque produzir é próprio da gente mesmo. Então a gente tá mais livre” Sr. E.

Para compreender mais a fundo o “todo orgânico”, e o seu significado para os produtores, é necessário avaliar o conceito local de agricultura orgânica. Esse conceito é um elo do sistema de significados, integrado na rede de saberes locais. É uma formulação abstrata, um pressuposto que orienta a prática do trabalho e a gestão da unidade produtiva.

“O orgânico é isso. É um organismo ali, circulando dentro da propriedade. Na medida que eu tô buscando as coisas aí fora pra produzir aqui não é orgânico. Só não tô usando os produtos químico e tóxico. Mas tem a mesma rotina do convencional. Só vario o pacote”.

“Porque eu vejo muito claro isso. Se tem que fazer a produção baratear, mas se virando, sem tornar dependente. Embora se não vai conseguir independência total, isso é impossível, não tem com se sair total, mas o máximo que puder”.

“Na região nossa, por aqui ainda não tá tendo produção orgânica. Não tá usando o produto químico, mas orgânico não. porque na medida que a gente tá correndo atrás dos produto da indústria não é orgânico. Só mudou de pacote” Sr. A.

Esse conceito cria uma oposição entre duas modalidades de manejos da produção orgânica. Esta oposição tem de um lado a agricultura orgânica e do outro o “pacote orgânico”. Nesta segunda modalidade, o produtor apenas “troca de pacote”. Deixa de utilizar os produtos químicos (adubo e agrotóxico) e utiliza uma “parafernália” de produtos permitidos pelas normas de produção orgânica. Como relatam os produtores, vários comerciantes procuram vender-lhes uma série de produtos “permitidos”. Atualmente existem vários insumos para adubação e controle de pragas e doenças permitidos pelas normas de produção orgânica.

Na modalidade do “pacote orgânico”, o agricultor mantém a dependência externa sob dois aspectos principais: dos insumos e das normas técnicas. Neste último, como há uma constante alteração das normas em relação ao uso desses produtos, o sistema de manejo fica suscetível a essas alterações.

Com relação à primeira modalidade, procurando olhar “através”⁷³ do conceito de agricultura orgânica definido localmente, o espaço é percebido como um “espaço totalizado”. O conceito de “orgânico” mantém interfaces com o eixo homem/natureza e com o eixo das relações sociais. Para conseguir a “independência total”, o agricultor procura manter um certo equilíbrio do

⁷³ Segundo Geertz (1997), para entender a imaginação alheia, “*não será possível nos limitarmos a olhar por trás das interpretações intermediárias que nos relacionam com aquela imaginação. É preciso olhar através delas*”.

sistema produtivo, tendo que *recuperar a terra*⁷⁴, o que mantém a produtividade relativamente estável durante o tempo. Com a terra mais “equilibrada”, diminui a necessidade de entradas de insumos. Ao mesmo tempo o agricultor tem maior autonomia na relação com o mercado. Na medida em que ele vai ao mercado como um consumidor de insumos e alimentos, ele necessita vender a produção em um curto espaço de tempo. Essa “pressão” em comercializar geralmente ocorre quando o produto a ser vendido está com preço menor no mercado. Como mostra a fala abaixo:

“Que na medida que se depende de mercado, se perde o controle. De repente hoje eu,... há necessidade de um produto pra eu colocar na lavoura, mas o meu produto não tem preço naquele momento. Eu acabo tendo, sendo obrigado a vender o produto fora de época, ou um pico de baixa de preço, por causa da dependência do produto no mercado” Sr. A.

Sendo o conceito do “orgânico”, um dos elos do sistema de saber local, outras teorias locais estão articuladas a ele, como por ex. a diversificação produtiva e a agregação de valor aos produtos. A iniciativa dos agricultores com a produção de hortaliças, mel, rapadura, arroz beneficiado, café torrado e moído, são alguns exemplos que expressam as estratégias baseadas nestas teorias.

A busca da autonomia ocorre também na dimensão do saber produtivo. Num processo diacrônico e sincrônico, os agricultores criam estruturas de saber produtivo, integradas aos sistemas de significados local. Através de diferentes processos são geradas experiências relacionadas ao trabalho com a natureza.

⁷⁴ Na agricultura orgânica, a ênfase do manejo é potencializar a fertilidade natural do solo e protegê-lo dos processos de degradação. Isso tende a manter a sua fertilidade. No sistema convencional, a ênfase é de adubar a planta, o solo é apenas um suporte físico. Em outras palavras: a agricultura orgânica busca melhorar o solo para que ele dê condições de a planta desenvolver-se de forma “equilibrada”. Portanto produzir orgânico pode significar recuperar o solo. Na convencional tende a um processo inverso.

Essas “experiências” são construídas e compartilhadas no cotidiano dos agricultores, ou em eventos específicos para esse fim.

Os “testes” e as “experiências” com o manejo alternativo ou orgânico são construídos nas unidades produtivas pelos agricultores através de métodos próprios. São realizados desde o período da agricultura alternativa. Estes processos ocorrem na relação dos agricultores com a natureza. No outro eixo de análise, nas relações sociais, são estruturados espaços onde este saber individual é coletivizado. Isso ocorre em eventos destinados para esse fim, como: dias de campo, visitas em outras propriedades e cursos – geralmente ocorrem nos *espaços da comunidade*. Em outros espaços como nos mutirões, na feira, nas reuniões da associação, também circulam informações sobre as experiências produtivas.

No início do período da agricultura orgânica, os agricultores formaram quatro núcleos para intensificar as “experiências”, com o objetivo de criar uma base de conhecimento suficiente para realizar a produção orgânica, sem grandes riscos e sem a dependência dos técnicos de “fora”. Atualmente possuem uma rica experiência com o manejo da produção orgânica, onde alguns produtores se destacam⁷⁵. A dependência da informação técnica é muito pequena, e quando não conseguem resolver os problemas entre eles, recorrem a algum técnico ligado ao trabalho local. Como mostra um agricultor:

“Não a maioria nois resolve por conta própria. O pessoal habituou um costume de troca de idéia, muita gente faz teste. [...] No município inteiro. A gente faz vários dias de campo durante o ano. Aí troca essas idéias e os outros resolve faz teste também, todo mundo faz teste. Aí essa troca de experiência, os dias de campo que a gente faz, aí essa experiência vem a público e fala o que deu certo, o que deu errado, e os outros começa a repetir.[...] O dia de campo pode ser na forma de um dia só pra divertir, só pra trocar idéia, como pode ser um dia de

⁷⁵ No período de trabalho de campo, um dos agricultores foi dar um curso sobre agricultura orgânica em outra região de Minas Gerais.

curso, porque é um lugar fechado, e o que mais tem acontecido é ir numa lavoura ou numa horta só pra visitar.[...] A autonomia aqui é quase que geral. O pessoal é praticamente independente de informação técnica.” Sr. E.

“Então que a gente pudesse fazer a nossa própria pesquisa e com o resultado positivo que as pesquisas dão automaticamente iam dando mais autonomia pra gente” Sr. K.

Os agricultores tornaram-se uma referência no município (acredito na região), como por ex. a EMATER local indica a associação dos Pequenos Produtores para os interessados na produção orgânica.

A produção do espaço orgânico também produz um território. O agricultor não tem mais que negociar com o comerciante usurário, como mostra Silva, J. G. (1999), com as cooperativas ou os corretores de café da região. Diminui a dependência dos agentes do mercado local e regional. Formam-se as verticalidades (Santos, 1997). Criam-se territórios que assumem uma forma de rede, onde agricultores negociam com pessoas de lugares distantes. A pergunta que pode-se fazer é a seguinte: esses arranjos conferem autonomia aos agricultores? É possível conseguir a independência total de que falam os produtores? Essas questões serão analisadas mais a frente.

Ainda no eixo das relações sociais, a agricultura orgânica representa para os agricultores uma “ação de mudança” sobre a sociedade. O “todo orgânico” representa uma “maneira diferente de produzir e relacionar”. Significa um “ideal” – como disse uma agricultora. Pode ser analisado, aqui, como uma alternativa de desenvolvimento para a sociedade. Estas “ações de mudanças”, realizadas pelos agricultores, percorrem diferentes caminhos. São realizadas em diferentes momentos, alguns permanentes outros esporádicos. As visitas em outras unidades produtivas; a participação em eventos e as palestras proferidas

pelos agricultores junto a diferentes segmentos da sociedade ⁷⁶ são alguns espaços onde podem falar sobre suas idéias e seus trabalhos. O processo de comercialização dos produtos, como na feira e, na atuação nos espaços de poder público local, são relações mais duradouras onde os agricultores procuram interferir na realidade. Como mostra um agricultor:

“Eu acho que o ser humano num tá assim, sempre luta, luta, mas acaba perdendo o tempo porque o esforço do meu o outro tira ele. Eu acho que nesse trabalho que a gente faz, essa busca do ser humano, eu buscar a minha vida através do consumidor que consome o meu produto, por sua vez o consumidor que busca o meu produto, pra poder levar a sua vida, então eu acho que tá havendo aí uma resposta mútua dos dois pra essa realização” Sr. D.

O “todo orgânico” é uma forma de re-inserção e re-significação destes agricultores na sociedade. A venda dos produtos livres dos venenos, a preservação da natureza, os certificados orgânicos, o interesse das Universidades, a “nova” relação com os consumidores, o interesse da mídia, as constantes visitas de pessoas de outros locais – tanto do Brasil como de outros países, são aspectos relevados pelos agricultores como uma forma de re-inserção na sociedade.

Os sistemas de manejo orgânico variam entre as propriedades, em função dos recursos naturais, humanos, de capital e de produção (Altieri, 1989). Todos os agricultores enfatizam a necessidade de criar um manejo para cada área, respeitando as particularidades locais. Apesar de haver essas especificidades, pode-se encontrar entre as unidades familiares processos e

⁷⁶ Os agricultores de Poço Fundo são chamados para participar de vários eventos sobre agricultura e, em muitos deles, apresentam suas experiências. Participam de eventos realizados em Universidades, Escolas Técnicas e ONG's. Frequentam Conferências, Seminários e Encontros. No ano de 1996, participaram de um encontro Internacional sobre Agricultura Familiar na Alemanha. Tive a oportunidade de participar de alguns eventos com os agricultores de Poço Fundo, como em uma palestra de dois produtores

produtos comuns. Procurando apresentar um desenho geral dos manejos, pode-se considerar as seguintes características:

- O mato não é mais visto como concorrente, sendo manejado de forma que sua biomassa possa ser reincorporada no sistema através das “roçadas”. Essa prática também serve de cobertura da terra, melhorando a sua biovida e evitando erosão.

- Com relação à adubação, os agricultores usam insumos orgânicos de “fora” e de “dentro” da unidade produtiva. De “fora”, geralmente utilizam a torta de mamona e alguns minerais. Os insumos de “dentro” variam em função das atividades produtivas de cada unidade, utilizam: casca de arroz, esterco, bagaço de cana, entre outros. Na adubação usam também o manejo de alguns matos, adubação verde com leguminosas e caldas como os biofertilizantes.

- Com esse conjunto de “estratégias”, aumenta a diversidade do sistema produtivo, tanto no tempo, como no espaço.

Os agricultores consideram que os sistemas estão em aperfeiçoamento e há ainda algumas “dependências”, como de petróleo, principalmente nos sistemas que utilizam tratores e com relação aos adubos orgânicos externos ⁷⁷.

Com relação à dimensão econômica, os agricultores que estão conseguindo comercializar os produtos com o “selo” orgânico avaliam uma melhora nas condições econômicas, considerando dois aspectos principais: de um lado a diminuição nos custos de produção, em função de não usar os agroquímicos e, queda no volume de insumos externos, e ainda com preços mais baixos, como no caso da torta de mamona. De outro lado, no sobrepreço pago

na 1ª Conferência Internacional de Mercado Justo e Café Orgânico, realizada no ano de 2000.

⁷⁷ Com relação à dependência de crédito rural, apesar de um grupo de 12 agricultores receberem desde o ano 2000 o crédito do PRONAF específico para a produção orgânica, e alguns agricultores que recebem o PRONAF custeio, a dependência de crédito rural dos agricultores, durante o processo de conversão e manutenção da agricultura orgânica é pouco representativa.

aos produtos orgânicos e, a possibilidade de venda em outros elos da cadeia de comercialização, dependendo menos dos atravessadores. Entretanto, os agricultores enfrentam dificuldades para a comercialização dos produtos orgânicos, como no caso do café, no qual já venderam café orgânico pelo preço de café convencional.

A gestão da propriedade também é alterada. A demanda de mão de obra aumenta, na qual os agricultores definem diferentes estratégias para lidar com esse problema. Nos casos em que a disponibilidade de mão-de-obra é menor, buscam alternativas “internas”, como maquinários – tratores, roçadeiras elétricas – que otimizem a mão de obra disponível. Ou então alternativas “externas”, como nos mutirões e nas trocas de dias. Podem também contratar pessoas do município para realização de trabalhos em diferentes épocas do ano.

A seguir apresentaremos uma análise sobre as relações que os agricultores estabelecem com a certificação e comercialização orgânica, procurando compreender como os “territórios contínuos” articulam-se com as redes.

6 A CERTIFICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NO ESPAÇO LOCAL

6.1 Os sistemas de certificação no espaço local

Como definido, as certificações orgânicas formam redes e articulam pessoas localizadas em pontos distantes. A rede de certificação faz parte da **rede de agroecologia**, podendo ser considerada como uma sub-rede, articulada a uma rede mais ampla, que envolve outras sub-redes, como a de comercialização.

Os agricultores familiares de Poço Fundo estão ligados a três certificadoras de produtos orgânicos e uma de “mercado justo”. No início dos trabalhos com a certificação orgânica, os agricultores eram certificados pela AAO e posteriormente pela certificadora Sapucaí⁷⁸ e BSC⁷⁹. No ano de 2002 conseguiram a certificação da FLO internacional, articulando uma rede mundial de “mercado justo”.

A relação entre os agricultores e os sistemas de certificação pode ser compreendida a partir de dois eixos de análise: 1) o funcionamento dos sistemas de certificação; 2) o significado do processo para os agricultores.

As entidades de certificação dos processos de produção, beneficiamento e distribuição de produtos orgânicos, sejam internacionais, nacionais ou regionais, apresentam um conjunto de normas, procedimentos e critérios que orientam o funcionamento do sistema. São compostos principalmente por:

- um conjunto de normas de produção, beneficiamento, processamento, embalagem, armazenamento e transporte;

⁷⁸ Existe a certificadora Sapucaí e a entidade de assessoria, cada uma com um tipo de atuação específica.

⁷⁹ A sede da AAO é no município de São Paulo, estado de São Paulo; a Sapucaí, no município de Pouso Alegre, Minas Gerais e a BCS tem sua sede na Alemanha.

- um conjunto de procedimentos com o objetivo de “legitimar”, ou dar credibilidade dos sistemas produtivos e demais processos junto aos consumidores e comerciantes⁸⁰;

- normas contratuais para definir a relação formal entre os produtores e as certificadoras;

- critérios para a definição dos custos da certificação;

- além de normas de algumas certificadoras referentes à comercialização em determinados canais.

As certificadoras que atuam em Poço Fundo apresentam diferentes particularidades.

Com relação ao primeiro eixo de análise, o funcionamento dos sistemas de certificação, pode-se definir dois aspectos: as normas técnicas de produção orgânica e as relações sociais entre produtor e certificadoras.

As normas técnicas de produção orgânica definem quais os insumos agrícolas que são permitidos, tolerados ou proibidos, como também determinadas técnicas do sistema de produção. Elas não definem especificamente qual deve ser o sistema de técnicas usadas no manejo da lavoura, mas os produtos e algumas técnicas que não podem ser usadas.

Por ex. não é permitido utilizar os chamados adubos químicos⁸¹ e os venenos⁸², como também as práticas agrícolas que são consideradas ambientalmente inadequadas, como o uso do fogo e de tratores sem critérios na conservação do solo. A posição da lavoura na paisagem também é observada, pois algumas certificadoras consideram as áreas de preservação permanente

⁸⁰ Como visto, existem duas formas de certificação no Brasil, conhecidas atualmente como *certificação participativa* e *certificação convencional*, ou por “*auditagem*”, conforme Souza & Bulhões (2002)

⁸¹ Alguns produtos e em determinadas situações são permitidos.

⁸² Agrotóxicos – inseticidas, fungicidas, bactericidas...

(definidas na legislação ambiental), e a proximidade de lavouras convencionais ou outras fontes de contaminação. Neste caso podem ser necessárias algumas práticas agrícolas como as “barreiras vegetais”, ou chegando até a inviabilizar a área para o cultivo orgânico. O tempo de conversão dos sistemas convencionais para o sistema orgânico também é determinado nas normas, variando para o mercado nacional ou internacional.

As relações sociais entre os produtores e as certificadoras envolvem basicamente: os mecanismos de inspeção e controle, as relações contratuais/financeiras e controle de canais de comercialização ⁸³.

As três certificadoras, que atuam no local, apresentam diferenças nos mecanismos de inspeção, mas no que se refere a esses procedimentos, todas se aproximam da “certificação convencional”, em que um agente de “fora” garante a qualidade. Os técnicos das certificadoras que visitam as unidades produtivas são denominados de inspetores. Eles são responsáveis por averiguar se os produtores estão ou não em conformidade com as normas de produção. Realizam visitas periódicas, geralmente de uma a duas vezes por ano. Os técnicos também inspecionam os processos de beneficiamento, processamento e armazenagem. Os relatórios sobre as inspeções são mecanismos de monitoramento das unidades produtivas.

Cada certificadora tem critérios específicos para a definição dos custos financeiros que recaem para os produtores. A negociação entre os agricultores de Poço Fundo e as certificadoras é mediada pela associação. A certificação através de grupos de produtores é uma forma utilizada para viabilizar os custos financeiros do processo.

⁸³ As relações entre as certificadoras e os produtores podem ser mais amplas do que apenas esses quatro aspectos. Entretanto são considerados aqui como os elementos que sustentam o processo. Com relação à certificadora Sapucaí, outros elementos devem ser considerados, conforme discutido mais a frente.

Duas das certificadoras que atuam em Poço Fundo estão envolvidas com a organização de feiras de produtos orgânicos: a AAO, com a feira em São Paulo e a Sapucaí, que, junto com os produtores da região, organiza a feira em Pouso Alegre. Em ambos os canais, os produtos comercializados devem ser certificados pelas respectivas entidades.

6.1.1 A visão dos agricultores sobre a certificação

Para os agricultores de Poço Fundo, os sistemas de certificação são necessários para: 1) possibilitar a articulação entre produção e comercialização e 2) servir como uma forma de controle/organização da produção orgânica. Este último aspecto torna-se inteligível com base em uma outra explicação.

Os agricultores identificam que, no interior do “espaço” orgânico, existem diferentes tipos de produtores. Ao explicar o “outro”, os agricultores colocam limites, produzem os territórios “externos” e situam-se nos “internos”, num processo constante de delimitar as fronteiras que moldam a realidade. Pode-se definir duas modalidades de agricultores, estruturadas a partir dos discursos locais, que num esforço de análise procura-se aproximar da realidade descrita:

TABELA 4 - Agricultor do princípio orgânico e do retorno econômico

Agricultor com o princípio orgânico	Agricultor do retorno econômico
"Produzir por gosto. Prazer de cuidar porque simplesmente eu gosto de fazer" Sr. A.	"Produzir porque é obrigado" Sr. A.
"queria ver as pessoas produzindo orgânico, mas pensando em preservar, de evitar dos venenos, não perturbar, não estragar as águas, a saúde e tudo o mais" Sr. A.	"as pessoas querendo corre atrás simplesmente por causa do dinheiro" Sr. A.
"Opção de uma produção diferenciada" "quer agregar valor ao produto e à vida" Sr. K.	"Preocupados com o financeiro, o econômico, com o retorno que vai dar" Sr. K.
"Ter a mentalidade de trabalhar corretamente" Sr. H.	
"tem que entrar com um pensamento de melhorar a Qualidade de vida, melhorar a terra, a água, enfim melhorar a condição de vida do ceis lá de saúde e tudo" Sr. C.	"Muitas vezes as pessoas passam para o orgânico pensando que ali ele vai ficar rico, e entra com esse pensamento e aí é uma dificuldade também que a gente enfrenta" Sr. C.

Fonte: dados da pesquisa

Essas duas modalidades são parte das estruturas locais de saber, são esquemas teóricos que os agricultores constroem e utilizam para compreender a realidade local, como símbolos que descrevem, para os "de fora", alguns elementos da relações sociais locais. Como explica um produtor orgânico:

"Eu acho muito importante, isso é bom colocar, pelo seguinte: porque quanto à produção orgânica, existe dois produtores orgânicos, dois tipos: existem os produtores orgânicos preocupados com o financeiro, com o econômico, com o retorno que vai dar. E existe o produtor que é esse que faz a opção de uma produção diferenciada. Ele quer agregar valor ao produto, por que sabe ele que agregando esse valor, atrai com esse valor que ele agrega vem um monte de coisa que a gente comenta sempre: é a saúde, é o bem estar, é a qualidade de vida.

Então dentro da associação, a gente acredita que deva desaparecer esse tipo de espírito de produtor que quer a certificação orgânica apenas pelo retorno econômico, a gente trabalha pra que isso desapareça dentro de um período. Ou ela desapareça pela maneira de pensar, ou ele desapareça da associação. A gente trabalha com isso, nós queremos que a associação tenha esse espírito” Sr. K.

Essa explicação mostra a necessidade de mecanismos que organizem e controlem a produção e comercialização de produtos orgânicos. Os agricultores do *retorno econômico*, necessitam de certificação. Ou seja, o comportamento dos agricultores que buscam apenas o retorno econômico não é “confiável” e pode trazer prejuízos (não só financeiros) para todos os outros produtores que partilham do “princípio orgânico”. O crescimento do interesse econômico pela agricultura orgânica pode “descontrolar” o conjunto de relações que vem estruturando-se a partir da agricultura orgânica. A opinião de um produtor, sobre a necessidade da certificação, evidencia esse fato:

“Tem. Porque senão começa a ver abuso de certos produtores. Porque nem todos são tão confiáveis assim. Pode haver abuso” Sr. E.

A partir dessas duas modalidades, os agricultores identificam a precisão de um tratamento diferenciado por parte das certificadoras. O que não acontece na relação com uma das certificadoras – a AAO. Os agricultores de “princípio” querem ser tratados como sujeitos do processo. Eles construíram todo um trabalho que envolve anos de dedicação, assumiram riscos, romperam parcialmente com a comunidade local, enfrentaram o saber científico e acadêmico, construíram um sistema técnico local, enfrentam dificuldades econômicas e de comercialização. Portanto exigem ser tratados como os sujeitos da agricultura orgânica, e não como simples cumpridores de normas.

A atuação de alguns inspetores trouxeram conflitos entre os produtores e uma das certificadoras, como pode-se analisar nas frases abaixo, declaradas pelos entrevistados:

“É que eles, por falta de experiência, eles exageravam em algumas coisas e não davam importância em outras coisas que tinha muita importância” Sr. E.

“Porque antes de eu ser filiado à AAO, o Japonês veio aqui comprar café orgânico, quer dizer que eu não comecei por causa de preço. Por causa de comércio. Comecei por opção minha. [...] num cabe prum técnico chegá aqui e encher a minha paciência mais. Basta ver o que eu tenho dentro da casa já é o suficiente, a forma que ele veio eu assustei”[...] “a certificadora deveria e deve ter uma orientação onde é que deveria fazer. Respeito com quem tá indo. Uma é voce chega num lugar que por acaso chegou ali, e se num tem princípio nenhum, e outro um caso por ex. nós aqui de Poço Fundo” Sr. A.

Os sistemas técnicos e normativos não levam em conta a realidade dos espaços locais, como analisou-se na passagem do período da **subsistência** para o da **agricultura moderna**. O ator, que desenvolve uma determinada ação definida por um sistema normativo, tende a buscar a padronização desta ação. Ou seja, independente do lugar onde o inspetor fará a visita, há um esforço de repeti-la de forma idêntica. Não importa a história do lugar, as pessoas que vivem ali ou as especificidades da natureza, o processo tem que ser feito a partir de normas “universais”. Na medida em que o inspetor age desta maneira, ele encontra uma reação dos atores locais. Quanto mais o comportamento dos atores de “fora” tender para um “agir normativo”, mais violenta é a reação local. Como num movimento dialético onde o espaço local re-modela as ações que inicialmente incidiram ali. Isso é constatado na compreensão de que o desenho do sistema de certificação existente no início do processo (em 1997) é diferente do que ocorre atualmente, conforme debatido mais a frente.

Pode-se analisar que as redes articulam dois ou mais territórios contínuos (Souza, 2000), marcados por relações de poder. Portanto as redes trazem conflitos entre diferentes territórios. Os inspetores de “fora” e de “longe”, “invadem” um território, entram nos *espaços da comunidade* e da *unidade familiar*. Entram na associação, nos bairros e os atores das redes relacionam-se com as pessoas do espaço local, onde duas territorialidades específicas entram em contato, em um evento em que são colocados frente a frente, dois sistemas de significados e de saber. Esta ação social pode configurar-se numa relação com intenção de dominação – alguém mandando em alguém (Weber, 1994) ou de diálogo e no mínimo de respeito.

Por outro lado, alguns agricultores demonstram ocorrer uma relação de diálogo, de interação, onde os inspetores têm um papel de fornecer informações sobre o que é permitido ou não utilizar na lavoura e as mudanças que possam ocorrer nas normas, como no caso da Sapucaí.

Para os agricultores com “princípio orgânico”, o sistema de certificação é uma forma de reafirmar o trabalho orgânico. O certificado é visto como um mecanismo de legitimação junto à sociedade. Como explica um produtor:

“Ela apenas vem endossar aquilo que eu já tenho por consciência que devo fazer.[...] Então ele vem apenas confirmar no papel aquilo que eu já faço” Sr. K.

Os sistemas de valores/significados e os modelos de saber-fazer, articulados por um “ideal”, com um sistema totalizado, dotado de uma lógica interna, um ordenamento que integra um conjunto de saberes, é que possibilitam o trabalho orgânico como um *fato social total* ou o “todo orgânico”. Nessa perspectiva de análise, esse sistema interno é que orienta o modelo de trabalho dos agricultores. Um sistema mais amplo que a dimensão técnica ou econômica.

Ou seja, são os sistemas locais que garantem a produção orgânica, e não o sistema de normas e certificações. O trabalho com a produção faz parte de um todo, integrado por uma lógica interna. É inadequado analisar como o agricultor se relaciona com a natureza e o seu sistema técnico, sem considerar as estruturas de saber desses atores. A descrição dos sistemas técnicos e das características naturais pouco dizem da realidade⁸⁴. O sistema técnico é uma externalização dos sistemas de valores. Desta forma, a inspeção “tipo auditoria”, baseada num “comportamento normativo”, gera conflitos no contato com as pessoas do espaço local que compartilham do “todo orgânico”.

Se consideramos que as normas de produção orgânica possuem “princípios básicos”, como sendo os pressupostos básicos que orientam o conjunto de normas, buscando principalmente uma relação mais saudável com a natureza e sem o uso de agroquímicos, eles aproximam-se do saber local dos produtores. Portanto são legitimados pelos “agricultores de princípio orgânico”. Por aqueles agricultores que “*produzem por gosto*”, que integram-se na natureza, que buscam “*valorizar a vida*”. Mas o saber local é mais denso que os “princípios básicos” das normas, envolvendo muitos outros elementos.

Apesar destes “princípios” serem aceitos pelos agricultores de Poço Fundo, o que destoava disto é criticado. Algumas normas e exigências das certificadoras são vistas como um exagero. Apresentam-se abaixo as principais críticas:

- as necessidades no uso de barreiras para proteger a lavoura orgânica das propriedades vizinhas. Essas barreiras podem ser feitas de três formas: 1) através do cultivo de outras culturas como capim ou cana de açúcar; 2) o produtor orgânico “cuida” da área da lavoura do vizinho que faz fronteira com a sua; 3) o produtor delimita uma barreira dentro da própria área de plantio – neste

⁸⁴ Como mostra Claval (2001), a ênfase da geografia cultural, antes da década de 1970, era colocada na descrição dos sistemas técnicos.

caso a parte usada como barreira é descartada como produção orgânica. Como as unidades produtivas e as áreas de lavouras são pequenas, e o município tem uma estrutura fundiária onde prevalece o minifúndio, a exigência dessas barreiras é um problema com a certificação.

- uma definição mais clara e duradoura sobre o que pode e o que não pode usar na lavoura. Aqui existem dois problemas: ocorrem diferenças entre as normas das certificadoras, como também mudanças no conjunto de normas.

- algumas normas técnicas são questionadas, como a proibição de utilizar mudas convencionais na produção orgânica.

O grupo que compartilha dos “princípios orgânicos” defende um processo de certificação baseado na confiança. O sistema de inspeção, por si só, como uma forma de controle da produção, não é eficiente, não garante inteiramente o processo. Na situação atual, a produção orgânica é efetivamente garantida pelos produtores. Eles explicam que as certificadoras não estão presentes no dia-a-dia da unidade produtiva, portanto o processo realmente é garantido pela família. Como mostram as declarações abaixo:

“Agora pra mim ela vem só confirmar aquilo que eu já tô fazendo. Mesmo porque não adianta uma certificadora uma vez por ano, ela vim aqui, ela não vai conseguir também, é fiscalizar ou acompanhar o meu dia-a-dia o meu ano todo. Então se eu não tiver uma pré-disposição da minha parte já em fazer uma coisa assim, é... garantida, segura, não adianta se nem te certificadora”.[...] “Então quem faz a inspeção é o produtor, é o próprio produtor, é ele o responsável pela inspeção” Sr. K.

“No meu modo de sentir, o certificado por exemplo é pra comércio. Porque na produção, você que cabe, é a própria pessoa. Se ele não tiver aquela mentalidade não eu vou trabalhar corretamente, dentro das normas, é melhor ele nem mexer porque a certificadora, num tá acompanhando o dia a dia dele” Sr. J.

6.1.2 O global expresso no local

Como definido, os sistemas de certificação desenvolvem uma função no sistema econômico, onde o mercado exerce uma forte influência sobre eles. Os sistemas têm a função de regulamentar este segmento de mercado. Servem de “pontes” para acessar os “territórios de comercialização orgânicos”. Para realizar as trocas, é necessário que o produto tenha uma certificação reconhecida por esses territórios. Isso traz muitas dificuldades para a comercialização dos produtos dos agricultores orgânicos de Poço Fundo. A afirmativa abaixo demonstra as dificuldades de comercialização em função da relação entre certificado e mercado:

“Sem dúvida nenhuma selo. Porque nós tivemos bastante oferta, pra se a gente tivesse selo internacional, mas não tinha então barrou o mercado. E o mercado interno é difícil, porque as torrefadoras cada uma tem a sua certificação” Sra. I.

Assim, há necessidade dos “selos internacionais” para exportar os produtos orgânicos. A certificação da BCS, como uma “certificadora internacional”, tem esse objetivo. Desta forma, os produtores interagem com sistemas de certificação de diferentes países, envolvendo aumento de custos e adaptação a exigências dos procedimentos e normas. Mas significa uma possibilidade de realizar melhores negócios, ampliando a rede de acesso ao mercado, aumentando as alternativas de venda.

A exigência de selos também ocorre em territórios situados no nível local e regional, como feiras, torrefadoras de café e supermercados. Para os

produtores comercializarem nas feiras orgânicas ou com torrefadoras de café, são necessários selos específicos.

Pode-se analisar que no lugar, onde consubstanciam diferentes territorialidades, o produtor tem que lidar com a certificação regional, nacional e internacional. Nesse contexto, onde as regulamentações entre os territórios formam uma hierarquia e estão interligadas, as margens de negociação das normas são muito pequenas.

Analisando duas questões: as normas técnicas de produção e as relações entre selo e mercado, estas têm maior poder de influenciar e desestruturar o espaço local – maior poder de entropia. Ou seja, o cumprimento das normas não se configura como um obstáculo para os agricultores que internalizaram e criaram o conceito local de agricultora orgânica. Aqueles agricultores que compartilham do “princípio orgânico”. A adequação às normas para esta modalidade de produtor não significa uma desestruturação do espaço local.

As redes de relação de poder que envolve os “selos” e o mercado, e quem os controla, representa o maior obstáculo para os agricultores.

As exigências de diferentes selos para comercialização, os inspetores que não consideram a densidade dos lugares, a inspeção orientada por um “comportamento normativo” ou “tipo auditoria”, as mudanças nas normas técnicas e os altos custos da certificação, são percebidos pelos produtores como aspectos negativos. Parte dos produtores identifica esses elementos como um “novo” processo de dominação, como demonstra a declaração abaixo:

“Que enquanto antes a gente produzia: não, aqui a planta é minha, eu faço o que eu quero, ninguém vem me dá trabalho. Hoje não, eu tenho que fazer isso, porque chega um cara aqui tá me exigindo é isso, a certificadora tem que fazer isso, pra vender lá é isso. E olha, e pode ver que total, quem tá permanecendo no campo hoje é porque não quer ser dominado. Ele não quer aceitar é pressão em cima” Sr. A.

“O que a gente tá vendo na roça, quem tá na agricultura hoje, companheiro, não quer aceitar dominação. Então agora quando se entra nesse mercado hoje, como daí, com certificadora, que tem que fazer isso, começa isso, a não, não pode usar isso mais, de repente...é as normas acaba sendo muito ...não sei parece que desrespeitando... a natureza do homem que tá lá no campo, lutando pra vencer” Sr. A.

Desta forma, os “territórios de comercialização”, através das redes de certificação, formando as verticalidades, criam conexões com os agricultores. Estes têm que adaptar-se às regras definidas pelos agentes que regulam esses territórios, a fim de acessar esses mercados. As certificadoras funcionam como redes que transportam esses códigos aos produtores. Essas verticalidades “cortam” todos os espaços de ações dos agricultores, como os espaços de *interação local*, da *comunidade* e da *unidade produtiva*. Levam outra lógica, outra ordem, criando tensões no espaço local. Uma tensão no sentido de desterritorialização dos arranjos locais. Mas o lugar, nosso próximo, é também o local da contrafinalidade, da revolta e da ação comunicativa, como defende Milton Santos.

6.1.3 As reações locais

Para os produtores de Poço Fundo, do início das certificações, no ano de 1997, até o período de levantamento de campo deste estudo, vêm ocorrendo mudanças significativas nos sistemas de certificação das unidades produtivas. As mudanças podem ser compreendidas como uma “tensão” visando o aumento do controle dos agricultores sobre o sistema. O “campo de forças” do território local criando forças centripetas, trazendo elementos para a gestão dos atores locais.

As primeiras certificações foram feitas na cultura do café, pela AAO. Nesse período, a “idéia” ainda era “estranha” para os produtores. A certificadora

fazia as inspeções, fornecia o “selo”, e a associação procurava comercializar o café. Num segundo momento, com a iniciativa da feira de produtos orgânicos em Pouso Alegre (iniciada em 1999) resultado de uma articulação entre a Sapucaí e um grupo de agricultores familiares de Poço Fundo, surgiu a necessidade da criação do selo de certificação da Sapucaí. Este processo contou com a participação dos agricultores. Atualmente eles estão envolvidos na gestão da certificadora, seja numa relação formal, pelo conselho de ética, seja pela trajetória/história da organização junto aos produtores ⁸⁵. Este selo atualmente é mais utilizado para a venda na feira de Pouso Alegre e através das empresas de comercialização de produtos orgânicos que atuam no local, conforme debatido mais a frente. A AAO e a Sapucaí são certificadoras nacionais, porém, esta última tem uma maior atuação nos níveis regionais.

Um terceiro momento foi o “selo internacional”, que pode ser analisado como uma resposta às dificuldades enfrentadas na comercialização do café, onde o “selo orgânico” utilizado anteriormente dificultava a comercialização, principalmente para a exportação. Em função da dificuldade de comercialização, enfrentada desde o início das certificações, no caso do café, os agricultores negociaram as mercadorias com preços semelhantes aos produtos convencionais.

A BCS é uma certificadora internacional, com credenciamento internacional da IFOAM, ISO 65, como também credenciada pelo sistema de regulamentação de países como o Japão. Os procedimentos locais para o sistema de certificação também foram alterados. A certificação “coletiva”, como definiu um agricultor, significa uma mudança importante no processo. Representa uma

⁸⁵ Para compreender a relação da Sapucaí com os agricultores de Poço Fundo é necessário considerar o papel que a entidade teve e tem junto ao município e à região, marcado pelo apoio à agricultura familiar. Seja o apoio político, ideológico e na área da produção. Este não é o foco deste estudo, mas é inevitável fazer algumas considerações para que o leitor possa compreender o contexto local. Em linhas gerais é importante compreender que parte dos objetivos da entidade é fortalecer a “luta” pela melhoria de vida dos agricultores familiares da região.

tentativa de tratar o problema dos altos custos da certificação, como também uma forma de inspeção que tende a aumentar o controle dos agricultores nessa parte do processo. Como explica o produtor:

“Nós já conseguimos algumas diferenças. Nós já támo conseguindo certificação em pacote, certificação coletiva, o que tá baixando bastante o custo. Senão a certificação internacional nós nem tinha condição de conseguir” Sr. E.

Com esse tipo de certificação, a responsabilidade do grupo local pelo processo aumenta. Para os agricultores, a certificadora assumiu uma postura pela qual, no caso de haver alguma inadequação, o risco de perda é dos produtores. Como relata um agricultor:

“Com isso ela jogou até os próprio produtor daqui como inspetor. Ai não tem mais complicação que tá tendo com as outras. Ai facilitou bastante. Os três inspetor daqui é produtor daqui mesmo” Sr. E.

Nesse novo modelo, os produtores e o técnico da certificadora formam um grupo com a responsabilidade de realizar as inspeções.

6.2 A Comercialização

6.2.1 As diferentes vias

Os produtos orgânicos são comercializados através de formas e processos diferentes. São estratégias diferenciadas, que podem envolver grupos com diferentes números de famílias, como apenas uma unidade produtiva. Envolvem diferentes agentes e canais de comercialização. Os processos percorrem estruturas com diferentes graus de dinamismo e complexidade. São caracterizadas da seguinte maneira, através:

- 1) de trocas independentes;
- 2) do “grupo da feira” (via feira);
- 3) da “associação” (via associação);
- 4) e das empresas de produtos orgânicos (via empresa).

As **trocas independentes** são realizadas diretamente entre produtor e consumidor ou produtor e atravessador. Essa forma de venda é caracterizada por uma ação direta entre produtor e comprador, na qual o processo de decisão em vender o produto, negociar preço, entre outros, é determinado pelo produtor de forma isolada, ou seja, sem a participação de pessoas de fora da unidade produtiva. Essas trocas podem ser realizadas nas unidades produtivas, nos canais de comercialização local – na cidade de Poço Fundo ou nos distritos rurais, como ainda nos pequenos mercados e mercearias/armazéns voltados para consumidores locais. Há a entrega de cestas em domicílios no município e ainda ocorre a comercialização entre vizinhos e conhecidos.

Pode ser uma venda planejada através de pedidos e de entregas regulares, mas pode ocorrer ao acaso – por ex., quando pessoas de “fora” visitam ou desenvolvem algum trabalho no local. Formam-se relações duradouras, com compradores mais freqüentes, como também relações mais breves, mantidas somente no ato da compra. Mel, própolis, café torrado e moído, rapadura, arroz e hortaliças são exemplos de produtos comercializados desta forma. Neste tipo de troca, a confiança tende a prevalecer na relação, onde o selo orgânico nem sempre é exigido.

Nos canais locais de comercialização, produtos como aves, ovos, carne suína, feijão, rapadura e mel, são comercializados como convencionais. Porém, os produtores percebem que os consumidores locais reconhecem esses produtos de forma diferenciada. Sendo este fato atribuído à confiança estabelecida através das relações locais. Como mostra um produtor:

“O pessoal tem confiança com a gente também, se acaba vendendo até melhor um pouquinho. Todo mundo conhece a gente, já sabe que a gente há muito tempo já tá fazendo. Então acaba pagando bem”.... “Eu tô vendendo melhor, mas não porque o pessoal tem conhecimento porque é orgânico. Mas pela qualidade” Sr. A.

São relações formadas a partir do espaço das horizontalidades, dos pontos que se agregam sem descontinuidade. Aqui se dão as ações locais, onde estruturam-se as cooperações e solidariedades entre as pessoas próximas (Santos, 1997).

O **“grupo da feira”** é formado por um número variável de famílias – em torno de 5 a 8, com uma pequena rotatividade. Ou seja, alguns entram e alguns saem do grupo. Mas existe uma série de acordos e regras que orientam o processo de “entrar e sair” no grupo. Ele é formado por produtores de Poço Fundo e de alguns municípios vizinhos. O **grupo da feira** e os assessores da Sapucaí organizam a feira de produtos orgânicos e a entrega de cestas, ambos na cidade de Pouso Alegre. O trabalho destas pessoas é composto por uma enorme cadeia de tarefas que envolve desde o processo de certificação, o planejamento do plantio, processamento dos produtos para a feira, transporte, organização do espaço da feira e a venda. No final da feira, o grupo ainda executa uma série de atividades: entregar as sobras de alimentos numa entidade beneficente (“no educandário”), fazer a limpeza do espaço físico, guardar alguns equipamentos e fazer a “reunião de avaliação”.

Associado a esse conjunto de tarefas são entregues as “cestas” de hortaliças aos consumidores. Este processo também envolve um grande número de atividades, desde “fazer os pedidos”, montagem das cestas (feitas durante a fase de implantação da feira) e depois a entrega nos domicílios. Todo esse conjunto de ações comporta uma grande divisão de trabalho, onde algumas atividades são mais “solitárias” e outras mais “coletivas”. Na gestão do trabalho

produtivo, nas **unidades familiares**, as tarefas são divididas entre as faixas etárias e sexo; a gestão do transporte é realizada por todo o grupo de produtores (no caso dos que residem em Poço Fundo) e a gestão da feira envolve todos os produtores, os coordenadores⁸⁶ e os técnicos da Sapucaí.

A gestão da feira é realizada pelos agricultores e assessores, envolvendo uma série de atividades. Os técnicos da entidade de assessoria fazem diagnósticos, como por exemplo de preços dos produtos no mercado local e perfil dos consumidores da feira. O planejamento e a avaliação são realizados através de reuniões que ocorrem no final da feira, envolvendo: todos os produtores; a coordenação da feira (composta pelos produtores) e os técnicos do Sapucaí. Nestes momentos são planejadas e avaliadas as ações referentes à: propaganda junto aos consumidores; avaliação do faturamento de cada produtor (realizada através de planilhas elaboradas pelos assessores); avaliação e controle dos equipamentos, e ações junto ao poder público municipal. Ainda são debatidos os problemas e acordadas as regras com relação a preços, preparo das cestas, custo, taxas de manutenção da feira, entre outros.

Os preços dos produtos da feira têm uma flutuação diferenciada daquela que prevalece no mercado em rede, conforme conceito usado por Wolf (1976). Os preços da feira não acompanham as flutuações regionais que ocorrem no mercado regional. O grupo procura manter os preços estáveis durante todo o ano. Assim, em determinados períodos, os preços da feira podem estar mais baixos ou mais altos, com relação aos preços do mercado regional. De uma maneira geral, os preços não apresentam uma grande diferenciação dos preços dos produtos convencionais da região, mas alguns produtos, como por exemplo tomate e batata, apresentam um sobrepreço. Como analisa Wolf (1976), existem diferentes mercados e a feira constitui um espaço de troca diferenciado, com uma dinâmica social e econômica própria.

⁸⁶ A equipe de coordenação da feira é composta por três produtores.

Um outro aspecto a ser analisado é a dinâmica entre os produtores orgânicos da feira e aqueles que não pertencem a esse grupo. A estrutura formada para viabilizar a feira não envolve apenas os agricultores que atuam diretamente nela. Essa estrutura tem o seu funcionamento próprio, garantido por diferentes atores que mantêm uma cadeia de fluxos que sustenta o projeto como um todo. Essa rede pode ser acessada por outros produtores orgânicos em dois sentidos. De um lado as “falhas” no planejamento, ou situações contingenciais podem ser reparadas por produtores que não pertencem diretamente à rede. Alguns agricultores orgânicos que não vendem na feira ajudam a manter tanto as cestas como aumentam a variedade e a constância de oferta de produtos na feira. Por outro lado, a estrutura pode possibilitar o escoamento de produtos destes agricultores. Ou seja, os agricultores da feira comercializam não só os seus produtos, mas os de outros produtores orgânicos, como explica um agricultor que “não é da feira”:

*“É via feira. São os produtores da feira. Esses dias eu mandei tomate pra eles entregá. Ai eu tava pensando. Mel vai pra eles direto”
Sr. E.*

A estrutura ainda viabiliza o transporte de mercadorias, tanto de ida quanto de volta. A feira funciona como um espaço de múltiplas funções. Um dos produtores a utiliza como um tipo de “entreposto”, enviando seus produtos para um outro agente intermediar um outro processo de comercialização.

A opinião dos agricultores sobre a viabilidade econômica da feira é controversa. Para alguns não representa uma forma duradoura de comercialização, para outros se constitui como a principal estratégia.

A comercialização através da **associação** envolve principalmente a cultura do café. Esse processo também comporta, no interior do grupo, uma série de acordos, regras e normas que possibilitam as vendas. A comercialização via associação demanda uma série de ações, envolvendo etapas como seleção e

envio de amostras de café para os compradores, as burocracias necessárias, a realização dos contatos e outros procedimentos operacionais.

Os acordos e regras internas da associação, no que se referem a comercialização, envolvem todos os associados, mais especificamente aqueles que irão comercializar o café. Neste espaço os agricultores discutem os problemas enfrentados na comercialização. Como por exemplo, as preocupações de alguns associados que visam melhorar a qualidade do café em função das exigências do mercado⁸⁷ e das dificuldades na venda dos produtos. Nesta gestão “negociada”, onde as decisões são realizadas através de relações face a face, ocorrem relações de poder, mediadas pelo grupo e pela direção da associação. Este espaço é composto somente pelos agricultores familiares, não tem pessoas de “fora” envolvidas diretamente nas decisões. As vendas e as negociações são realizadas diretamente com os compradores ou alguns agentes posicionados de forma privilegiada na cadeia de comercialização. Neste caso, são outros produtores, geralmente mais capitalizados e com maior volume de produção, ou técnicos e assessores que mantêm relações com os agricultores orgânicos de Poço Fundo.

A rede de comercialização do café, da qual os produtores participam através da associação, articula pontos localizados em diferentes regiões do mundo. As relações são articuladas no nível local, regional, nacional e mundial. Neste nível há a intermediação de compradores/exportadores nacionais e estrangeiros, ou de outros produtores de café que exportam diretamente seus próprios produtos. O café orgânico de Poço Fundo já foi comercializado em países como EUA e Japão.

A comercialização “*via associação*” é uma forma de viabilizar as vendas das pequenas quantidades produzidas em cada unidade produtiva. Desta

forma aumenta o volume para comercialização, possibilitando melhores negócios através do fortalecimento do poder de barganha dos produtores. Como observa um agricultor:

“O café tem que ser via associação porque tem que dar lote. Que são produtor muito pequeno, não dá lote. O lote é 15 tonelada” Sr. E.

Outra estratégia de comercialização passa pela utilização da estrutura da Cooperativa Coorgânica Jacarandá, na qual são cooperados e, da unidade de processamento gerida pela Escola Agrotécnica de Machado (inaugurada em 2002). Ela possui equipamentos para beneficiar, torrar, moer e empacotar o café. Com esse processamento aumenta a alternativa de venda de café para os agricultores, como já ocorreu no ano 2002.

As trocas através das **empresas de produtos orgânicos** são estabelecidas entre empresas especializadas na comercialização de produtos orgânicos e grupo de produtores. Atualmente no Brasil existem diversas experiências com este tipo de comercialização, onde as organizações atuam intermediando tanto a relação entre produtor e consumidor – como no caso de cestas, como entre produtor e pequenas, médias e grandes redes de supermercados.

Desde o início desta forma de comercialização em Poço Fundo, no ano de 1999, ocorreram constantes mudanças. Esse tipo de venda surgiu após a experiência de comercialização na feira de Pouso Alegre, onde, naquele período, frente a dificuldade enfrentada para escoar a produção, criou-se espaço para que a empresa de comercialização constituísse uma outra alternativa de comércio. Iniciou-se com um grupo de produtores que realizava o planejamento junto dos

⁸⁷ Alguns agricultores declararam que para comercializar o café com bons preços não é só necessário produzir com o certificado orgânico, mas também garantir uma bebida de

técnicos de uma empresa com sede no município de Pouso Alegre⁸⁸. Os produtores eram responsáveis pela produção e os técnicos pela comercialização. No processo de “adequação” desta forma de comercialização no mercado, houve uma série de dificuldades, gerando constantes mudanças no arranjo empresa/produtor. Os obstáculos ocorreram nas duas “pontas” do processo: alguns produtores do grupo tiveram dificuldade em cumprir o planejado, e na outra ponta, a empresa, em escoar a produção. As sobras de produtos foram muito grandes, o que desanimou o grupo de produtores. Os planejamentos iniciais necessitaram de constantes reformulações e trouxeram prejuízos financeiros para os agricultores e para a empresa. Com os problemas decorrentes dessa “adequação”, o número de famílias envolvidas no projeto diminuiu.

No período de levantamento de dados em campo, o arranjo entre a empresa e produtor envolvia um pequeno número de unidades produtivas de Poço Fundo. A comercialização envolve essencialmente as hortaliças e algumas frutas, que são vendidas: 1) em supermercados da região do Sul de Minas; 2) como cestas entregues em domicílios no município de São Paulo; 3) e em pequenos mercados e lojas especializadas também em São Paulo.

São realizados planejamentos constantes – entre empresa e produtores, em que definem-se principalmente tipos de cultura, volume a serem produzidos e período de entrega. Nesse território, são acordadas regras e códigos, a partir dos quais são definidas: as margens de lucro e a participação do produtor; a divisão das sobras (produtos não comercializados) e os padrões de qualidade de produção e beneficiamento.

Os produtores possuem relações com outras empresas que atuam desta mesma forma⁸⁹. Entretanto as vendas são mais esporádicas, envolvendo uma ou

qualidade ao produto.

⁸⁸ Empresa Veio da Terra.

⁸⁹ Foram realizadas vendas com uma empresa localizada no município de Lavras. Essa empresa comercializou os produtos em lojas e grandes supermercados no município de

duas culturas, ou quando a empresa que atua diretamente com os produtores não escoar a produção ou parte da produção.

Esse tipo de comercialização – “*via empresa*” – pode ser acessado por outros produtores orgânicos não diretamente envolvidos com a empresa que atua em Poço Fundo⁹⁰. Os produtores da “feira” também realizam esse tipo de troca, porém são ações esporádicas, geralmente quando há excedente de algum produto. Nesta forma de relação (produtores da feira – empresa) não são criados vínculos de compromisso, devido aos quais, o agricultor tenha que realizar entregas constantes para a empresa. Como comenta um dos produtores da “feira”:

“Às vezes quando ele tá precisando de alguma coisa que eu tenho, ele vem, pega, leva, mas sem nenhum compromisso. Eu não tenho nenhum compromisso com ele. Eu prefiro mais é contar com a feira, que eu já tô trabalhando direto com o consumidor. O que eu posso fazer é aquilo ali e eu não posso ficar cedendo espaço pra intermediário. Isso eu não gosto. Convite não faltou não” Sr. D.

A comercialização *via empresa* corresponde a uma alternativa de comércio para os produtores orgânicos que trabalham com hortaliças e frutas, seja de forma duradoura e planejada, ou no sentido de cobrir alguma contingência. Apesar de as empresas que atuam nesta área apresentarem um discurso no sentido de valorizar o produtor rural, considerando aspectos econômicos, ecológicos e sociais, parte dos agricultores identificam esse tipo de comércio com o sistema de intermediários/atravessadores. A percepção local sobre esse sistema é que o intermediário obtém, no processo de comercialização dos produtos, a maior margem de lucro, consistindo num sistema de troca desigual. Como afirma um entrevistado:

Belo Horizonte, Minas Gerais (informações disponibilizadas pela empresa Horta e Quintal).

*“Toda a vida eu fui exigente com o meu jeito de ser, e mesmo antes de trabalhar na feira. Eu achava muito errado o esquema de intermediário. Você trabalha, produz e quem lucra é o intermediário. É na feira mesmo. Eu acho que vender pra **empresa** é o mesmo processo do intermediário. Toda a vida eu lutei, entrei num trabalho de igreja, através da CPT, sempre fortalecendo essa minha idéia de eliminar da vida o atravessador, o intermediário. Agora entrar nesse trabalho orgânico, eu acho que a gente conseguiu ter esse trabalho direto com o consumidor, pegar e colocar um atravessador na vida da gente pra quê? Por isso que eu num...” Sr. D.*

Apesar desta concepção sobre o papel da empresa, alguns produtores consideram essa forma de comercialização uma alternativa viável de troca, pelo menos na situação presente. Um produtor que saiu da “feira” e entrou na “empresa” adequou-se melhor neste segundo sistema, mas sempre reconhecendo que é um processo de aprendizagem onde o sistema deve ser aprimorado, possibilitando melhores formas de integrar produção – comércio – consumo.

Uma outra forma de comercialização que pode ser considerada nesta categoria é a venda através de um produtor orgânico que reside na região do Sul de Minas Gerais⁹¹ que comercializa os produtos de Poço Fundo. Essa comercialização é feita na feira de produtos orgânicos da AAO, realizada na cidade de São Paulo e em pequenos mercados/canais do município. São comercializados produtos como: rapadura, arroz e café torrado e moído. Parte deste sistema envolve o grupo da feira, pois transportam os produtos de Poço Fundo a Pouso Alegre, onde são “recebidos” pelo produtor.

Todas essas formas e processos de comercialização discutidos acima são parte constituinte do que definimos aqui como **rede agroecológica**. Esta rede é mais ampla pois envolve outros sistemas como os de certificação orgânica e social, as entidades de assessoria entre outros. Pode-se denominar que a rede de

⁹⁰ A Veio da Terra atua na região do Sul de Minas e no Estado de São Paulo.

⁹¹ Município de Inconfidentes

comercialização é uma sub-rede da agroecológica. A rede articula pontos localizados do nível local até o mundial. Conecta produtores, comerciantes e consumidores situados em diferentes pontos do globo. Integra os espaços de produção, circulação, distribuição e consumo.

As quatro categorias de comercialização são esquemas abstratos construídos a partir dos sistemas de percepção das pessoas do local. Os produtores falam da venda “via feira”, “via empresa”, entre outros. Numa noção de mercados diferenciados, como comentou uma vez um dos agricultores se referindo à venda de cestas:

“tá precisando e o mercado que a gente queria era esse” Sr. J.

Essas formas diferentes de comercialização - as diferentes “vias”, têm características/arranjos específicos, que são distinguidos pelos produtores: tanto processos objetivos, como preços, local de venda e transporte, como também subjetivos. Cada forma de venda tem um significado específico. Com essas diversas formas de comercializar, os agricultores têm uma certa “margem” de adaptação à “via” que melhor corresponde às suas necessidades objetivas – para garantir a reprodução familiar e, subjetivas, garantindo a sua reprodução ideológica.

Ao mesmo tempo em que são diferentes, se integram no dia-a-dia, como se fossem conexões que podem ser acessadas pelos produtores em diferentes momentos e situações. Um único produtor pode comercializar via associação, feira (mesmo sem ser do grupo da feira), empresas e ainda de forma independente. Neste caso, podem ser comercializados tanto produtos com ou sem o selo orgânico, como acontece nos canais de comercialização de Poço Fundo. Pertencer a uma “via” não significa estar ausente de outras.

Essas estruturas foram criadas pelos agentes locais – produtores e Sapucaí, mas adaptadas a um sistema mais amplo de comércio e de símbolos. Mas elas são dinâmicas, recebendo “entradas” tanto no local, quanto em outros níveis. A rede articula o lugar ao mundo.

A feira de produtos orgânicos da AAO, em uma cidade como São Paulo, uma cidade mundial, que abriga pessoas de todo o globo, possibilita a venda dos produtos de Poço Fundo. Uma fatia do mercado consumidor do Japão, que valoriza produtos naturais, oferece condições para a venda de café orgânico com preços diferenciados da commodity de café. Um selo orgânico de uma entidade da Alemanha significa uma ampliação de possibilidades na comercialização do café “via associação”. É no lugar que o mundo se realiza. As explicações do local explicam o mundo.

Como foi colocado, a rede é um território que comporta relações de poder. As relações sociais que sustentam a rede são múltiplas, numa mistura de significados diferenciados, mas que ao mesmo tempo se universalizam. Uns “entram” na rede por uma questão financeira, outros ambiental, outros social, mas todos mantêm a interface com a produção orgânica. Esse é o ponto central.

Apesar da possibilidade de atribuírem diferentes significados à Agricultura Orgânica (ou outro termo usado para referir-se a esse processo), esta possibilita o diálogo entre grupos sociais, desde produtores familiares até as mais altas classes sociais de diferentes países – tanto centrais como periféricos. Funciona como um tema transversal que “corta” diferentes espaços, aproximando pessoas muito distantes, tanto na escala temporal como espacial.

No lugar, cotidiano dos agricultores, as relações de poder relacionadas às diferentes vias de comercialização são diferenciadas. As margens de negociação de preço, repasse das perdas de produtos, custo de transporte, são diferenciadas nas formas de comercialização. Cada uma confere um nível de autonomia e segurança.

O preço na feira é negociado entre o “grupo da feira” e, com cada consumidor. “Via” empresa, o poder do agricultor sobre a negociação do preço é menor, onde a negociação do preço passa pela empresa junto aos canais de venda. Portanto, não é definido pelo produtor direto com o consumidor, mas entre a empresa e o comprador, depois repassado ao agricultor. A decisão é realizada em outros espaços. Na associação, o poder de barganha aumenta, pois são realizadas cotações com diferentes compradores, procurando as melhores condições de venda.

6.1.2 Redes curtas e longas

A rede de comercialização é composta por redes curtas e redes longas. As redes curtas articulam pontos próximos geograficamente, enquanto que as redes longas ligam pontos mais distantes. Quanto maior a rede, menor o contato entre produtor e consumidor e aumenta a necessidade de outros agentes. As redes longas tendem a ser impessoais, formam as *verticalidades* (Santos, 1997). Para este autor, as verticalidades criam interdependência e, quanto maiores as necessidades de cooperação entre os lugares, mais atuantes e numerosas se tornam as verticalidades. E essa interdependência tende a ser hierárquica e seu papel de ordenamento transporta um comando.

Nas redes longas, as informações são organizadas de forma hierárquica. No tipo de comercialização “via empresa”, as decisões são tomadas em locais privilegiados, como nos supermercados, que normatizam os processos como exigências no controle de qualidade dos produtos e nas certificações; margem de lucro; padrão dos produtos; formas de processamento e embalagem; promoções; perdas e até a organização das mercadorias nas prateleiras/loais de venda. Transportam um comando que percorre toda a rede, refazendo os arranjos de cada espaço local que a rede articula. Como diz Santos (1997): “*Um incessante*

processo de entropia desfaz e refaz contornos e conteúdos dos subespaços, a partir das forças dominantes, impondo novos mapas ao mesmo território”.

Estas normas alteram os arranjos das unidades produtivas e o controle sobre elas é quase nulo. Como observam os agricultores:

“Até questão de preço, tá combinado um preço. Chegou a acontecer isso, tá combinado entre nós e a empresa, chega lá no supermercado, esse preço num sai, ou nesse preço eu não aceito – o supermercado chegou a fazer, aí que acontece? Tem que jogar pra baixo, tem jogar bem pra baixo, ou então não sai, não vende o produto lá. Outra coisa: ou esse produto não preciso pra essa semana. Então, no caso, tá entregando pra empresa é bem, achei que é bem mais inseguro. A gente manda o produto e não tem certeza se vai vender, quanto vai vender” Sr. J.

“Agora em se tratando de cesta e de feira é uma relação direta com o consumidor. Agora no mercado aí já entra muito a questão da aparência. Aí tem que ser um produto bonito, bem embalado. Com o certificado bem feito. Porque senão não vende. Agora na feira não exige muito disso. Porque já é relação direta”... “Em São Paulo tinha vários casos de mercado grande, Carrefour, Sé, jogando 130, 140% em cima de margem. E aí começou a ficar difícil vender” Sr. E.

Nas redes longas, o planejamento das ações é mais rígido e mais rigoroso que nas redes curtas. A forte interação com diferentes agentes e processos, onde o tempo é controlado de forma rigorosa/precisa, as ações seguem um encadeamento rígido para não comprometer a cadeia de processos que dela depende. Por exemplo, a quantidade de mudas a ser plantada tem que corresponder ao volume de produtos a ser colhidos num determinado período.

Toda a quantidade de produtos a ser comercializada tem que manter um determinado padrão de aparência, forma e tamanho. O processo tem que ser homogêneo. É controlado pela família de forma que não ocorram “furos” na comercialização. Isso impõe um tempo e um padrão para as ações, que influenciam no arranjo família/natureza, numa constante re-construção e re-

adequação do espaço das unidades produtivas. A gestão da unidade produtiva responde às regras que lhe são impostas, para viabilizar a produção dentro do tempo definido lá “fora”. A explicação da agricultora demonstra esse fato:

*“eu acho grave, por causa...de repente, tá indo bem. Aí dá um problema. Aí o que que vai acontecer? Vai prejudicar lá na empresa. Porque tá planejado lá. Começa na estufa, nas mudas. Deu errado, aonde que vai o prejuízo? No bolso do produtor. Quem tá acostumado a pegar sempre o produto vai entender que deu problemas nas mudas? Cé chega lá e vai dar essa explicação depois pro cliente? Não dá. Cé vai lá e fala que tá com problema nas mudas. Que não tem esse produto hoje”
Sra. G.*

Na busca de cumprir o seu papel na rede, o tempo interno da unidade produtiva é acelerado.

As redes longas também prevalecem nas vendas via associação. Na venda do café, os compradores exigem determinados níveis de qualidade, como tamanho de peneira (tamanho do grão), homogeneidade, bebida de qualidade e poucos defeitos nos grãos. Alguns agricultores identificam que os agentes que atuam no mercado de café orgânico estão mais exigentes com relação a qualidade do produto. Isso influencia a gestão e o manejo dos sistemas produtivos, como também o processamento, beneficiamento e armazenagem. Essas relações modificam os contornos tanto do espaço das unidades produtivas, quanto do espaço da comunidade, como no caso da associação.

A feira de produtos orgânicos de Pouso Alegre é uma rede curta de comercialização. Comparando com as redes longas, os agricultores têm maior controle sobre os seus processos. Se aproximam do que Santos (1997) define como horizontalidades. São redes que articulam pontos próximos⁹², sem dependência de outros agentes na rede, como os atravessadores. Isso também é

⁹² É como se tivesse numa posição intermediária entre uma noção de rede e tecido.

válido para as cestas entregues em Poço Fundo, e as cestas entregues em Pouso Alegre pelo “grupo da feira”.

O espaço da feira é controlado e construído pelos agentes locais, com pouca interferência direta de sistemas mais amplos. Na feira, a exigência com relação a determinados padrões como tamanho dos produtos, embalagem, são menos rígidas do que “via empresa”. Um elemento de destaque, que diferencia as redes curtas das longas, é o efeito integrador das solidariedades locais. A relação direta com o consumidor, além de trazer vantagens econômicas, tem outros significados para os agricultores. Eles valorizam essa relação direta com os consumidores, num processo de re-inserção destes agricultores na sociedade. Os consumidores ao reconhecerem e valorizarem o trabalho dos agricultores, estabelecem contatos com seus sistemas de significados. Essa re-valorização potencializa a organização dos agricultores, fortalecendo a identidade do grupo.

A feira é um espaço de realização do agricultor, apesar do “dia de feira” ser muito cansativo (os agricultores acordam por volta das três horas da madrugada), neste momento a família pode falar sobre sua vida, sobre a forma de trabalhar a terra e os significados da agricultura orgânica. É um lugar de aprendizagem e de comunicação entre as pessoas do campo e da cidade. Os agricultores comentam sobre a vida da cidade para explicar suas estratégias de comercialização. Um espaço de troca de idéias, onde pessoas com diferentes sistemas de significados interrelacionam-se, criando intersubjetividades, como demonstram os relatos abaixo sobre o reconhecimento do trabalho pelas pessoas de “fora”:

“Agora já tem outros lugares que a gente, normalmente mais é fora né, que a gente se vê valorizado. Sempre quando a gente tá lá, em Pouso Alegre, esse é o lado bom da feira, a gente tá com os consumidor que frequênta, é que são pessoas que têm outro nível de consciência, que cê tá lá. Mas o reconhecimento, nossa, é muito gratificante a gente vê. Sempre quando a gente chegava aqui comentava né. As pessoas lá

chegavam pra perguntã e a gente tinha até uma certa amizade, né, perguntava e a gente conversava e tudo, de café e da horta, como que é, esse tempo eles elogiavam, parabenizam pelo trabalho que a gente faz. Esse reconhecimento é mais é fora” Sra. F.

“Os consumidores sempre, além de consumir. Existem aquele consumidor que chega, compra, paga e vai embora ... tinha uma cliente lá, ela chegava e escolhia, pegava isso, aquilo, mostrava pra gente, ela só perguntava quanto é, e sumia. Mas já tem aqueles que chega e faz questão de bater um papinho. Então fica conversa, conversa vai conversa vem, esse pedaço eu num conta pra ninguém. Mas nesse bate papo, a gente, o pessoal dá aquele ânimo pra gente: - oceis num pode pará com isso, nunca deixe essa feira aqui porque ceis trouxeram vida pra gente. Então a gente fica, a gente sente aquele valor, que a gente tem por aquilo que, além do cliente, do freguês como a gente diz, também já se tornaram amigos” Sr. D.

A feira é um fato social total. Ela representa um espaço total, onde ocorre um evento total, que integra economia, ideologia, natureza, cultura e saúde. Aqui trocam-se informações sobre o manejo da lavoura, as experiências de produção, preços de produtos, tipos de sementes usadas, planejam ações, discutem política, dentre outras coisas. Nesse espaço ocorre uma integração sadia entre diferentes atores. Os agricultores trazem “vida” para os cidadãos, que por sua vez dão “ânimo” aos produtores, tanto simbolicamente, como economicamente.

Como demonstra a fala abaixo:

“Acho que nesse trabalho que a gente faz, essa busca do ser humano, eu buscar a minha vida através do consumidor que consome o meu produto, por sua vez o consumidor que busca o meu produto, prá podê levar a sua vida, então eu acho que tá havendo aí uma resposta mútua dos dois pra essa realização. Num sei se é o que se queria ouvir é isso, mas eu acho que esse envolvimento, eu vejo esse envolvimento é nesse sentido, que a busca da melhoria que cada um sonha, que cada um quer, então tem uma...eu tenho a resposta do consumidor, o consumidor tem a resposta minha” Sr.D.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agricultor nasce em um espaço construído antes dele. Quando pessoas são inseridas num determinado espaço, ficam diante de uma realidade objetiva, uma sociedade estruturada. Quando o agricultor (a) é incorporado num bairro rural, as formas de sobrevivência e relacionamento social são dados objetivos. Os espaços locais e seus territórios já existiam ali antes da presença do “novo” indivíduo.

No processo de socialização, essa realidade objetiva vai ganhando um significado para cada pessoa e, significados comuns para certos grupos nos quais ela está inserida. Tudo o que compõem a realidade tem um sentido para as pessoas.

Uma criança no interior de uma família de agricultores familiares é socializada nas estruturas locais, aprendendo sobre o mundo com seus parentes, suas racionalidades e lógicas. Desta forma o conhecimento é construído a partir de estruturas de espaço e tempo. Como se as pessoas de um determinado local, com o tempo, aprendessem com ele.

Com as mudanças ocorridas na sociedade no sentido de uma maior articulação entre os espaços, cada lugar recebe influências de muitos outros. Essa influência se dá de muitas formas: através dos sistemas técnicos, políticos, culturais e econômicos. Cria-se uma situação paradoxal: de um lado, essa articulação pode significar um processo de dominação, onde as pessoas do lugar “obedecem” aos chamados de outros lugares constituídos de maior poder – as forças centrífugas. Isso ocorre nas relações com o Estado e mercado. Ou seja, os lugares cumprem a função que lhes é dada dentro da divisão territorial do trabalho. Por outro lado, o acesso a diferentes subuniversos de significados pode representar uma perspectiva de mudança e fortalecimento da autonomia local – forças centrípetas.

As mudanças que ocorreram em Poço Fundo, na passagem do **período controlado** para a **agricultura tecnificada**, foi uma articulação do lugar com outros espaços, que comportavam atores com outra racionalidade. Neste processo, o lugar torna-se menos autônomo, mais dependente de informações, objetos, procedimentos e normas. Cumpre a sua função dentro da sociedade em geral. Com o período da agricultura tecnificada, os agricultores perdem a capacidade de controle do seu espaço mais próximo – a unidade familiar. Para garantir a sobrevivência da família ele é obrigado a comprar alimentos e recursos de “fora”, necessitando de um certo fluxo de capital monetário, que o torna dependente do sistema econômico mais amplo. Ainda, os objetos que compõem o sistema produtivo são carregados de enigmas, que só poucos podem desvendar, dependendo, assim, dos “experts” em agropecuária. É uma articulação submissa, onde as redes “drenam a energia dos espaços locais”, como analisam diferentes autores.

As alterações ocorridas entre o período da **agricultura tecnificada** para a **agricultura alternativa**, desenvolveram-se no sentido de trazer para as pessoas do local o controle do seu espaço. Neste caso, as articulações com outros subuniversos, que ocorreram com os “atores de fora” que atuaram neste período, trouxeram elementos que possibilitassem uma reação, dos atores locais, às mudanças que ocorreram no período anterior. Estruturaram outras relações sociais, construíram outros territórios, mais adequados à vida local, e aos sistemas de significados desses agricultores.

Esse período, como também o da **agricultura orgânica**, está associado ao período anterior, o da **agricultura tecnificada**. Neste, uma rede de relações, com agentes externos, alterou o espaço local. Essa mudança proporcionou uma reação e essa reação representa hoje o “todo orgânico”. Dito de outra forma, o homem transformou o espaço – o espaço transformou o homem – e este novamente o espaço. Como um arranjo integrado de sistema de objetos e

sistemas de ações. Com relação ao nosso estudo de caso, o avanço do sistema capitalista, através da agricultura moderna, transformou o espaço local: modificou a economia, os sistemas técnicos, as relações sociais de produção e criou sérios impactos ambientais. O novo espaço e território, construídos por ações externas, “despertou”, nos agricultores de Poço Fundo, a necessidade de reagir ao **sistema de técnica** – o espaço transformou o homem. Essa “tomada de consciência”, essa re-significação da realidade local, possibilitou a re-construção do espaço e, uma re-territorialização. Vale voltar às afirmações dos agricultores:

“Então eu acho que o adubo ele chegou mesmo tempo destruindo, mas chegou também pra despertar, porque hoje na região nossa aqui o pessoal já tem condições de mudar, sem depender dele, mas o primeiro toque foi ele” Sr. A.

Mas esse novo arranjo não é simplesmente voltar ao passado, ao período **controlado e da subsistência**, pois a construção das relações locais com as redes, é feita de forma muito criteriosa, para não cair novamente num sistema de “drenagem”, ou em forças centrífugas, ou num processo de desterritorialização.

Os territórios contínuos: a unidade familiar, os espaços da comunidade e os espaços de interação local, são construídos pelos agricultores num processo de “ação e reação” aos sistemas de dominação, ou como dizem, aos *pacotes*. Desta forma, não cabe pensar a agricultura familiar sem considerar as relações que ocorrem na sociedade em geral. Esses agricultores mantêm diálogo com atores do mundo todo. O saber desse grupo é construído no espaço/tempo local, mas esse espaço está refletindo problemas globais, portanto, o saber local é ao mesmo tempo um saber global. O lugar é uno e diverso.

É nesta perspectiva, de reação aos sistemas mais amplos, que o conhecimento local com relação ao “todo orgânico” deve ser analisado. Desta forma, a pergunta colocada sobre a relação entre as normas do sistema de certificação e do mercado e a construção do saber local, deve ser pensada neste

contexto. O conceito de agricultura orgânica dos agricultores de “princípio” é um pressuposto que orienta as ações para garantir autonomia aos sistemas locais. Como dizem, buscar a “independência total” ou “fugir de qualquer tipo de pacote”. As normas de produção orgânica, definidas pelos sistemas de certificação, não são obstáculos para os agricultores que partilham do pressuposto da agricultura orgânica.

Por outro lado, muitos dos “territórios de certificação orgânica”, através de redes, constituem novos sistemas de dominação, onde os agricultores são obrigados a adequar-se à diferentes sistemas de certificação para alcançar esses territórios e comercializar seus produtos.

Apesar das relações de poder internas e externas aos territórios de comercialização, em parte reguladas pela certificação, são criadas formas diferenciadas de troca de mercadoria, que não são pautadas nas normas de competição e eficiência que prevalecem no sistema capitalista. São pautadas na confiança, nas relações pessoais e na garantia de um produto com a qualidade “orgânica”. Como no caso da feira de produtos orgânicos de Pouso Alegre, nas entregas de cestas e nas vendas diretas ao consumidores. Como definido, as redes curtas garantem a dimensão ética da agroecologia, mas também algumas redes longas, que valorizam equidade na produção e comercialização.

A “integração parcial a mercados incompletos” deve ser analisada em outros termos. A parcialidade, ou a alternatividade existe nos sistemas estudados, mas não para todos os produtos. O café, por exemplo é voltado inteiramente para o mercado, e as hortaliças, arroz, rapadura, ovos, frango, são consumidos pela família, como também voltados para o mercado. A subsistência é garantida por um arranjo de culturas que envolvem estas, mas também outras, como frutas, raízes, tubérculos, legumes e animais. Os mercados incompletos, neste caso, não são mais caracterizados por cadeias de patronagem e

clientelismo, mas sim por relações pessoais calcadas na confiança e, numa ideologia que envolve saúde, natureza e equidade.

Esse grupo de agricultores familiares garante sua reprodução na sociedade moderna, realiza modificações, mas estrutura uma racionalidade própria articulada ao espaço e tempo que está inserido. Uma racionalidade “alternativa” que envolve dimensões produtivas, políticas, sociais e culturais, como mostra o “todo orgânico” vivido pelos agricultores. Ela comporta elementos dos sistemas anteriores, construídos no espaço local, nos processos de socialização de tempos passados, como também comporta elementos novos, que compõem o tempo e o espaço atual. Como definido, um movimento de “coexistência tempo espacial”, onde os agricultores estruturam o espaço e os territórios de forma a garantir sua autonomia. Esse “todo orgânico” em que vivem os agricultores familiares, essa diferenciação social, é permeada por uma re-inserção deste grupo na sociedade, com um significado que extrapola a lógica capitalista.

Como disse Antônio Cândido, “*a vitalidade da velha cultura cabocla como recurso de ajustamento ecológico e social*”, e os agricultores de Poço Fundo, restabelecem uma relação integrada com a natureza, recompondo os efeitos causados pelas forças dos capitalistas que intensificaram o capitalismo agroindustrial no campo. O “campo de forças” formado no território local - as “solidariedades microterritoriais”, age sobre as “ações externas”, refratando-as e reconduzindo-as de forma dialética, como numa espiral, num constante aprimoramento das relações entre as pessoas e, entres estas e a natureza.

Acreditamos que os saberes locais destes agricultores, numa perspectiva ampla, como defende a agroecologia, são fundamentais para a construção de um caminho alternativo de desenvolvimento rural com respeito às pessoas e à natureza. Sempre lembrando da afirmação feita por um agricultor: “*progresso nem sempre é sucesso*”.

Este estudo abre perspectivas de análise quanto à temas relacionados a gestão social, desenvolvimento e políticas públicas. A multidimensão do local, ou seja, as múltiplas facetas que envolvem o conjunto de idéias e ações sobre a agricultura orgânica sugere uma análise mais “totalizante” dos processos de desenvolvimento no qual os agricultores familiares estão envolvidos. Isso pode trazer várias implicações no âmbito das políticas públicas em geral e dos programas de desenvolvimento rural que envolvem a produção familiar. Destaco aqui alguns elementos.

Pensar o espaço local como uma totalidade. Isso significa considerar, seja uma unidade familiar de produção, um bairro rural ou uma associação, como um sistema integrado. Como defende a agroecologia, buscar compreender o agroecossistema como vários elementos que interagem e formam um todo. Ao pensar o espaço local deve-se considerar que o sistema atual é resultado de uma coexistência tempo espacial, que todos elementos estão “amarrados”. Movimentando um deles, os outros também são alterados. Ainda, cada elemento que compõem o espaço, cada relação entre eles e com os elementos externos, estão “escritos” numa estrutura de saber local, ligadas a um sistema de significado.

Desta forma, os agricultores, nos seus lugares, apresentam uma racionalidade própria, construída e reconstruída num processo de adaptação ao meio no qual habitam e, nos territórios e redes que estão inseridos. Aqui todas as instituições estão interligadas: econômica, ambiental, cultural, religiosa... Os gestores das políticas públicas e de desenvolvimento, devem considerar esse espaço totalizado, buscando não só compreender como as ações empreendidas pelos agentes externos poderão alterar o funcionamento dos sistemas locais, mas também perceber o ator social “mergulhado” num “espaço total”. Ele é um “ser humano total” e, não só econômico, ou outra dimensão qualquer. O conhecimento construído por esses agricultores é em contato com uma realidade

multifacetada, mas ao mesmo tempo totalizada, como no caso da produção orgânica, que não é só um sistema de produção, mas um estilo de viver.

Mudar um dos elementos pode prejudicar outros. Mas por outro lado, a alteração de um, pode otimizar todo o sistema. Como defende Altieri e Sachs, as interações e sinergismos podem resultar em efeitos benéficos. Ou seja, o incentivo da agroecologia junto a agricultura familiar, além de potencializar um sistema produtivo menos degradante do ponto de vista ambiental, promove uma série de outros efeitos, como a saúde da família, a autonomia dos agricultores frente aos setores oligopolizados da indústria e a re-inserção destas famílias com a população urbana.

Portanto, a agroecologia como uma abordagem teórica para o desenvolvimento rural, deve ter uma perspectiva ampla, não envolver apenas uma nova base técnica de produção, mas uma nova forma de perceber a vida no meio rural. A economia de energia e dos custos da produção, a inserção diferenciada no mercado, o controle local do saber produtivo e técnico, a produção orgânica, a saúde da família e da terra e as relações sócio culturais, tanto nos espaços “internos”, como nos “externos”, são elementos que justificam essa “nova percepção”, esse “novo olhar”.

Outro elemento que procuramos destacar é com relação ao funcionamento das redes. Elas apresentam diferentes lógicas. Algumas retiram elementos do controle da população local, como no caso de determinados processos de certificação, onde os agricultores são influenciados por ações tomadas em lugares distantes, com pouco ou quase nenhuma margem de negociação. Outras redes podem fortalecer os territórios locais. Podem trazer autonomia aos agricultores, melhoria na renda ou maior poder de barganha no mercado.

A organização social dos agricultores orgânicos de Poço Fundo, funcionam como um campo de forças que “amortece” as ações das redes que

trazem desordem ao local. Portanto, é fundamental que as políticas públicas voltadas para esses grupos de agricultores, tenham como objetivo central, o fortalecimento destes territórios. São estes que garantem grande parte da coesão dessas populações e fazem o “ajustamento” entre as ações de “dentro” e as de “fora”. Fortalecer esses territórios, é conferir a sociedade civil maior controle social sobre as ações tanto do Estado, como dos agentes que buscam apenas o “lucro rápido”.

A proximidade entre as pessoas possibilitou valorizar o espaço local e a melhoria da qualidade de vida das famílias dos agricultores. Entretanto, é necessário estabelecer algumas considerações sobre o “efeito” da proximidade das relações sociais. Por definição, os territórios comportam relações de poder espacialmente delimitadas, tanto internas como externas. Mas cabe lembrar que o plano das relações entre indivíduos de diferentes grupos sociais também configuram relações de poder.

Os territórios forma-se em oposição a determinados campos de força. Desta forma, parte dos territórios locais são resultados de interações sociais próximas em duas dimensões: espacial e de classe. Ou seja, os agricultores familiares formam suas organizações com as pessoas próximas tanto no espaço geográfico, como na posição social que ocupam na sociedade. Os agricultores familiares descapitalizados do município, fortalecem as ações entre eles, e não com agricultores capitalizados, ou comerciantes e empresários do município. E ainda, são as pessoas muitas vezes distantes, que influenciam nos processos de fortalecimento do poder local.

Os gestores de políticas públicas devem lidar com essa diversidade de territórios e compreender onde os atores estão inseridos na divisão do espaço e da sociedade. Portanto, as organizações que envolvem a base da sociedade é que devem ser fortalecidas para potencializar os processos de desenvolvimento e de gestão dos recursos públicos.

Por fim, cabe considerar a relação entre desenvolvimento, agricultura familiar e natureza. Na agricultura familiar a associação entre família, propriedade e trabalho é que garante o funcionamento desse tipo de exploração econômica. O processo de decisão e ação é desenvolvido no âmbito familiar. Portanto é esse grupo de pessoas que apropriam-se do espaço imediato. A relação com a natureza é muito intensa. Os impactos no ambiente são refletidos diretamente nas pessoas que ali vivem. Portanto são os mais interessados em manter a resiliência, a produtividade e a estabilidade destes agroecossistemas. Como um espaço totalizado, numa relação não dual entre sociedade e natureza, a manutenção dos sistemas de produção é que garante a reprodução da família. Portanto, pensar o desenvolvimento rural, na perspectiva da agroecologia e fortalecendo a agricultura familiar, é ao mesmo tempo valorizar as localidades em múltiplos sentidos: econômico, ambiental, social, cultural e político.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 1992. Tese (Doutorado) – Universidade de Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- AGRICULTURA biodinâmica. **Boletim do Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural**, Botucatu, v. 16, n. 82, maio de 1999.
- AGUIAR, A. R. C. **Saber camponês e mudança técnica: um estudo de caso junto a pequenos produtores do bairro rural de Cardoso, Poço Fundo, MG**. 1992. 148 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.
- AGUIAR, R. C. Estado e economia mundial. In: _____. **Abrindo o pacote tecnológico: estado e pesquisa agropecuária no Brasil**. São Paulo: Pólis; Brasília: CNPq, 1986. p. 59-73.
- ALENCAR, E.; GOMES, M. A. O. **Metodologia de pesquisa social e diagnóstico participativo**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1998. 212 p.
- ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. 214 p.
- ALMEIDA, S. G. A agricultura alternativa em construção. **Alternativas – Cadernos de Agroecologia**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 1-6, jun. 1991.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1989. 237 p.
- ALTIERI, M. **A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. 110 p.
- ALTIERI, M.; YURJEVIC, A. Agroecologia e o desenvolvimento rural sustentável na América Latina. **Agroecologia e Desenvolvimento**, Porto Alegre, v. 1, p. 21-35, 1991.
- ALTVATER, E. **O preço da riqueza**. São Paulo: Editora UNESP, 1995. 333 p.
- ANDRADE, M. C. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS,

M.; SOUZA, M. A. S.; SILVEIRA, M. L. **Território: globalização e fragmentação**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994. p. 213-220.

ARL, V.; SANTOS, L. C. R. Geração de credibilidade x certificação. **Revista Agroecologia e Agricultura Familiar**, v. 3, n. 3, nov. 2000.

ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA. **Alternativas – cadernos de agroecologia**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991. p. 68.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES BIOLÓGICOS/ABIO. Rio de Janeiro. Disponível em: <www.abio.org.br>. Acesso em: 08 jan. 2003.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 13. ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1996. 247 p.

BETTANINI, T. **Espaço e ciências humanas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 157 p.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1987.

BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher e comer**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981. 181 p.

BRANDÃO, C. R. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1983. 92 p.

BRANDÃO, C. R. **O ardil da ordem**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986. 41 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Instrução normativa, nº 7, de 17 de maio de 1999. Dispõem sobre normas para a produção de produtos orgânicos, vegetais e animais. **Diário Oficial**, Brasília, nº 94, 19 de maio, 1999. 8 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Instrução normativa, nº 6, de 10 de janeiro de 2002. Dispõem sobre glossário de termos, critérios de credenciamento de entidades certificadoras e diretrizes para procedimento de inspeção e certificação de produtos orgânicos.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e Soja**. Petrópolis: Vozes, 1987. 200 p.

BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis, Vozes, 1994.

BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org.) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cotez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. 427 p.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 7. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975. 284 p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para um nova extensão rural**. Porto Alegre: EMATER/RS, 2001. 36 p. (textos selecionados, 22).

CARRIERI, A. P. **A racionalidade administrativa: os sistemas de produção e o processo de decisão-ação em unidades de produção rural**. 1992. 208 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.

CASADO, G. G.; MOLINA, M. G.; GUZMÁN, E. S. **Introdução a la agroecologia como desarrollo rural sostenible**. Madri: Mundi-Prensa, 2000. 535 p.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Tradução de Rosa Maria Rússovich. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Tradução de Luíz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001. p. 453.

CONWAY, G. R. **Análise participativa para o desenvolvimento agrícola sustentável**. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1993. 32 p. (Agricultores na pesquisa, 4).

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-76.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura brasileira**. Campinas: Ícone/Edunicamp, 1985. 240 p.

DIAGNÓSTICO PARA O PLANEJAMENTO DA MELHORIA DE VIDA DOS PEQUENOS PRODUTORES DE POÇO FUNDO – MG. Relatório Final. Setembro de 1994. p. 53.

DIEGES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 169 p.

FERNÁNDEZ, X. S.; GARCIA, D. D. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre: v. 2, n. 2, p. 11-25, abr./jun. 2001.

FONSECA, M. F. A certificação de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar no Brasil: história e proposta de harmonização das normas. In: SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM SISTEMAS AGROPECUÁRIOS – IESA, 5.; ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 5., 2002, Florianópolis. **Programação e caderno de resumos...** Florianópolis, SC: EPAGRI, 2002. CD-RON.

FORNARI, E. **Novo manual de agricultura alternativa**. 2. ed. São Paulo: Sol Nascente, [1985]. 327 p.

FURTADO, C. **Análise do modelo brasileiro**. Ed. Civilização Brasileira, 1975.

GARCIA Jr. **O sul: o caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. SP: Marco Zero; Brasília: Editora UNB/MCT/CNPq, 1990. 285 p.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. 323 p.

GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 366 p.

- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 653 p.
- GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 65-71, maio/jun. 1995.
- GONÇALVES, C. V. P. **Da geografias às geo-grafias**: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CONFERÊNCIA LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA DE CIÊNCIAS SOCIALES – CLACSO, 2., 2001. México. **Segunda...** México: Universidade de Guadalajara, 2001.
- GONÇALVES, V. Produção e Comercialização de produtos agrícolas sem agrotóxicos. **Alternativas – Cadernos de Agroecologia**, Rio de Janeiro, p 23-26, jun. 1991.
- HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 165-205.
- HAESBAERT, R. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração “gaúcha” no Brasil. **Território**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 25-31, jan./jun. 1998.
- HARKALY, A. Presente e futuro das certificadoras no Brasil. Entrevistado por: revista agroecologia hoje. **Agroecologia Hoje**, Botucatu, v. 2, n. 11, p. 6-9, out./nov. 2001. Entrevista.
- HARKALY, A. Produtos certificado IBD tem acesso ao mercado norte-americano. Instituto Biodinâmico, Botucatu, Julho, 2002. Disponível em: <www.ibd.com.br>. Acesso em: 08 jan. 2003.
- HECHT, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M. (Org.). **Agroecologia: As bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. 173 p.
- HEREDIA, B. M. A. **Amorada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOLANDA, S. B. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994. 301 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. - IBGE.
Censo agropecuário 95/96. Rio de Janeiro, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. – IBGE.
Censo demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2000.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional.** Tradução por Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. Tradução de: L'agriculture familiale.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável.** Blumenau: FURB, 2000.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1983. 186 p.

MARX, K. **O Capital.** Livro 1: O processo de produção do capital. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975. v. 1.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã (I – Feuerbach).** Tradução de José Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva.** Tradução de António Felipe Marques. Lisboa: Edições 70, 1950. p. 209.

MEIRELLES, L. Os fundamentos e as razões da certificação participativa - 1. Entrevistado por: revista agroecologia hoje. **Agroecologia Hoje**, Botucatu, v. 2, n. 10, p. 5-7, ago./set. 2001. Entrevista.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: O desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1984. p. 138.

NORGAARD, R. B. A base epistemológica da agroecologia. In: ALTIERI, M. A. (Org.). **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa.** Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. 173 p.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Tradução: Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**: o social e o Político na Pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995. 348 p.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **O espaço geográfico como categoria filosófica**. In: Revista Terra Livre número 5. São Paulo: Terra Livre, 1988.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço técnica e tempo**: razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitc, 1997.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. (Coord.) **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 139.

SAQUET, M. A. O tempo, o espaço e o território. In: Souza, A. J. (Org). **Paisagem território região**: em busca da identidade. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000.

SCHMIDT, W. Agricultura orgânica: entre a ética e o mercado? **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 62-73, jan./mar. 2001.

SHANIN, T. **Campesinos y sociedades campesinas**. Tradução de Eduardo L. Soarez. México: Fondo de Cultura Económica, 1979. 404 p. (El Trimestre Económico, Lecturas, 29).

SILVA, C. E. M. **Cerrados e camponeses do Norte de Minas**: Um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas. 1999.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA, C. E. M. Sustentabilidade Ambiental e Gestão do uso da terra nos assentamento de reforma agrária. In: AMÂNCIO, R. (Org.). **Gestão em Assentamento e poder público**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1998. 87 p.

SILVA, J. G. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

SORJ, B.; WILKINSON, J. Processos sociais e formas de produção na agricultura brasileira. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. (Ed.). **Sociedade e Política no Brasil pós-64**. São paulo, Brasiliense, 1983. p. 165-190.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116.

SOUZA, R. S.; BULHÕES, F. M. Perfil e desenvolvimento do modelo de certificação de produtos alimentares orgânicos no Brasil. In: SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM SISTEMAS AGROPECUÁRIOS – IESA, 5.; ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO – SBSP, 5., 2002, Florianópolis. **Programação e caderno de resumos...** Florianópolis, SC: EPAGRI, 2002. CD - ROM.

SUERTEGARAY, D M A. **Espaço geográfico: uno e múltiplo**. Espanha, Universidad de Barelona: Scripta Nova Revista eletrónica de geografia y ciencias sociales, 2001.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

VEIGA, J. E. **Fundamentos do agrorreformismo**. Lavras, FAEPE/UFLA, 1997.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes Históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambú. **Anais. . .** São Paulo. ANPOCS, 1996.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. v. 1.

WILKINSON, J. Cadeias produtivas para a agricultura familiar: organizações rurais e agroindustriais. **Revista de Administração da UFLA**, Lavras, v. 1, n.1, p.70-89, jan./jun. 1999.

WILKINSON, J. Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 21-29, jul./set. 2000.

WILKINSON, J.; MIOR, L. C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 13, 1999.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 150 p. (Curso de Antropologia Moderna).

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**. Brasília: Editora UnB, 1997.